Relatório de Gestão

COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO 2022

Relatório de Gestão

COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO 2022

12141

Relatório de Gestão do Comando do Exército
Exercício de 2022
Produzido pelo Estado-Maior do Exército e pelo
Centro de Comunicação Social do Exército

Imagens pertencentes ao acervo do CCOMSEx.

Este documento pode conter fotos registradas antes do início da pandemia, bem como anteriores a 2022, que foram utilizadas por serem representativas das atividades institucionais.

Disponível em: http://www.eb.mil.br/relatorio-de-gestao

Brasília, DF
Março de 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO 8
MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES 10
EXÉRCITO EM NÚMEROS 11

CAPÍTULO 1

GOVERNANÇA DO EXÉRCITO 17
1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL 18
1.2 AMBIENTE EXTERNO 20
1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 21
1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO 22
1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO 27
1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO 29
1.7 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB) 34
1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 34
1.9 ATUAÇÃO DE SUPERVISÃO, CONTROLE, RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES E DE CORREIÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS 37

CAPÍTULO 2

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS 41
2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL 42
2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL 55
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL 63
2.4 DEFESA CIBERNÉTICA 75
2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE 77
2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS 83

CAPÍTULO 3

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA 85
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 86
3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES 88
3.3 GESTÃO DE CUSTOS 90
3.4 GESTÃO DE PESSOAL 92
3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE 98
3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 100
3.7 GOVERNANÇA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO 103
3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO 109
3.9 GESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO 114
3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 121
3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 124
3.12 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS 128

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 131
4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 132

ELEMENTOS FINAIS

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO 139
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 140
LISTA DE FIGURAS 144
LISTA DE TABELAS 145
LISTA DE QUADROS 146
LISTA DE GRÁFICOS 146
REFERÊNCIAS 147

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro, instituição nacional e permanente do País, constitui-se, sob o lema BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA, um dos alicerces de uma sociedade democrática e integrada.

A Força Terrestre, cumprindo suas missões constitucionais, empenha-se em garantir a soberania do Estado e em contribuir para o desenvolvimento nacional. Essa realidade está fundamentada em sólidos valores éticos e morais e alinhada aos princípios da administração pública, cultuando, sempre, as virtudes e tradições militares.

Nesse sentido, o Exército tem aprimorado, dia a dia, sua governança institucional, pautando sua gestão na busca de efetividade, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental, em benefício da sociedade brasileira.

Para tanto, o Exército Brasileiro tem desenvolvido programas, projetos, ações e iniciativas estratégicas alinhadas com a realidade nacional de desenvolvimento socioeconômico mediante a utilização judiciosa dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados pelo Tesouro Nacional.

Esses recursos possibilitaram que o Exército preservasse e expandisse seu poder de combate e sua operacionalidade, priorizando novas capacidades, advindas do Portfólio de Programas Estratégicos.

O ano de 2022 denotou elevada importância para os brasileiros, que foram convidados a exercer o seu dever de voto nas eleições. Nessa oportunidade, a Instituição teve destacada atuação no apoio ao pleito, por meio das operações de Garantia de Votação e Apuração (GVA), conduzidas em todas as regiões do País.

O presente Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) tem como objetivo informar aos cidadãos brasileiros o que a Instituição fez e como foram empregados os recursos dos contribuintes no cumprimento da missão constitucional da Força no decorrer de 2022.

O trabalho foi elaborado em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos pela Decisão Normativa nº 198, do Tribunal de Contas da União (TCU), oferecendo uma visão cristalina sobre como os recursos postos à disposição da Força Terrestre foram aplicados e como levaram à geração de valor agregado.

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

Operação Petrópolis (resgate das vítimas dos deslizamentos em Petrópolis-RJ) - Foto: Sd Lucas Almeida (CCOMSEx)

Esse valor está alinhado ao Planejamento Estratégico do Exército (PEEx), bem como às diretrizes e às condicionantes previstas nos planejamentos estratégicos setoriais do Ministério da Defesa e no planejamento plurianual do Governo Federal, considerando o horizonte temporal 2020-2023.

Destaca-se, nesse contexto, que o arcabouço normativo do Brasil, principalmente a Constituição Federal, as Leis Complementares nº 97/1999, nº 117/2004 e nº 136/2010, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa regem e orientam a definição dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE). Assim sendo, o PEEx estabelece 15 (quinze) objetivos em que os conceitos das boas práticas de gestão, a eficácia, a eficiência, a economicidade e a excelência são permanentemente buscados.

A obra está estruturada em quatro capítulos, de modo a melhor demonstrar os resultados mais significativos alcançados, tendo como farol os objetivos estabelecidos no PEEx. O primeiro capítulo se refere ao ambiente estratégico, tratando da governança institucional do Exército. Essa governança sinaliza as medidas adotadas, bem como os mecanismos de acompanhamento do processo de transformação do Exército, contemplando ampla variedade de informações institucionais, como missão, visão de futuro, valores e normas que a regulam. São destacadas ações de governança e de gestão, as quais visam manter a Força Terrestre com adequado poder de combate para atuar num ambiente estratégico de alta complexidade, em um País de dimensões continentais.

O segundo capítulo apresenta os resultados alcançados pelos principais OEE, estabelecidos no Plano Estratégico do Exército (2020-2023) e descritos na Política Militar Terrestre (PMT), quais sejam: DISSUASÃO EXTRARREGIONAL (OEE 1), PROJEÇÃO DO EXÉRCITO (OEE 2), DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL (OEE 3), DEFESA CIBERNÉTICA (OEE 4) e PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (OEE 5). Nesse contexto, o capítulo demonstra como a Instituição implementou, ao longo de 2022, atividades e ações estratégicas voltadas ao constante preparo da tropa, de forma a capacitá-la permanentemente, oportunizando a operacionalidade da Força Terrestre para o pronto emprego.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda a conformidade e os resultados da administração interna, com o objetivo de apresentar a gestão em todas as suas dimensões: econômica, orçamentária e financeira; aquisições e contratações; pessoal; logística militar terrestre; informação; pesquisa, desenvolvimento e inovação; patrimônio e infraestrutura; educação e cultura; sustentabilidade ambiental e relacionamento com a sociedade.

Finalmente, o quarto capítulo ressalta as informações orçamentárias, financeiras e contábeis que deram suporte às ações do Exército em 2022, salientando que a expansão e o aprimoramento do poder de combate da Força Terrestre são as finalidades de todas as ações da administração militar.

Diante disso, assinalo que o presente Relatório de Gestão é fruto da aplicação de pensamento coletivo na forma de documento integrado, cumprindo o dever de prestar contas da gestão do bem público, sintetizando a maneira como o Exército Brasileiro trabalha pela nossa Pátria e demonstrando o compromisso da Instituição com a sociedade brasileira, pelo que asseguro a fidedignidade, a precisão, a completude e a integridade dos dados nele contidos.

Que as informações aqui prestadas promovam a reflexão, por parte da sociedade brasileira, sobre o papel do Exército na Defesa Nacional e como indutor do desenvolvimento do País.

Boa leitura!

General de Exército TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA
Comandante do Exército

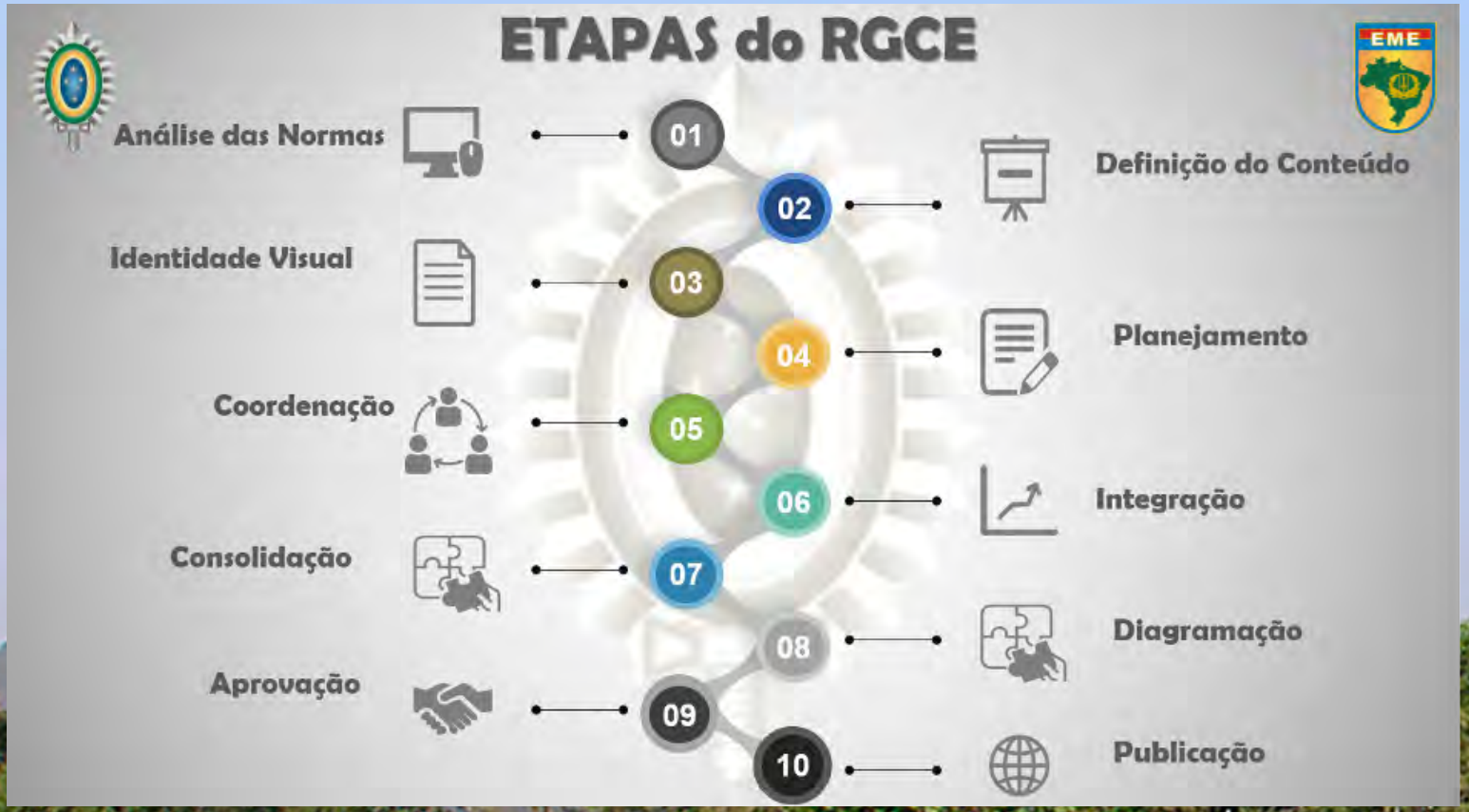
MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES

Quanto à materialidade das informações da prestação de contas integrada, a estrutura básica deste relatório e a organização do conteúdo foram definidas conforme orientações do TCU.

Os temas incluídos no relatório estão coerentes com o disposto na Portaria do Comandante do Exército n° 987, de 18 de setembro de 2020 (EB10-P-01.007), que instituiu a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB), bem como a Port EME nº 154, de 15 de junho de 2015, que aprova a Cadeia de Valor Agregado, e ainda a Port C Ex nº 1.986, de 10 de dezembro de 2019, sobre a Política Militar Terrestre 2019, integrante do sistema de planejamento estratégico do Exército, que tem como anexo o Mapa Estratégico do Exército. Além disso, os temas contemplam as principais entregas realizadas pelo Exército no exercício de 2022, no cumprimento da sua missão institucional. A entrega de valor público pelo Exército abrange, de modo geral, as seguintes partes interessadas: o Estado, os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade brasileira.

O diagrama a seguir contém as etapas para elaboração do RGCE em 2022:

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE



EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal confere às Forças Armadas (FA) o status de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado.

Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do Exército Brasileiro perante o País, de só usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão estabelecida pela Constituição Federal. Nesta seção, serão apresentados resumidamente alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do Exército Brasileiro no ano de 2022.

ÍNDICE DE CONFIANÇA

82,75%

Aprimto Operacional da Força de Prontidão da Brigada de Infantaria Pára-quedista - Foto: 25ª Bda Inf Pqdt

Braço Forte

Da Batalha dos Guararapes, quando da expulsão do dominador estrangeiro, lançava-se a semente do Braço Forte, representada por uma Força Terrestre constituída por diferentes tipos de raças e unida por aspirações, desejos e interesses comuns, que forjaram o berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro.

Desde então, o legado de Guararapes manteve-se em todas as participações do Exército ao longo da história do País, garantindo a independência, a paz, a liberdade, a soberania das fronteiras, a coesão nacional e a preservação dos ideais democráticos e participando do esforço para a preservação da paz mundial, sob a égide de organismos internacionais.

O Braço Forte traduz essa essência finalística da Força Terrestre em perfeita sintonia com os anseios de seu povo, cuja missão se manteve inalterada nas inúmeras constituições nacionais, caracterizando-a como Instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, abrangendo a atuação do Exército na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem.

As operações militares apresentadas neste Relatório, coroadas de êxito, atestam a efetividade da Força Terrestre no cumprimento de suas missões constitucionais, com o emprego judicioso dos seus meios, mediante regras de engajamento exaustivamente praticadas pela tropa em ação.

Mão Amiga

A Mão Amiga se faz presente em todos os rincões do País, principalmente por sua capilaridade e sua influência marcante na vida de inúmeras localidades, gerando oportunidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento social.

Além disso, o Exército contribui com obras de infraestrutura, formação de mão de obra qualificada, estímulo à cultura e ao desporto, atendimento às comunidades carentes ou em situações de calamidade pública, promoção do respeito à natureza e aos povos indígenas, esforço para a redução das carências sociais, atendimento médico e odontológico às localidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, entre outras.

Assim, a Mão Amiga simboliza uma marca do Exército Brasileiro representada pela sinergia dos valores inalienáveis de solidariedade, cooperação e comprometimento com a sociedade brasileira, somados com os atributos anímicos da Instituição, que angariam a confiança de seu povo construída ao longo de sua história.

OPERAÇÃO ÁGATA

Operação Conjunta das Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos, para combater ilícitos transfronteiriços.

31.528 militares/total

RESULTADO

Ações realizadas:

163.811

VALOR

R$ 16,6 milhões

OPERAÇÃO ACOLHIDA

Operação de caráter humanitário que tem por finalidade realizar ações necessárias ao acolhimento de imigrantes, por meio de apoio logístico e sanitário.

369 militares/dia

RESULTADO

Venezuelanos atendidos:

+ de 640 mil

Venezuelanos interiorizados:

88 mil

Desde 2018, sendo cerca de 12 mil no ano de 2022.

VALOR

R$ 102,9 milhões

APOIO À POLÍCIA FEDERAL

Apoio Logístico em operações da Polícia Federal em terra indígena e nas regiões de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Gabriel e São Rafael, no Vale do Javari, no Amazonas.

183 militares

RESULTADO

Redução de delitos transfronteiriços e ambientais e fortalecimento da imagem da Força.

VALOR

R$ 1,6 milhão

OPERAÇÃO PIPA

Ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido.

456 militares/dia

RESULTADO

População atendida:

1,6 milhão

Municípios atendidos:

438

Água distribuída:

826 mil m³/mês

VALOR

R$ 504 milhões

PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Oferece aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas, proporcionando melhores condições de reingresso no mercado de trabalho, ao término do Serviço Militar.

258 organizações militares participantes

RESULTADO

Militares formados:

7.649

VALOR

R$ 3,5 milhões

OPERAÇÕES EM APOIO À DEFESA CIVIL (BAHIA, RECIFE, PETRÓPOLIS, ANGRA DOS REIS E RESGATE I, II E III)

Operações em apoio à defesa civil em coordenação com as agências governamentais, em âmbito municipal, estadual e federal, fundamentais para mitigar os efeitos dos desastres naturais ocasionados pelas chuvas, no período de fevereiro a julho de 2022.

2.291 militares

RESULTADO

Municípios atendidos:

48

VALOR

R$ 5,2 milhões

OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2022

Ações necessárias, sob a orientação de autoridade eleitoral competente e em coordenação com os órgãos da Justiça Eleitoral e de Segurança Pública, a fim de contribuir para a garantia da votação, apuração (GVA) e apoio logístico de transporte, referentes ao pleito eleitoral de 2022, em todo o território nacional.

38.487 militares

As ações do Exército Brasileiro em favor das Operações ELEIÇÕES 2022, solicitadas pela justiça eleitoral, proporcionaram o apoio logístico ao aparato e às autoridades eleitorais, bem como a segurança das urnas e das instalações públicas onde ocorreram os pleitos eleitorais. Em síntese, coube ao Exército Brasileiro, principalmente nos rincões mais afastados do território nacional, contribuir com a sociedade para o exercício do direito de voto.

VALOR

R$ 45,3 milhões

ENEM

Operação que visa apoiar o MEC disponibilizando armazenamento das provas em local seguro para posterior aplicação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

28 organizações militares participantes

RESULTADO

Candidatos atendidos:

3,4 milhões

VALOR

R$ 741 mil

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE/ PROJETO JOÃO DO PULO

Atende crianças e jovens, com ou sem deficiência, entre 6 e 18 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade promover a inclusão social por intermédio do esporte.

89 organizações militares participantes

RESULTADO

Crianças e jovens atendidos:

5.562

VALOR

R$ 3,1 milhões

OBRAS DE COOPERAÇÃO

Obras de engenharia voltadas para o desenvolvimento nacional.

3 obras finalizadas

RESULTADO

Municípios diretamente beneficiados:

40

12.000 km

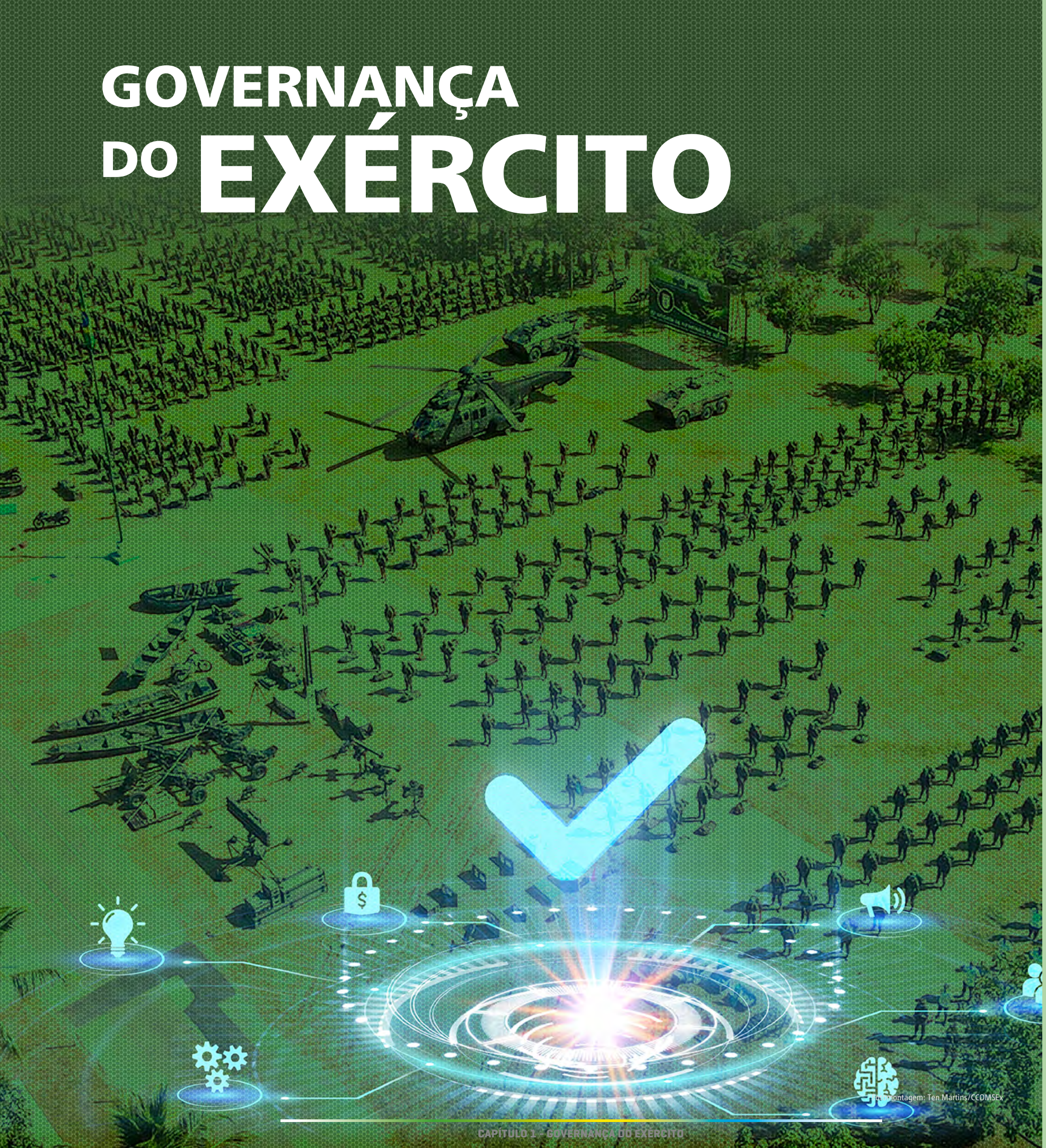
de rodovias (construção, pavimentação, conservação), barragens e poços artesianos.

VALOR

R$ 551 milhões

Tiro embarcado - FORPRON 23ª Bda Inf Sl - Foto ST Ednei

GOVERNANÇA DO EXÉRCITO



Montagem: Ten Martins/CCOMSEx

CAPÍTULO 1

1. GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O Exército Brasileiro, como Unidade Prestadora de Contas (UPC), é composto pelo Comando do Exército e pelo Fundo do Exército (FEx). A Instituição também integra a UPC do MD. Alicerçado na hierarquia e na disciplina, o Exército, sob a autoridade suprema do Presidente da República (PR), é uma Instituição nacional permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (art 142 da Constituição Federal).

Dia da Bandeira
Foto: Acervo CCOMSEx

Com grande capilaridade, o Exército Brasileiro está presente em todo o território nacional, por meio de suas organizações militares, tendo sua administração central sediada no Quartel-General do Exército (QGEx), situado na Avenida do Exército, Bloco A, 3º piso, CEP: 70.630-901, Brasília-DF.

Quartel-General do Exército/Brasilia-DF
Foto: ST Edmilson/CCOMSEx

MISSÃO E VISÃO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, deve-se preparar a Força Terrestre (F Ter), mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

Fonte: Política Militar Terrestre (Portaria C Ex nº 1.986, de 10 de dezembro de 2019).

Foto: Acervo CCOMSEx

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marco Legal, no qual se fundamenta o emprego do Exército, é instituído pela Constituição Federal; pelas Leis Complementares nº 97, de 09 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010; e ainda, pelas seguintes normas: Decreto nº 5.751- Estrutura Regimental do EB, de 12 de abril de 2006, Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Política Militar de Defesa (PMD), Estratégia Militar de Defesa (EMiD), Plano Estratégico Setorial de Defesa (PESD), Concepção de Transformação do EB e Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do Exército, em sua missão institucional estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, pode ser dividida em duas vertentes: Braço Forte e Mão Amiga.

Defesa da **PÁTRIA**

Garantia da **LEI** e da **ORDEM**

GARANTIA dos
Poderes Constitucionais

Braço FORTE

Mão AMIGA

Operação ACOLHIDA

COOPERAÇÃO com Órgãos Públicos

Participação em Operações de AJUDA HUMANITÁRIA

1.2 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo envolve toda e qualquer influência oriunda do contexto nacional e internacional (tendências/fenômenos não controláveis pela Instituição), que constitua ou venha a constituir-se em elemento favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do Exército Brasileiro (EB) no cumprimento de sua missão. O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades administrativas executadas pelo EB, na medida em que impacta o emprego da Força Terrestre no cumprimento de suas missões precípuas, no atendimento às demandas subsidiárias e de desenvolvimento nacional, e no combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais.

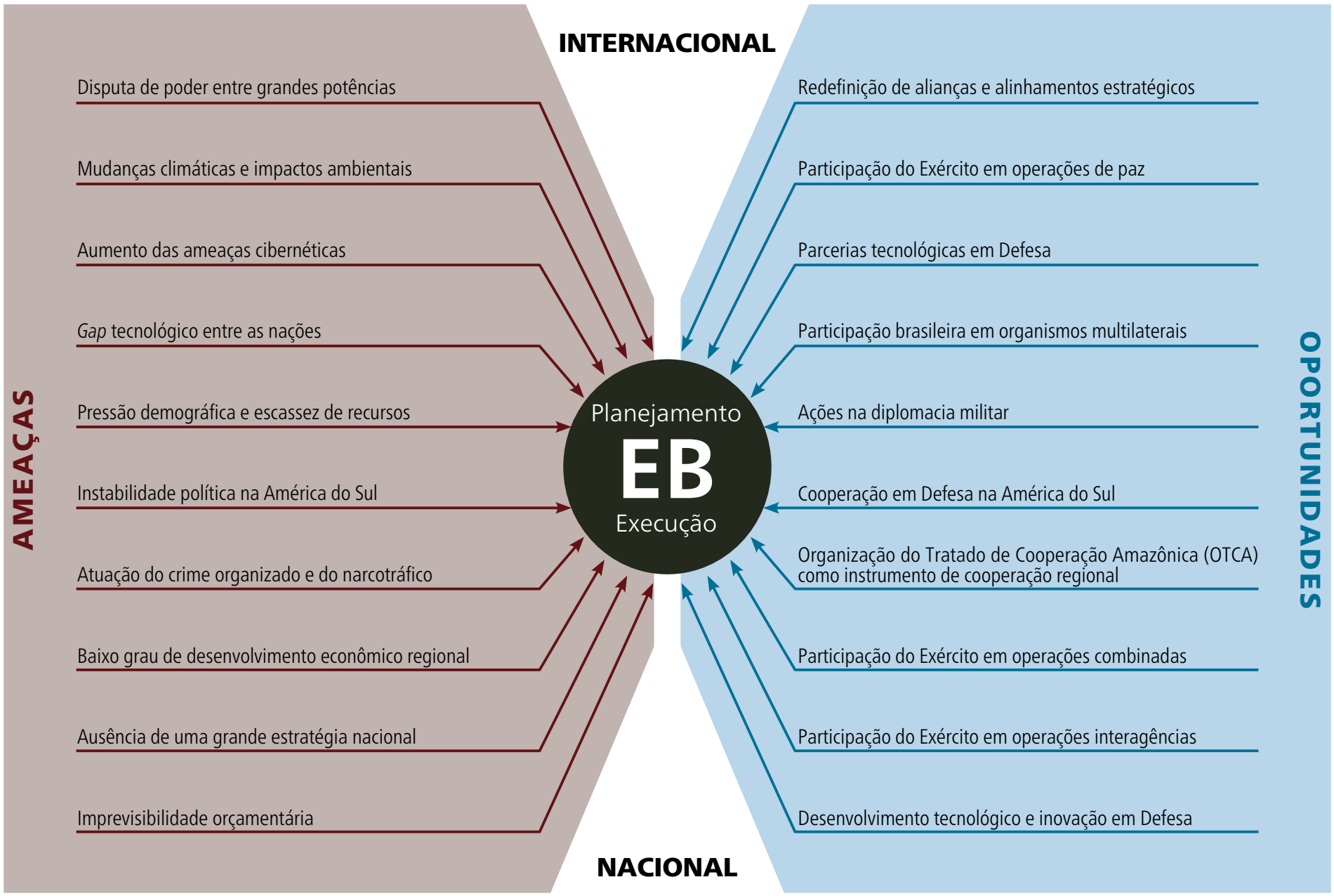
Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades.

As ameaças correspondem ao conjunto de situações que constituem "riscos" ao desempenho do Exército Brasileiro. Elas devem ser constantemente monitoradas, a fim de mitigar riscos. As principais ameaças que impactaram o planejamento do Exército Brasileiro, em 2022, figuram no quadro abaixo.

As oportunidades correspondem ao conjunto de situações que podem contribuir para o bom desempenho do Exército Brasileiro. Elas podem ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como "chances".

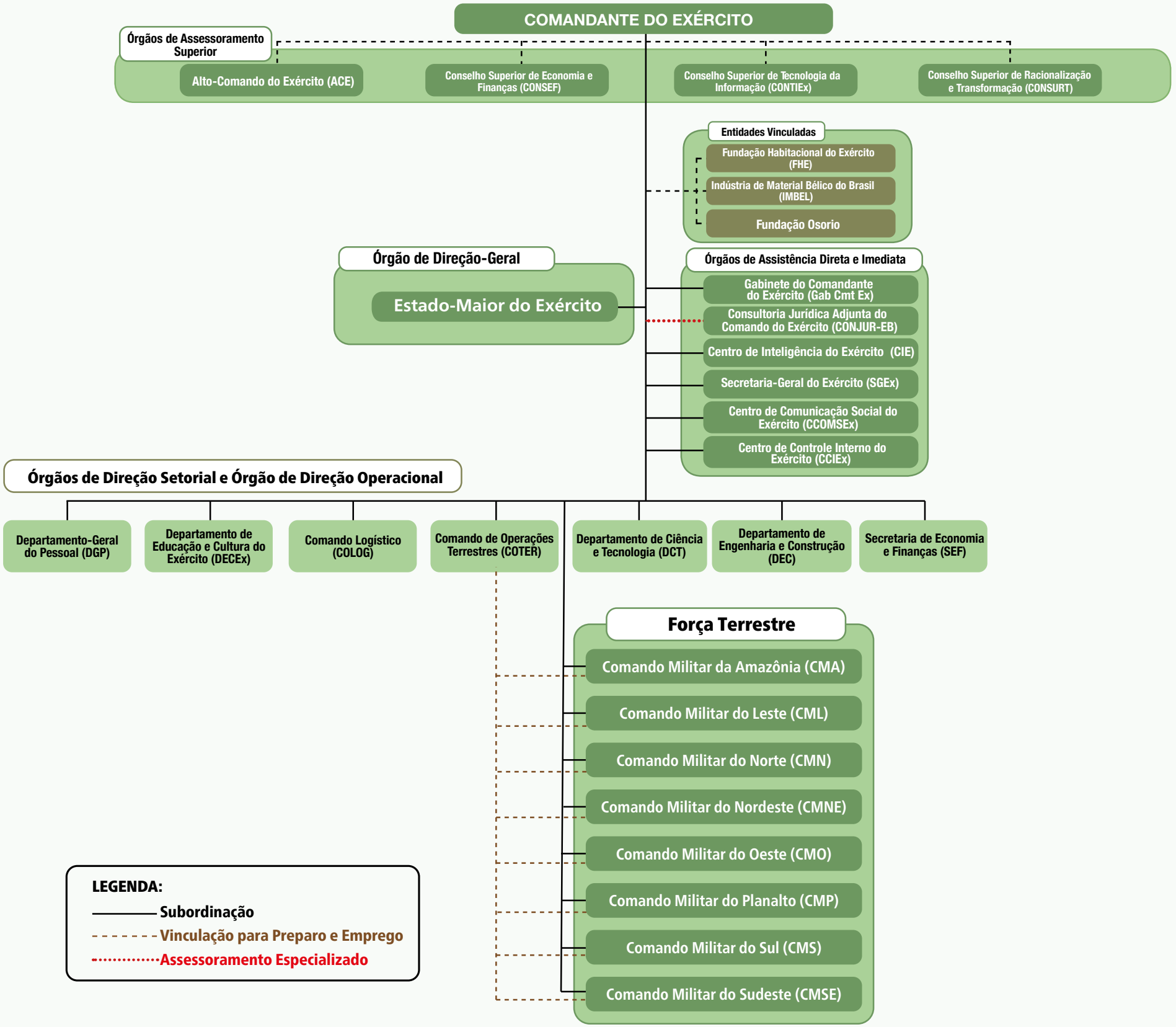
O quadro abaixo apresenta a síntese das ameaças e oportunidades para a administração do EB, no que diz respeito ao seu planejamento e sua execução, oriundas do ambiente externo em 2022, divididas em ameaças (coluna da esquerda) e oportunidades (coluna da direita), e distribuídas em um contínuo, do internacional (acima) ao nacional (abaixo).

Fonte: Elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), em 28 de setembro de 2022



1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

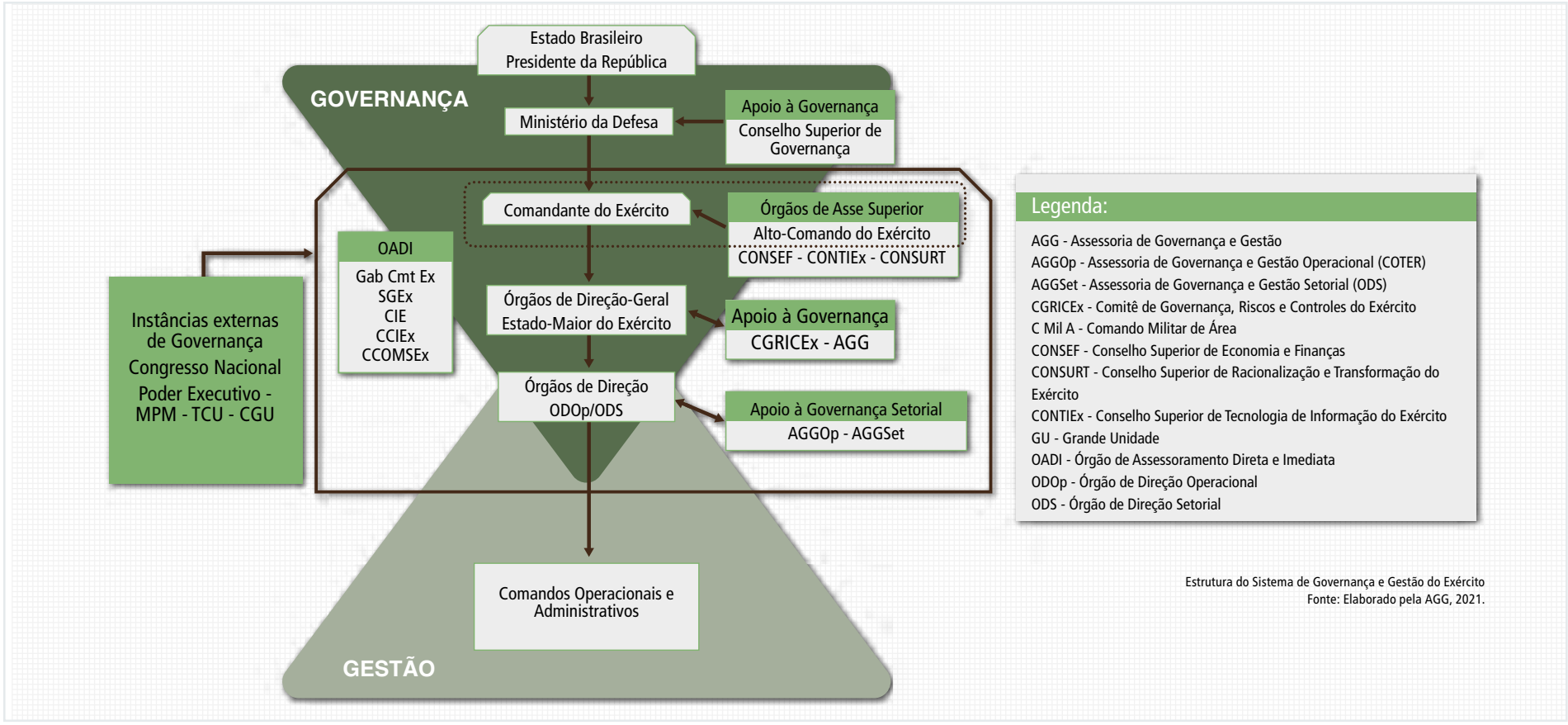
A estrutura organizacional do Exército completa pode ser acessada no endereço eletrônico http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional.



1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

Como instituição de Estado, fundamentada na Constituição Federal, o Exército atende às necessidades da sociedade por meio das demandas do Estado Brasileiro e dos poderes constituídos - Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais se configuram como as principais partes interessadas perante o Ministério da Defesa e com as instâncias externas de governança, conforme figura a seguir:



Estrutura do Sistema de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2021.

Em sua concepção, o Sistema de Governança e Gestão está alinhado ao Plano Estratégico do Exército, Objetivo Estratégico 10 (OEE-10), que visa aumentar a efetividade na gestão do bem público.

1.4.1.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

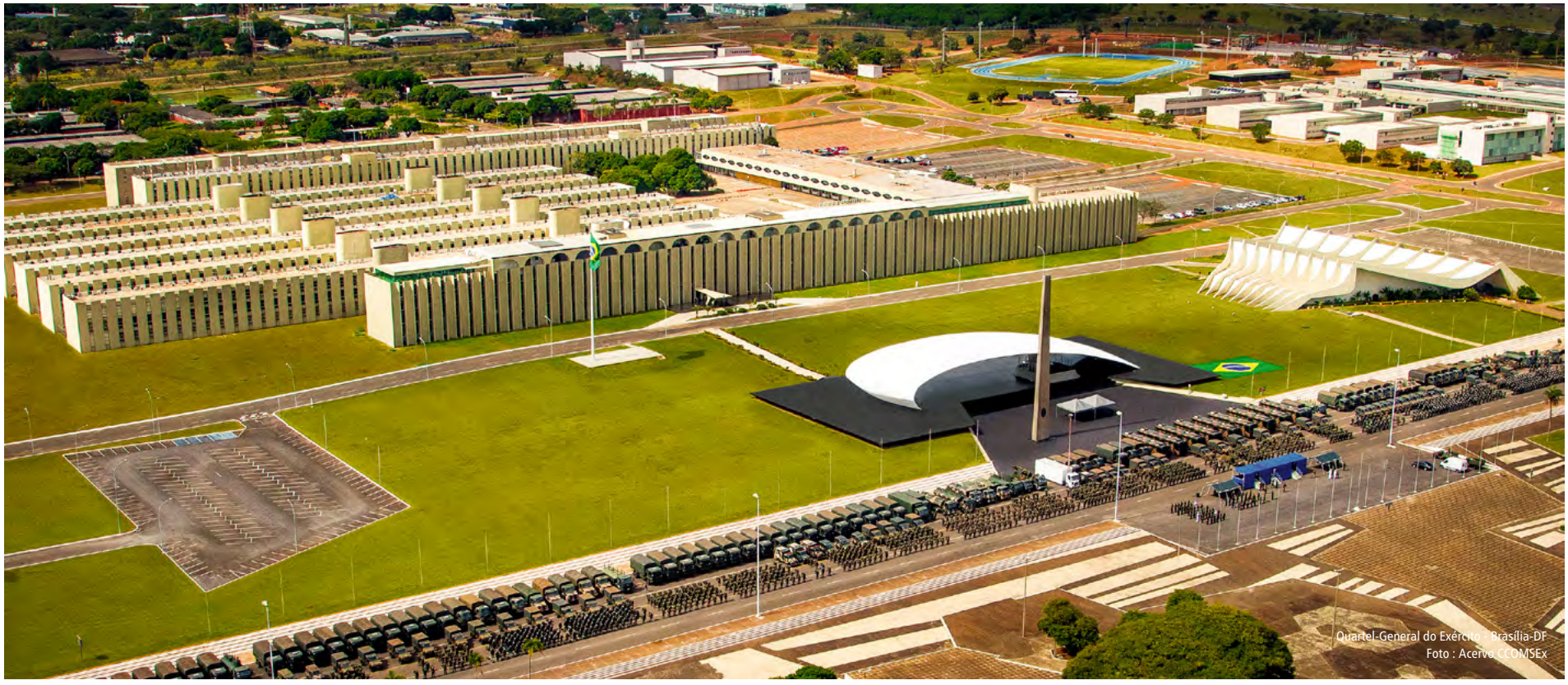
ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO: colegiado composto pelo Comandante do Exército e pelos oficiais-generais integrantes do Alto-Comando do Exército.

ÓRGÃO DE DIREÇÃO-GERAL: o Estado-Maior do Exército (EME) é o Órgão de Direção-Geral (ODG) responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre (F Ter), visando ao cumprimento de sua destinação constitucional.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Alto-Comando do Exército (ACE): conselho permanente de assessoramento ao Comandante do Exército, principalmente nos assuntos relativos à Política Militar Terrestre e às estratégias para a sua consecução e nas matérias de relevância dependentes de decisão do Comandante do Exército.

347ª Reunião do Alto-Comando do Exército - Brasília-DF, Dez 22.
Foto: 1º Sgt Sionir/CCOMSEx



Quartel-General do Exército - Brasília-DF
Foto : Acervo CCOMSEx

Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização, no âmbito da Força Terrestre.

Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na formulação da política econômico-financeira do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais, nos assuntos administrativo-financeiros da Força e na administração do Fundo do Exército.

Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais, e no planejamento, na direção e no controle das ações de tecnologia da informação do Comando do Exército.

1.4.1.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx): responsável por emitir recomendações para o aprimoramento e a atualização da governança, da gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

Assessoria de Governança e Gestão (AGG): criada em 2020, cuja missão é assessorar o ODG na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão em nível estratégico.

Órgão de Direção Operacional (ODOp) e Órgãos de Direção Setorial (ODS): sob orientação e coordenação do Órgão de Direção-Geral (ODG), são responsáveis por promover a governança e a gestão em áreas setoriais específicas, otimizando a transformação e a racionalização do EB.

Assessorias de Governança e Gestão Operacional e Setorial: assessoram o ODOp e o ODS na implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e na avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão em nível setorial.

Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx): responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no âmbito do Comando do Exército.

Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX): órgão responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de comunicação social no âmbito do Exército.

1.4.1.3 INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

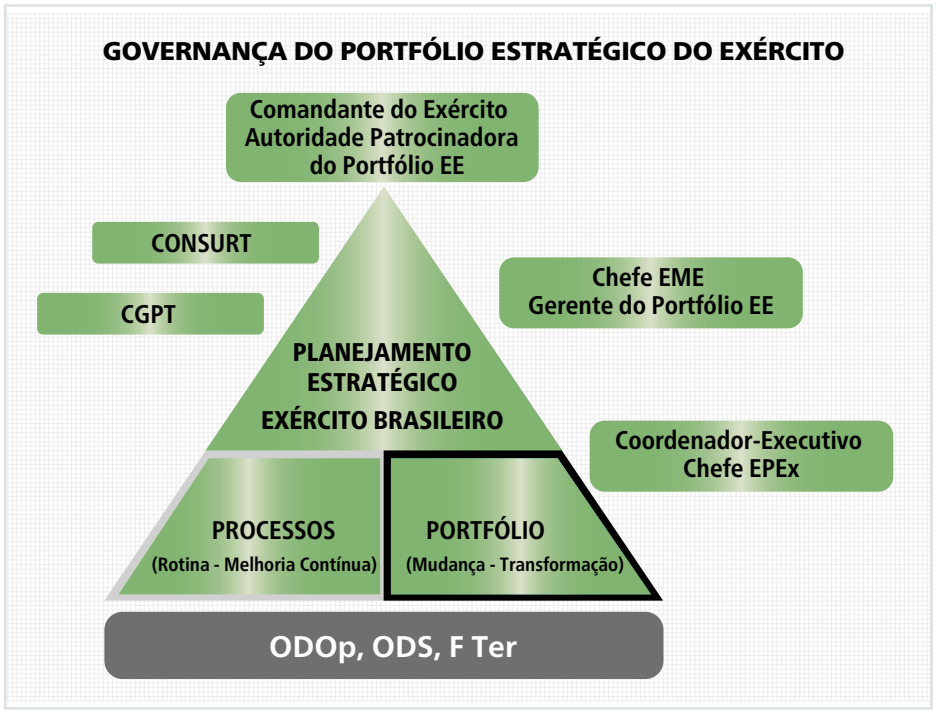
As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, que atuam e apoiam o sistema de governança da Força, são:

- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar (MPM);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria-Geral da União (CGU); e
- Conselho Superior de Governança do MD (CONSUG-MD).

1.4.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Para a efetiva gerência e tomada de decisões, a estrutura denominada Governança do Portfólio Estratégico do Exército é responsável por definir processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes interessadas.

O Escritório de Projetos do Exército (EPEx) é o órgão de coordenação executiva do EME, para fins de gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército, constituindo-se no escritório de projetos de mais alto nível da Força. O Portfólio Estratégico do Exército abrange as iniciativas estratégicas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades operativas e aperfeiçoamento dos macrossistemas do EB.



Fonte: EME

GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO

1) Autoridade Patrocinadora (AP) do Portfólio Estratégico do Exército

A AP do Portfólio Estratégico do Exército é o Comandante do Exército, que coordena a alocação dos principais recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros, incluindo os recursos oriundos de outras organizações ou escalões para o portfólio, programa ou projeto.

2) Conselho Superior de Racionalização e de Transformação (CONSURT)

O CONSURT é o órgão integrante da estrutura organizacional do Exército de mais alta instância no assessoramento ao Comandante do Exército, entre outros temas, para os assuntos da gerência do Planejamento Estratégico do EB, especialmente do Portfólio Estratégico do Exército e para a gestão dos componentes do portfólio, dos programas e projetos estratégicos da Força.

3) Gerente do Portfólio Estratégico do Exército

O Chefe do EME exerce a função de gerente do Portfólio Estratégico do Exército, cabendo-lhe coordenar os trabalhos decorrentes das ações previstas no PEEx, a fim de que sejam atingidos os objetivos estratégicos da Força.

4) Comitê Gestor do Processo de Transformação (CGPT)

O CGPT presta assessoramento ao CONSURT a respeito de decisões sobre a gestão do portfólio, dos programas e dos projetos estratégicos da Força.

5) Coordenador-Executivo do Portfólio Estratégico do Exército

O coordenador-executivo do Portfólio Estratégico do Exército é o Chefe do EPEx, constituindo-se em assessor imediato do Chefe do EME, para fins da coordenação do portfólio, tendo a incumbência principal de lhe prestar, com oportunidade, as informações necessárias a respeito do portfólio e de seus componentes.

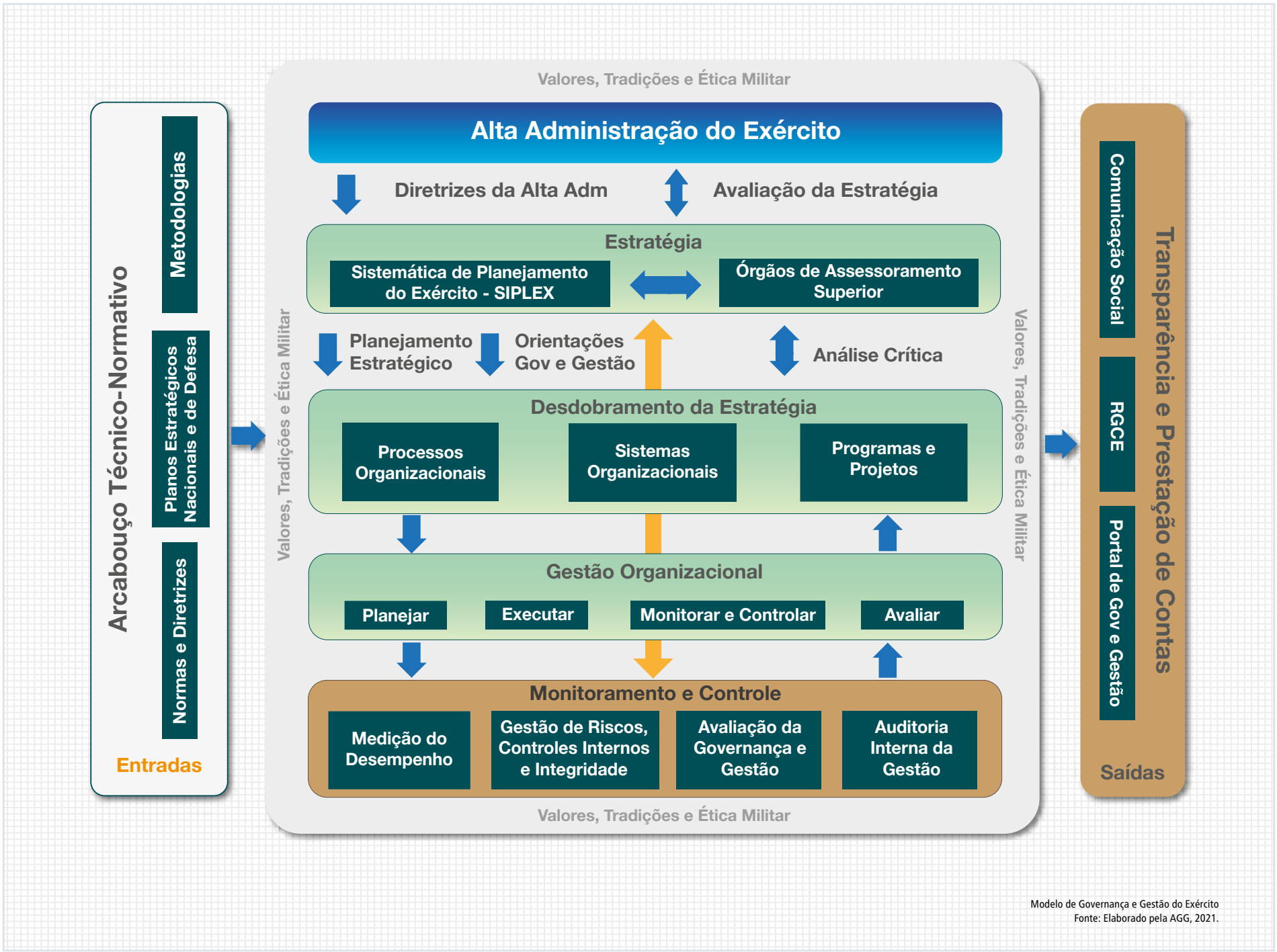
Fonte: EPEx 2022

1.4.3 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (MG²EX)

O modelo de governança e gestão do Exército (MG²EX) tem como base o arcabouço técnico-normativo, externo e interno à instituição, e as diretrizes da Alta Administração do Exército. Assim, o Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEx) traduz a Cadeia de Valor Agregado (CVA), a Política Militar Terrestre (PMT), a Estratégia Militar Terrestre (EMT) e o Plano Estratégico do Exército (PEEx), os quais direcionam os Planos de Governança e Gestão em todos os níveis.

A CVA, a PMT, a EMT e o PEEx são acompanhados por meio dos mecanismos de monitoramento e controle, que avaliam os resultados obtidos, retroalimentando o SIPLEx e subsidiando a avaliação da estratégia pela Alta Administração do EB.

A figura abaixo apresenta o Sistema de Governança e Gestão do Exército, com seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, que atuam para avaliar, monitorar e direcionar a gestão.



Modelo de Governança e Gestão do Exército
Fonte: Elaborado pela AGG, 2021.

Em 2022, dentre as ações associadas aos mecanismos e às práticas de Governança e Gestão do EB, destacam-se a reestruturação do Planejamento Estratégico, para o ciclo 2024-2027, e a atualização da Cadeia de Valor Agregado, dos Objetivos Estratégicos e dos Indicadores, nessa ordem, na nova metodologia.

1.4.4 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

Existe um grande esforço institucional de alinhamento e de adoção às melhores práticas de governança e gestão da Administração Pública para aperfeiçoar a prestação de serviços de interesse da sociedade brasileira, proporcionando entrega de valores e benefícios com os recursos financeiros destinados à Força Terrestre.

Nesse contexto, o EB instituiu o Objetivo Estratégico do Exército 10 (OEE 10): "Aumentar a efetividade na gestão do bem público", cuja estratégia e ações visam ao aperfeiçoamento da governança corporativa, ao aprimoramento do sistema de gestão, à adoção de procedimentos para melhorar a qualidade da execução orçamentária e à otimização da atuação do Controle Interno do Exército.

A avaliação desse Objetivo Estratégico é realizada por meio do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (iGG), estabelecido pelo Tribunal de Contas da União, que utiliza um instrumento de levantamento e autoavaliação aplicado aos órgãos da Administração Pública Federal, no qual o Exército Brasileiro encontra-se incluído. Os índices podem variar de 0,00 a 1,00, conforme a seguinte escala de maturidade institucional: "Inicial" (até 0,4); "Intermediário" (entre 0,4 e 0,7); e "Aprimorado" (acima de 0,7).

Na tabela abaixo, são apresentados os indicadores que compõem o atual iGG do Exército, obtidos em 2021, último ano de levantamento conduzido por aquele Tribunal de Contas, representando o Indicador de Resultado do OEE 10:

iGG (índice integrado de governança e gestão públicas) — **79,1%**	**iGestTI** (índice de capacidade em gestão de TI) — **81,2%**
iGovPub (índice de governança pública) — **79,4%**	**iGovContrat** (índice de governança e gestão de contratações) — **76,3%**
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas) — **83,5%**	**iGestContrat** (índice de capacidade em gestão de contratações) — **75,6%**
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas) — **89,2%**	**iGovOrcament** (índice de governança e gestão orçamentária) — **76,2%**
iGovTI (índice de governança e gestão de TI) — **78,9%**	**iGestOrcament** (índice de capacidade em gestão orçamentária) — **66,9%**

Fonte: TCU. Relatório Individual do Comando do Exército do Levantamento de Governança e Gestão de 2021. https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021_Devolutivas.htm

Foto: Banco de imagens Adobe Stock

1.5 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas. O atual plano, do período 2020-2023, denominado "Planejar, Priorizar e Alcançar", sofreu profundas alterações em relação ao PPA do período anterior, 2016-2019, buscando torná-lo uma peça de gestão passível de cumprimento e acompanhamento. Nesse sentido, a simplificação metodológica resultou em um documento muito mais enxuto, com significativa redução de atributos sob responsabilidade direta do EB.

Nessa perspectiva, no PPA anterior o EB possuía sob sua responsabilidade direta 12 metas e, no plano atual, apenas 1 meta.

A redução das metas não significou a diminuição da participação da Força Terrestre no atual PPA. Ao contrário, está previsto o emprego expressivo e efetivo de esforços e ações para o alcance dos objetivos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 - Defesa Nacional, ambos do Ministério da Defesa, nos quais o EB atua preponderantemente.

O Programa 6012 – Defesa Nacional foi criado para enfrentar a possibilidade de ameaças externas e internas, potenciais ou manifestas, que atentem contra a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constituídos e da lei e da ordem, sendo ambos de responsabilidade do Ministério da Defesa–MD. Nesse programa, inserem-se as ações precípuas da Força Terrestre, essencialmente por meio da execução dos Programas que compõem o Portfólio Estratégico do Exército.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA 6012 - DEFESA NACIONAL

ANO	RECEBIDO	UTILIZADO	%
2021	3.030.432.343	3.046.856.932	100
2022	3.620.483.595	3.611.206.826	99,7

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (dados de 31 de dezembro de 2022).
ORGÃOS: 52121 – CMDO EX; 52904 – FUNDO DO EXÉRCITO; 52222 – FUNDAÇÃO OSORIO; e 52221 – IMBEL

No ano de 2021, o orçamento foi executado integralmente. O valor utilizado maior do que o recebido é apenas contábil, fruto de variação cambial, que refletiu no SIAFI em virtude de aquisições realizadas no exterior em moeda estrangeira.

No ano de 2022, deixaram de ser executados R$ 9 milhões referentes à Emenda do Relator, em atendimento à decisão do STF.

O PPA 2020-2023 concedeu especial importância aos Programas ASTROS e FORÇAS BLINDADAS (antigo Programa GUARANI), que foram os únicos do EB a receber a designação dos novos atributos do Plano Plurianual vigente (PPA 2020- 2023), denominada Investimento Plurianual Prioritário (IPP).

O Investimento Plurianual Prioritário (IPP) é aquele que impacta o programa finalístico em mais de um exercício financeiro. Além disso, é necessário que a execução financeira acumulada tenha sido superior a 20% (vinte por cento) de seu custo total estimado até a conclusão do ciclo do PPA vigente, que se encerra em 2023.

O Resultado Intermediário - RI consiste em um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental que contribua de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa.

Quanto ao Programa ASTROS, ficou estabelecida a meta de entrega ao Exército Brasileiro de 03 viaturas nas versões MK3M e MK6 ao final de 2022. Em virtude de a AVIBRÁS Indústria Aeroespacial S.A, única Empresa Estratégica de Defesa que produz e que realiza as modernizações das viaturas do Sistema, encontrar-se em recuperação judicial, a entrega das viaturas foi impactada. Assim, o Programa ASTROS, no exercício de 2022, deu continuidade ao aperfeiçoamento dos demais sistemas em execução, bem como às obras de infraestrutura nas Organizações Militares do complexo do Forte Santa Bárbara (FSB), em Formosa-GO, e às ações complementares no âmbito do Programa.

Para o Programa Forças Blindadas, ficou estipulada como RI a entrega ao Exército Brasileiro de 61 viaturas blindadas sobre rodas até o final de 2022. Em função do recebimento de créditos adicionais, a meta estipulada foi ultrapassada, sendo recebidos o total de 88 viaturas.

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOpFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o "Índice de Operacionalidade das Forças Armadas" (IOPFA), criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional.

O conceito de "nível de operacionalidade" envolve a avaliação nas seguintes vertentes: efetivo, adestramento e preparo logístico.

Para 2022, o EB se comprometeu a atingir a meta de 70,56% do IOpFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 82,15%, demonstrando um índice acima das expectativas.

Foto: Sr Gabriel Leite Azambuja

Foto: Cb Erick Brain de Oliveira Lied - 1º RCC/Santa Maria-RS

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

1.6.1 INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) se alinha ao Plano Plurianual (PPA) e se orienta pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

Com base na PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) traça estratégias e ações estratégicas para assegurar que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) possam ser atingidos. As orientações estabelecidas na END estão voltadas para a preparação das Forças Armadas e do Brasil como um todo, com a indicação de capacidades adequadas para garantir a defesa e contribuir para a segurança do País, tanto em tempo de paz quanto em situações de crise ou mesmo de conflito armado.

O MD, a fim de orientar o preparo e o emprego da capacidade militar brasileira requerida para a Defesa Nacional, publicou a Política Militar de Defesa (PMD), a Estratégia Militar de Defesa (EMiD) e a Doutrina Militar de Defesa (DMD). A EMiD é o documento que define as Hipóteses de Emprego (HE) das Forças Armadas (FA) e as estratégias militares a serem empregadas em cada uma delas.

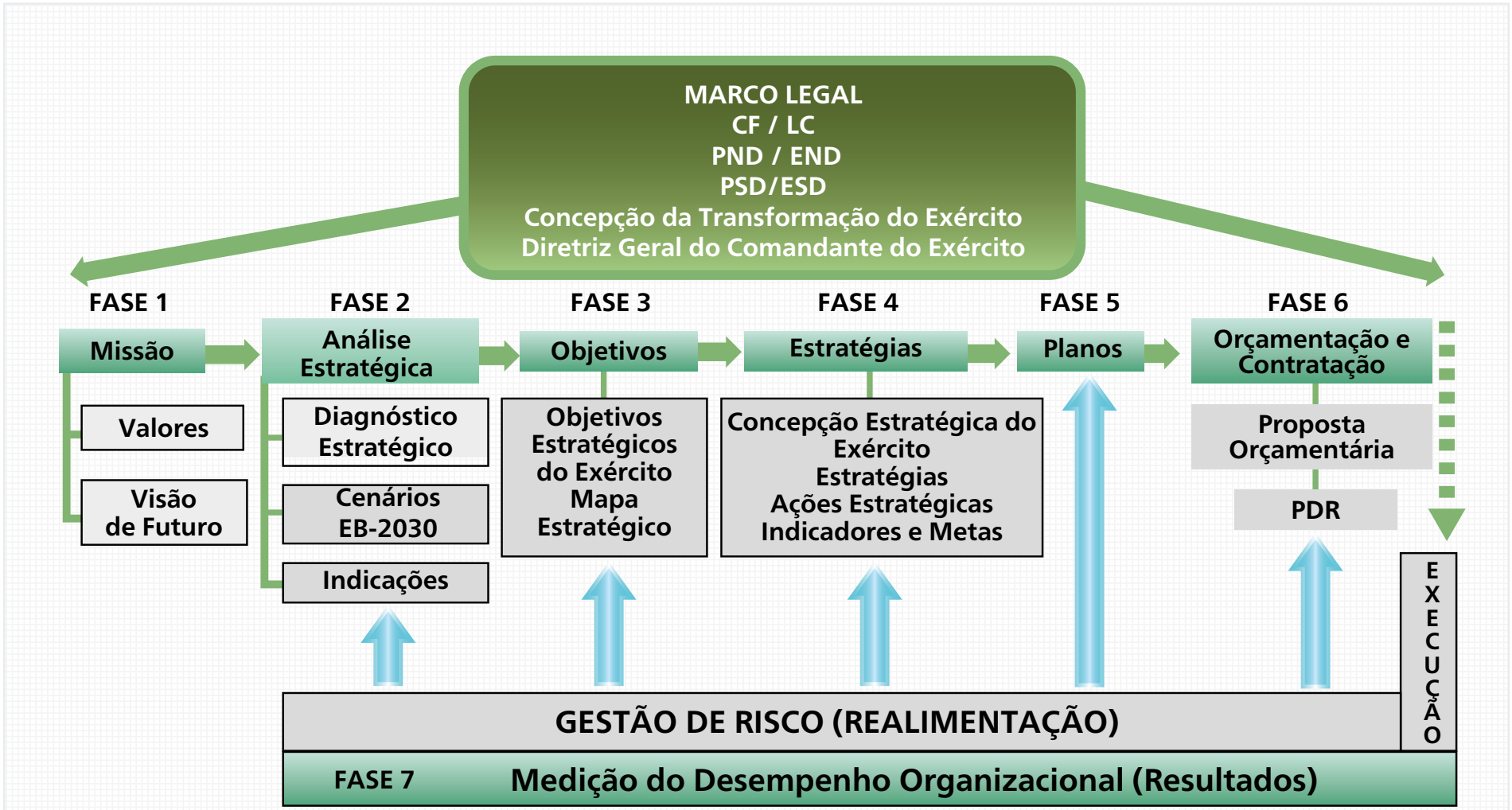
O Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), elaborado pelo MD, traduzido pela Política Setorial de Defesa (PSD) e pela Estratégia Setorial de Defesa (ESD), alinha-se ao PPA do governo federal.

O PEEx, em suma, deve estar alinhado ao PESD e orientará a organização e o preparo da Força Terrestre, visando ao seu emprego nas situações previstas na EMiD.

1.6.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria, consubstanciada no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que busca o alinhamento com os planos nacionais e setorial de Defesa e com o PPA.

A metodologia do SIPLEx percorre sete fases, assim nominadas e esquematizadas na figura abaixo:



Fonte: EME

O planejamento parte da análise da missão institucional e da visão de futuro pretendida. Inicialmente, considera-se uma análise estratégica atualizada e, em seguida, determinam-se quais são os objetivos estratégicos e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias, visando à melhoria do patamar de cumprimento da missão. Em seguida, são definidos os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), originando a Política Militar Terrestre (PMT), assim como são estabelecidas as condições para a elaboração da Concepção Estratégica do Exército e do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

O PEEx é o documento que materializa o planejamento da Instituição. Os OEE são desdobrados em Estratégias, Ações Estratégicas e Iniciativas Estratégicas. São estabelecidas metas e responsáveis pelas Iniciativas Estratégicas, cujo encadeamento visam ao aperfeiçoamento institucional e ao desenvolvimento de capacidades militares.

Com a confecção do PEEx, é elaborada a proposta orçamentária, para que sejam cumpridos os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

O planejamento de recursos necessários para o alcance dos OEE é realizado no ano A-1 (2021), com base nas Necessidades Gerais do Exército (NGE).

De posse das NGE, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com o Órgão de Direção Operacional e Setoriais os Planos de Descentralização de Recursos, cuja finalidade é a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário (2022).

Para o ciclo 2020-2023, a PMT elencou 15 (quinze) objetivos estratégicos, que estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades, conforme Mapa Estratégico ao lado:

Foto: Maj Juliano Trindade Martins de Campos

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2021.
Mais informações no link: http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613714/Politica_Militar_Terrestre_v_20_12_19.pdf/18615dc0-753f-a1e2-2275-e8c2fa060edd

1.6.3 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

Quanto à vinculação do Plano Estratégico com o PPA, o PEEx está alinhado aos conteúdos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional e 6012 – Defesa Nacional.

Em relação à vinculação do PEEx como PESD, o relacionamento entre os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) e Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) é apresentado na tabela abaixo, evidenciando um alinhamento de esforços para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro:

VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM O PPA E PESD

OEE (PEEx)	OSD (PESD)	PPA
OEE 01: Contribuir com a Dissuasão Extrarregional.	OSD 01: Contribuir com a dissuasão.	6012 e 0032
OEE 02: Ampliar a Projeção do Exército no cenário internacional.	OSD 04: Incrementar o apoio à Política Externa.	6012
OEE 03: Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social.	OSD 03: Contribuir para o desenvolvimento nacional, o bem-estar e as responsabilidades sociais.	6011, 6012, 2218 e 0032
OEE 04: Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.	OSD 07: Desenvolver os setores estratégicos de Defesa.	6012
OEE 05: Modernizar o sistema operacional militar terrestre – preparo e emprego da Força Terrestre.	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 06: Manter atualizado o sistema de doutrina militar terrestre.	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 07: Aprimorar a gestão estratégica da informação.	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento da sua destinação constitucional.	6012
OEE 08: Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.	OSD 02: Aprimorar o Preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	6012
OEE 09: Aperfeiçoar o Sistema de Ciência,Tecnologia e Inovação.	OSD 06: Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse da Defesa.	6012
OEE 10: Aumentar a efetividade na gestão do bem público.	OSD 05: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica.	6012 e 0032
OEE 11: Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar.	OSD 10: Incrementar a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e o culto aos valores, às tradições e à ética.	0032
OEE 12: Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura.	OSD 08: Preservar a efetividade dos sistemas de ensino das Forças Armadas. OSD 09: Estimular os estudos de Defesa.	6012 e 0032
OEE 13: Fortalecer a dimensão humana.	OSD 11: Fortalecer a dimensão humana.	6012 e 0032
OEE 14: Ampliar a integração do Exército à sociedade.	OSD 13: Ampliar a interação com a sociedade brasileira.	0032
OEE 15: Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes.	OSD 12: Compatibilizar o orçamento com as demandas do Setor de Defesa.	-

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2022.

O quadro a seguir apresenta a contribuição dos OEE para a missão institucional do EB:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO
Defender a Pátria	OEE 01, 03, 05, 06 e 11
Garantir os Poderes Constitucionais	OEE 03 e 11
Garantir a Lei e a Ordem	OEE 03 e 11
Apoiar o Desenvolvimento Nacional	OEE 09, 10, 12 e 14
Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres	OEE 01
Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território nacional	OEE 07
Fortalecer o setor cibernético	OEE 04
Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região amazônica	OEE 01, 08 e 13
Desempenhar responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz	OEE 02
Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento	OEE 02

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2022.

1.6.4 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A metodologia adotada para a construção dos Indicadores Estratégicos do Exército é a do Balanced Scorecard (BSC) ou Indicadores Balanceados de Desempenho.

A PMT, de 2019, estabeleceu um Indicador de Resultado (IR) para cada OEE, que visa medir os resultados dos macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado do EB (CVA-EB), que estão relacionados aos processos finalísticos (Operações Terrestres: Preparo e Emprego), gerenciais (Política e Estratégia) e de gestão interna.

Os IR podem ser compostos de outros indicadores denominados de Indicadores de Composição (IC), também previstos na PMT, formando a árvore de indicadores do IR. Destaca-se que a primeira medição dos IR, nessa nova sistemática, ocorreu em 2020.

Depois de estabelecida a árvore de indicadores para o PEEx 20-23, houve a necessidade de se revisar a medição dos IR para um melhor monitoramento e uma adequada avaliação dos resultados dos objetivos do planejamento estratégico. Essa revisão está sendo conduzida por meio de reuniões sistematizadas, nas quais são debatidas as melhores métricas para acompanhar a efetividade dos resultados obtidos.

Nesse contexto, os IR dos OEE são apresentados ao longo dos capítulos 2 e 3 deste Relatório e a relação completa pode ser encontrada no anexo A da Portaria-EME/CEx nº 979, de 06 de março de 2023.

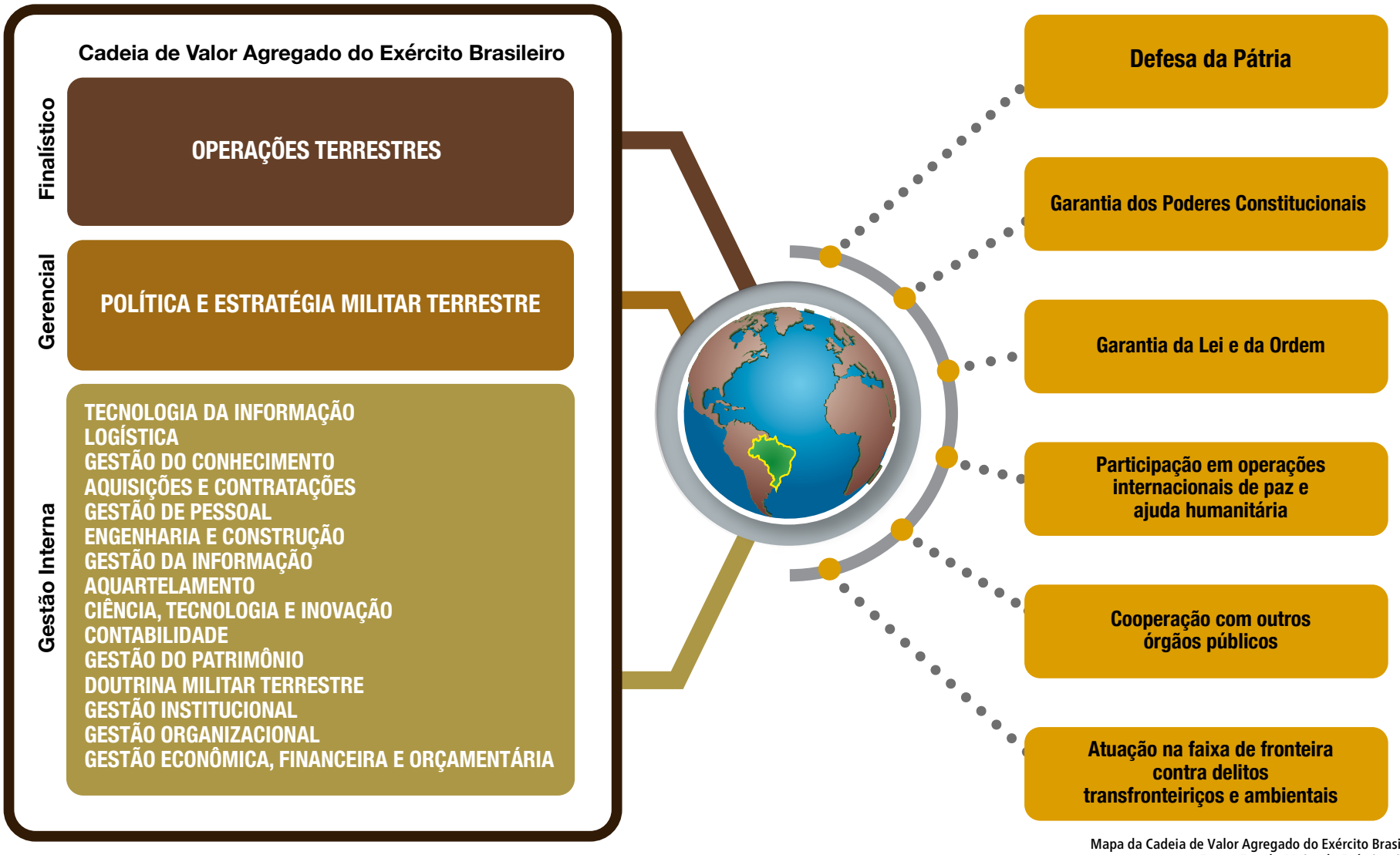
Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

1.7 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB)

A CVA-EB proporciona uma visão sistêmica do Exército, com ênfase nos grandes resultados e valores gerados para a sociedade. Os mecanismos de governança pública estão pautados na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade e na arquitetura organizacional orientada a processos, representados na Cadeia de Valor Agregado.

O modelo da CVA-EB está estruturado em 17 (dezessete) macroprocessos desenvolvidos pela Força, segmentados em processos finalísticos, gerenciais e de gestão interna. Conforme as áreas de atuação e sob a responsabilidade do EME, os processos do Exército representam os trabalhos de transformação de recursos de toda a Força Terrestre, conforme publicado na Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015.

Alinhada ao Sistema de Planejamento do Exército, a CVA foi concebida a partir de estudo e discussão entre representantes de todas as Subchefias do EME e dos órgãos da Alta Administração do Exército. Para isso, tomou como base a Missão e a Visão de Futuro institucional, consolidando nessa ferramenta os grandes processos do Exército, a fim de entregar produtos e serviços ao Estado, refletindo sua história e seu compromisso com a sociedade brasileira.



Mapa da Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
Fonte: Estado-Maior do Exército, 2022.

1.8 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A preocupação com o gerenciamento de riscos no âmbito do Exército Brasileiro, particularmente os relacionados às atividades de preparo e emprego operacional, permeia a própria história da Instituição e antecede, em muito, a base normativa recentemente estabelecida.

Essa preocupação também é percebida e já existia em relação às atividades administrativas e aos principais processos críticos.

Atualmente, a gestão de riscos e controles internos possuem como pilar a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018.

A PGR-EB tem por objetivos melhorar a governança, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para mais informações acesse a Política de Gestão de Riscos:

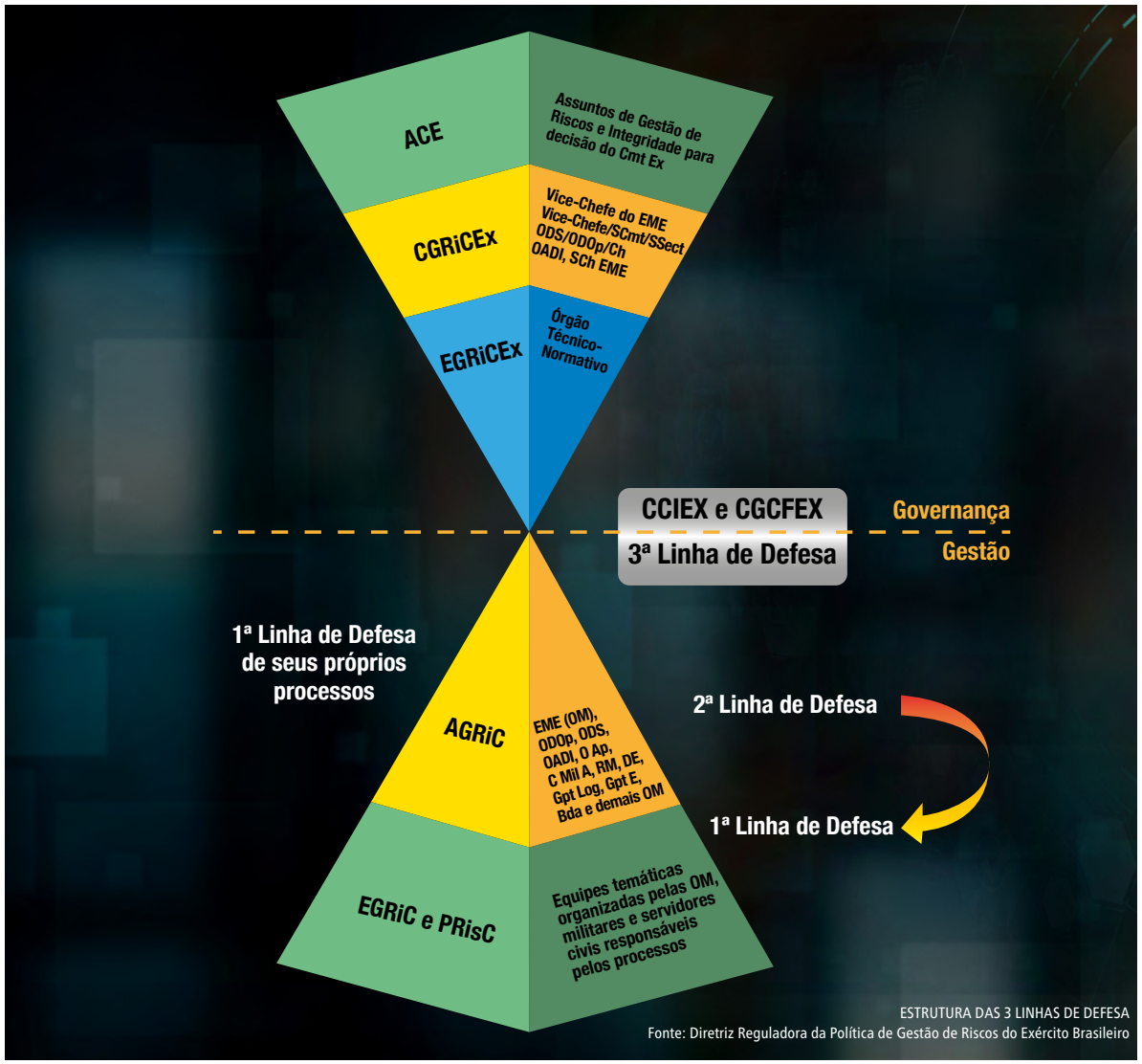
http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613710/Pol%C3%ADtica+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB.pdf/22d10bc3-789b-6b17-46b5-006302ff5c84

Em 2019, dando continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a **Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010)**, 1ª Edição, cuja finalidade é possibilitar o detalhamento das ações previstas na PGR-EB; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na PGR-EB; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; regular as competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx), do Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx), das assessorias de gestão de riscos e controles (AGRiC), dos proprietários de riscos e controles (PRisC) e das equipes de gestão de riscos e controles (EGRiC); orientar os diversos escalões do EB, incluídas as entidades vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito do EB e detalhar as competências e atividades necessárias para uma coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade vigente no Exército.

Para mais informações acesse a Diretriz de Gestão de Riscos:

http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613710/Diretriz+da+Pol%C3%ADtica+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB.pdf/e69be593-4e15-2031-a069-494f81e7ebdf

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, marca importante da Instituição, adotou-se o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão diretamente subordinado está cumprindo as determinações de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.



ESTRUTURA DAS 3 LINHAS DE DEFESA
Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro

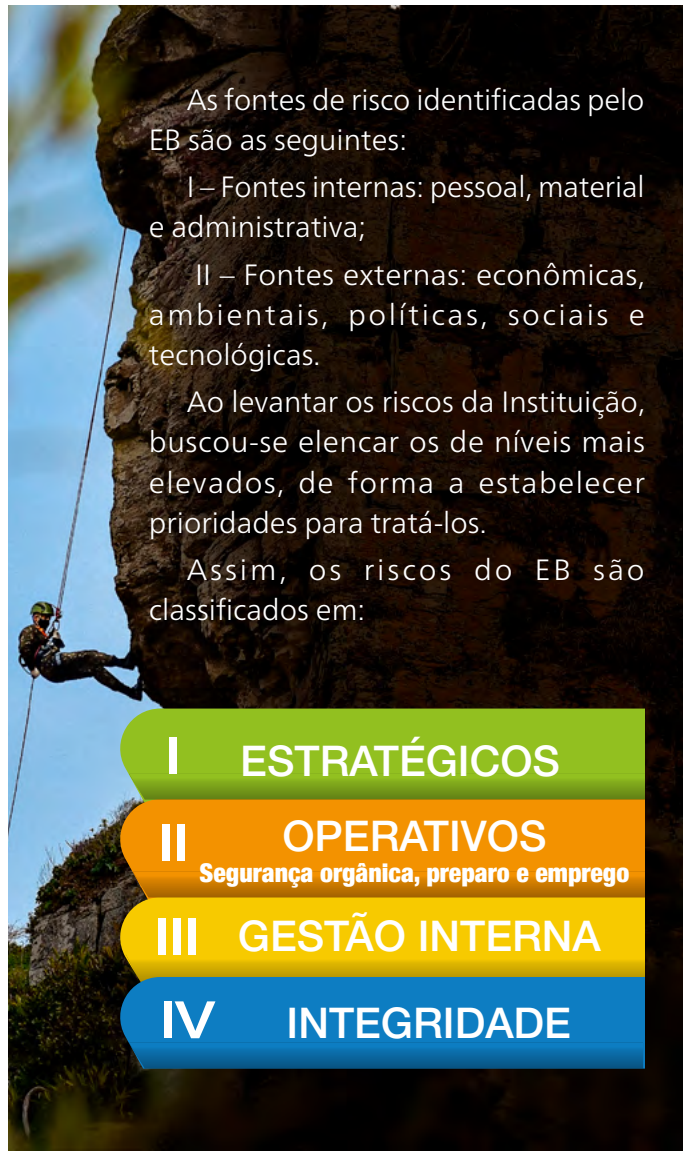
A gestão de riscos estratégicos do EB está incorporada ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, presente nas etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao nível de tolerância dos riscos da Instituição, em situação de normalidade, salvo exceções justificadas e devidamente autorizadas por autoridade competente, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como extremos. A identificação de riscos classificados nessa categoria implicará na obrigatoriedade do imediato estabelecimento de controles internos preventivos e para a mitigação dos danos visualizados.

Em outubro de 2019, com o objetivo de normatizar procedimentos, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB, MTMGR-EB, (EB20-MT-02.001), 1ª Edição.

Para mais informações acesse o Manual Técnico de Gestão de Riscos:

http://www.eb.mil.br/documents/10138/12613710/Manual+T%C3%A9cnico+da+Metodologia+de+Gest%C3%A3o+de+Riscos+do+EB.pdf/756c0913-7dac-6ea4-392a-cb3458c5ed5f



As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

I – Fontes internas: pessoal, material e administrativa;

II – Fontes externas: econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas.

Ao levantar os riscos da Instituição, buscou-se elencar os de níveis mais elevados, de forma a estabelecer prioridades para tratá-los.

Assim, os riscos do EB são classificados em:

De maneira geral, os principais riscos estratégicos, aos quais o EB está exposto, estão relacionados à insuficiência ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, assim como à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e de contingência com base na metodologia adotada.

No ano em destaque, uma das principais fontes de riscos encontrada no exercício financeiro esteve relacionada à redução dos recursos orçamentários previstos na PLOA, em relação aos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022. Atividades previstas, com destaque para de preparo e emprego da Força, foram afetadas em decorrência do planejado e o efetivamente disponibilizado na LOA executada.

OS PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS SÃO:

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
Variação cambial, desequilíbrio orçamentário, corte ou descontinuidade do fluxo regular de recursos orçamentários poderá levar a possíveis atrasos na obtenção dos benefícios, bem como às necessidades de ajustes de escopo dos programas estratégicos. Os benefícios dos programas, uma vez atrasados em suas obtenções, podem impactar negativamente com perda da janela de oportunidade para o atingimento do objetivo estratégico previsto, impondo restrições ao processo de transformação do Exército.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em Defesa, reavaliar os estudos de viabilidade econômica, adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas e renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa.
A não obtenção de valores orçamentários adequados para atender à implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética poderá causar descontinuidade nas entregas previstas pelos projetos integrantes dos Programas de Defesa Cibernética ou o retardamento da obtenção das capacidades a serem geradas.	Agir, com as autoridades competentes, para obter recursos orçamentários adequados para a implantação da estrutura de defesa e guerra cibernética, com oportunidade e efetividade.
Hiato tecnológico existente na indústria de defesa nacional ou falta de acesso às tecnologias de defesa de países fornecedores poderá implicar na falta de disponibilidade de materiais de defesa dotados com tecnologias compatíveis com as necessidades de transformação.	Sensibilizar as esferas de Governo Federal para a implementação de incentivos de ordem fiscal à indústria nacional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego em defesa. Articular com universidades e centros de pesquisa do país para o desenvolvimento de materiais de aplicação em defesa. Pactuar com países fornecedores para a internalização de tecnologias disponíveis.
Surgimento de novos materiais de defesa poderá acarretar na obsolescência tecnológica antecipada de materiais de defesa em produção ou em desenvolvimento, o que poderá levar à falta de continuidade da viabilidade técnica dos processos de aquisição ou de desenvolvimento para entregas de projetos de defesa específicos.	Atualizar os requisitos de novas entregas, conforme as informações disponíveis de novos materiais ou tecnologias. Ajustar o escopo de projetos e/ou programas. Reavaliar os estudos de viabilidade econômica dos benefícios dos programas.
O desalinhamento entre as capacidades militares de defesa do MD e as capacidades operativas da Força Terrestre poderá comprometer o preparo da Força Terrestre para o emprego nas operações de guerra.	Buscar o equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias.
O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força, bem como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	Sensibilizar o Governo Federal para a crescente priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em defesa.

O EB está atuando no sentido de capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema e aperfeiçoar o processo de gestão de riscos no âmbito da Instituição. Dentre as principais oportunidades surgidas, destacam-se:

- captação de recursos em órgãos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção dos Produtos de Defesa, ratificada pela existência de projetos de sucesso desenvolvidos pelo EB;

- atuação na coordenação da implantação e do desenvolvimento do Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação;

- aproveitamento de novas tecnologias de defesa, o que poderá levar à ampliação do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna. Isso poderá levar à redução de custos de obtenção de materiais de defesa da indústria nacional;

- a capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), por intermédio de cursos de extensão e pós-graduação, particularmente, mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior;

- entrada em operação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG). Esse sistema, quando finalizado, proporcionará informações mais confiáveis e, por possuir um relatório de crítica, servirá de base para os planejamentos de aquisições, resultando em economia, melhor controle dos estoques, de distribuição e na qualidade dos bens adquiridos; e

- as ampliações do volume de exportação de Produtos de Defesa pela indústria nacional com reflexos em aumento da escala de produção interna e do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna.

Torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa e no controle e aprimoramento de seus gastos, a fim de aumentar, em todos os níveis, a efetividade do gasto público de custeio.

É fundamental para a transformação do Exército e consequente desenvolvimento nacional que os planejamentos dos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão de recursos disponíveis para os Programas Estratégicos do Exército (Prg EE).

1.9 ATUAÇÃO DE SUPERVISÃO, CONTROLE, RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES E DE CORREIÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS

1.9.1 INTRODUÇÃO

As principais ações de supervisão, controle, responsabilização de militares e correição dos servidores civis, adotadas para cumprir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência do art 37 da Constituição Federal, são representadas pelas atividades de apuração que consistem na execução de procedimentos específicos, os quais têm por finalidade averiguar possíveis atos ou fatos ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos sob a jurisdição do Comando do Exército.

Das atribuições do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) e dos Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx), cabe a esses órgãos acompanhar e avaliar os processos administrativos instaurados pelas Organizações Militares do Exército, visando apurar indícios de irregularidades administrativas e reposição de danos causados ao erário, em conformidade com as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas (EB10-N-13.007), aprovadas pela Portaria nº 1.324-Cmt Ex, de 4 de outubro de 2017.

O quadro de pessoal do Comando do Exército é composto por militares e servidores civis, regidos por legislação específica para cada segmento e listada ao longo desta seção, sendo o Departamento-Geral do Pessoal (DGP) o órgão setorial responsável pela gestão de ambos.

1.9.2 ATIVIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DE MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que tem por finalidade definir as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas às punições disciplinares, ao comportamento dos militares, dos recursos e das recompensas, estando disponível no link (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm).

Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, que seja ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe (conforme o RDE).

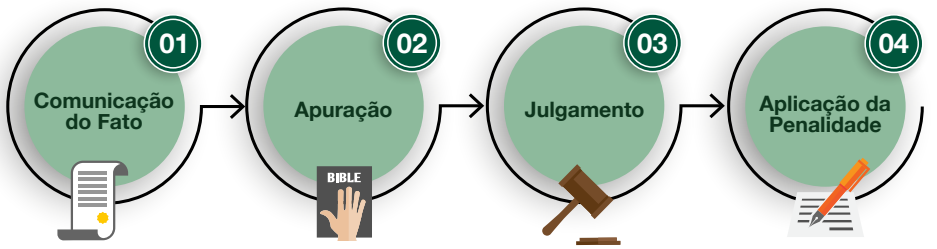
No Exército, a apuração e a responsabilização de transgressões disciplinares são realizadas em todos os níveis da estrutura de comando, chefia e direção das organizações militares, conforme prevê a base normativa.

Nesse contexto, cabe ao DGP, também, o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, seleção e promoção dos militares.

As atividades de responsabilização de militares subdividem-se em duas vertentes: casos relacionados à disciplina militar; e os de violações de caráter ético-moral.

No que diz respeito aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de responsabilização próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina, e têm como objetivo a apuração de transgressão disciplinar.

A aplicação da punição disciplinar visa à preservação da disciplina e tem caráter educativo.



Processo de aplicação de sanção disciplinar para militares.

Quanto às violações de caráter ético-moral, as condutas consideradas antiéticas praticadas por militares têm seus julgamentos realizados por intermédio de Tribunais de Honra: Conselhos de Justificação (julgamento de oficiais - Lei nº 5.836/72); e dos Conselhos de Disciplina (julgamento de praças - Decreto nº 71.500/72).

TRIBUNAIS DE HONRA INSTAURADOS EM 2022

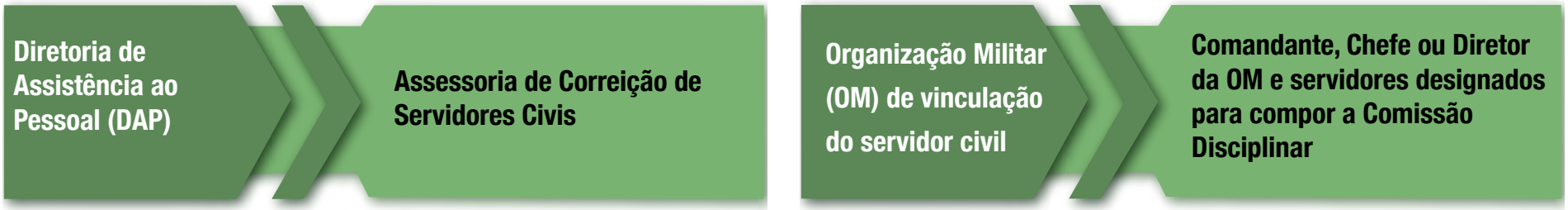
Tipo	Posto/Graduação	Quantidade
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	9
Conselho de Justificação	Oficiais	2

Fonte: Assessoria de Tribunais de Honra, dezembro de 2022

1.9.3 ATIVIDADE DE CORREIÇÃO RELATIVA AOS SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição relacionadas aos servidores civis são coordenadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – PAD), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), são realizados, de forma centralizada, pelo DGP, à exceção das demissões, cujos registros de julgamento são efetuados pela Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa (DIPEC/MD).



Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD), atualizado em 2022.

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS AOS SERVIDORES CIVIS EM 2022 (ÂMBITO EB)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Demissão	2
Cassação de Aposentadoria	1
TOTAL EXPULSIVAS	3
Advertência	2
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	2
TOTAL GERAL	5

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD) e informações das OM, atualizado em 2022.

Os procedimentos correcionais de menor gravidade e suas respectivas sanções (sindicâncias que resultam em advertência e suspensão de até 30 dias), por serem instaurados e julgados nas OM de lotação dos servidores, são cadastrados pela Diretoria de Assistência ao Pessoal, a DAP, perante a CGU-PAD, após o recebimento dos respectivos autos processuais pela DAP.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS SANÇÕES APLICADAS (ART 117, DA LEI Nº 8.112/90)

CAUSA	QUANTIDADE
Acumulação Ilícita de Cargos	1
Assédio Sexual	1
Abandono de Cargo	1
Descumprimento de normas legais e regulamentares	2
TOTAL	5

Fonte: Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares (CGU-PAD), atualizado em 2022.

1.9.4 ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

As atividades de Auditoria Interna Governamental são realizadas pelo Sistema de Controle Interno do Comando do Exército (SisCIEx), que está assim estruturado:

- como órgão central, pelo CCIEx, Órgão de Assistência Direta e Imediata (OADI) ao Comandante do Exército e Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, integrando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O CCIEx orienta todo o SisCIEx para que suas atividades ocorram em conformidade com a legislação em vigor; e

- como unidades regionais do SisCIEx, pelos CGCFEx. Sob a coordenação do CCIEx, desenvolvem atividades de Auditoria Interna Governamental, realizando também o acompanhamento da apuração de dano ao erário e a análise de atos de pessoal (admissões e concessões de aposentadorias, reformas e pensões).

A atividade de Auditoria Interna Governamental no âmbito do Comando do Exército é realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do Comando do Exército, que contemplará, prioritariamente, a relação dos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos e os trabalhos a serem realizados em função de obrigação normativa. O PAINT está disponível no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados pelo CCIEx e CGCFEx, são divulgadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponibilizado no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

Foto: Banco de imagens Adobe Stock

1.9.5 APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E ILÍCITOS

Tendo em vista a complexibilidade de uma Instituição que se encontra desdobrada em território de proporções continentais, o presente relatório, embora detalhado e contendo vasta quantidade de informações e dados contábeis, não esgota o assunto.

No que concerne aos processos de apuração de eventuais irregularidades ou ilícitos, estes são conduzidos de forma descentralizada, pelos órgãos responsáveis por sua apuração, análise e decisão, a qual é dada publicidade de suas conclusões, conforme os preceitos legais e, ainda, preservando-se o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Batedores do BPEB - Passagem de Comando do CMP - Foto:MD

RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

Fotomontagem: Ten Martins/COMSEx

2. RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

2.1 DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

2.1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, contribuir com a dissuasão extrarregional é ter forças militares com eficiência operacional e poder de combate, expressos pelo grau de ordenação, qualificação e preparação dos recursos materiais e humanos, suficientes e capazes de desencorajar qualquer agressão militar e, também, dispor de tropas com maior capacidade de mobilidade (estratégica e tática) e elasticidade.

O Objetivo Estratégico do Exército 01 (OEE 01) – contribuir com a dissuasão extrarregional – tem a intenção de dispor de OM com elevada prontidão, mobilidade (estratégica e tática), letalidade e proteção (individual e coletiva), suficientes para desaconselhar ou desviar ameaças, reais ou potenciais, em qualquer expressão do poder, inibir a concentração de forças hostis na fronteira terrestre, contribuir para a dissuasão nas águas jurisdicionais e no espaço aéreo do País.

Assim, as atividades estabelecidas no Plano Estratégico do Exército para o OEE 01 afetam sensivelmente o preparo da Força Terrestre para emprego em Operações Terrestres, processo finalístico do Exército Brasileiro.

2.1.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Índice de Operacionalidade da Força Terrestre (IOpFT) é um indicador a cargo do EB que compõe o Índice de Operacionalidade das Forças Armadas, criado para mensurar o desempenho do Programa 6012 - Defesa Nacional do Plano Plurianual.

O conceito de nível de operacionalidade envolve a avaliação interna à Força, conforme indicador abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 01

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-01	= [(Índice de eficácia na prontidão x 50) + (Índice de Prontidão Logística x 40) + (Índice de Efetivo Existente nas Brigadas x 30)] / 120	82,15%	80% de operacionalidade anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Para 2022, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 80% do IOpFT. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 82,15%, ficando acima do esperado.

Foto: Sd Bruno José de Almeida/5º BIL

2.1.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

As prioridades e os objetivos do Programa 6012 – Defesa Nacional – abrangem, dentre outras vertentes, projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio controle, mobilidade e presença, previstos na Estratégia Nacional de Defesa.

Nesse sentido, cita-se dentre outras prioridades estabelecidas para os objetivos estratégicos no ano de 2022, aquelas associadas às entregas físicas dos seguintes Programas Estratégicos do Exército:

PRG EE	AO	RECEBIDO (R$)*	UTILIZADO (R$)*	TAXA DE EXECUÇÃO %
F Bld	14T4	789.404.974,00	789.382.470,26	100
ASTROS	14LW	50.435.927,00	50.435.927,00	100
AVIAÇÃO	21D3	233.758.620,00	233.854.819,62	100
	3138	9.217.136,00	9.217.135,60	100
DAAE	13DB	14.009.244,00	13.957.230,34	99,6
	21D1	595.183,00	595.102,19	99,9
OCOP	21D2	92.496.574,00	92.698.862,00	100

Fonte: Tesouro Gerencial.

(*) – As Ações de Governo, cujos valores empenhados estão acima das dotações atualizadas recebidas, se devem às variações cambiais dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC (CEBW), conforme contratação de câmbio junto ao Banco Central (BC).

Fonte: Acervo do CCOMSEx

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.1.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO FORÇAS BLINDADAS - Prg EE F Bld

O Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas tem a finalidade de contribuir para a transformação das Brigadas Blindadas e Mecanizadas do Exército Brasileiro, por meio da obtenção coordenada de meios blindados de combate sobre rodas e sobre lagartas, impulsionando a Base Industrial de Defesa Brasileira pela aquisição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar. Surgiu da fusão do Programa Estratégico do Exército GUARANI com o Subprograma Forças Blindadas.

No escopo desse Programa, encontram-se a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR) composta por viaturas blindadas leves 4X4, viaturas blindadas médias 6X6 e 8X8, a viatura obuseiro autopropulsada sobre rodas 155 mm e a modernização do CASCAVEL. Além disso, a modernização do Blindado sobre Lagartas LEOPARD 1A5 BR e a aquisição de novas viaturas blindadas de combate sobre lagartas, integradas com sistemas de armas, sistemas de proteção e sistemas de comando e controle.

O Programa é composto, ainda, pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, bem como por ações complementares, infraestrutura e preparo, adequando as organizações militares para o recebimento dos novos materiais de emprego militar e contribuindo para a formação de operadores e mecânicos.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do Programa inclui uma diversidade de meios mecanizados e seus respectivos sistemas integrados, os quais devem possuir um índice de nacionalização superior a 60%.

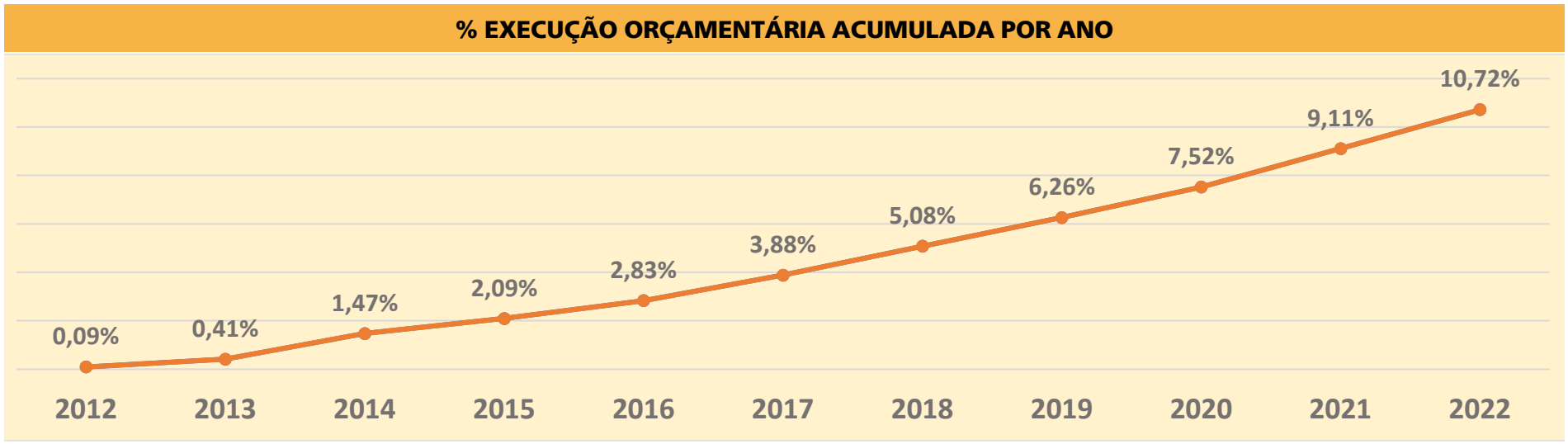
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2022 - PRG EE FORÇAS BLINDADAS

- 71 VBTP (MS)R 6x6 GUARANI
- 17 VBMT-LSR 4X4
- 111 Computadores Tático Militar
- Término dos protótipos das viaturas blindadas de engenharia
- Adequação da Infraestrutura das Unidades que receberam Viaturas Blindadas (estruturas de Manutenção e Garagem)
- 13 militares capacitados em sistemas de armas
- 20 militares capacitados no curso de manutenção de Chassi
- 20 militares capacitados no curso de manutenção de Operador
- 06 Sistemas de Armas Automatizadas REMAX
- 258 Sistemas de Armas Manuais
- 38 metralhadoras 7,62mm e 12,7mm
- 76 Sistemas de Comando e Controle
- Suporte Logístico Inicial (SLI) para as plataformas das VBTP-MR Guarani 6x6, para os Sistemas de Armas - Torre Automatizada (REMAX)

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2022, a execução orçamentária do programa foi de 1,61%, perfazendo um total acumulado de 10,72% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado.

Valor total planejado do programa: R$ 30.585.200.000,00.



Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/forcas-blindadas

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: 1º Sgt Ricardo Gonçalves Lorençato/1º BIMec

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.1.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS (Prg EE ASTROS)

O Programa Estratégico do Exército Astros tem por objetivo dotar a força terrestre com um sistema de apoio de fogo estratégico de longo alcance e elevada precisão, capaz de empregar toda a família de foguetes Astros e mísseis táticos de cruzeiro, além de implantar a estrutura física do Forte Santa Bárbara para a Artilharia de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO). É integrado por projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisição e modernização de viaturas e de construções de instalações, que contribuem para equipar a Força Terrestre e visam gerar novas capacidades dissuasórias.

Os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento envolvem a concepção, o desenvolvimento e o fornecimento de um míssil tático de cruzeiro e de foguetes guiados, em parceria com a Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS; um Sistema Integrado de Simulação, desenvolvido com a Universidade Federal de Santa Maria; e o Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo, contratado da empresa OMNISYS.

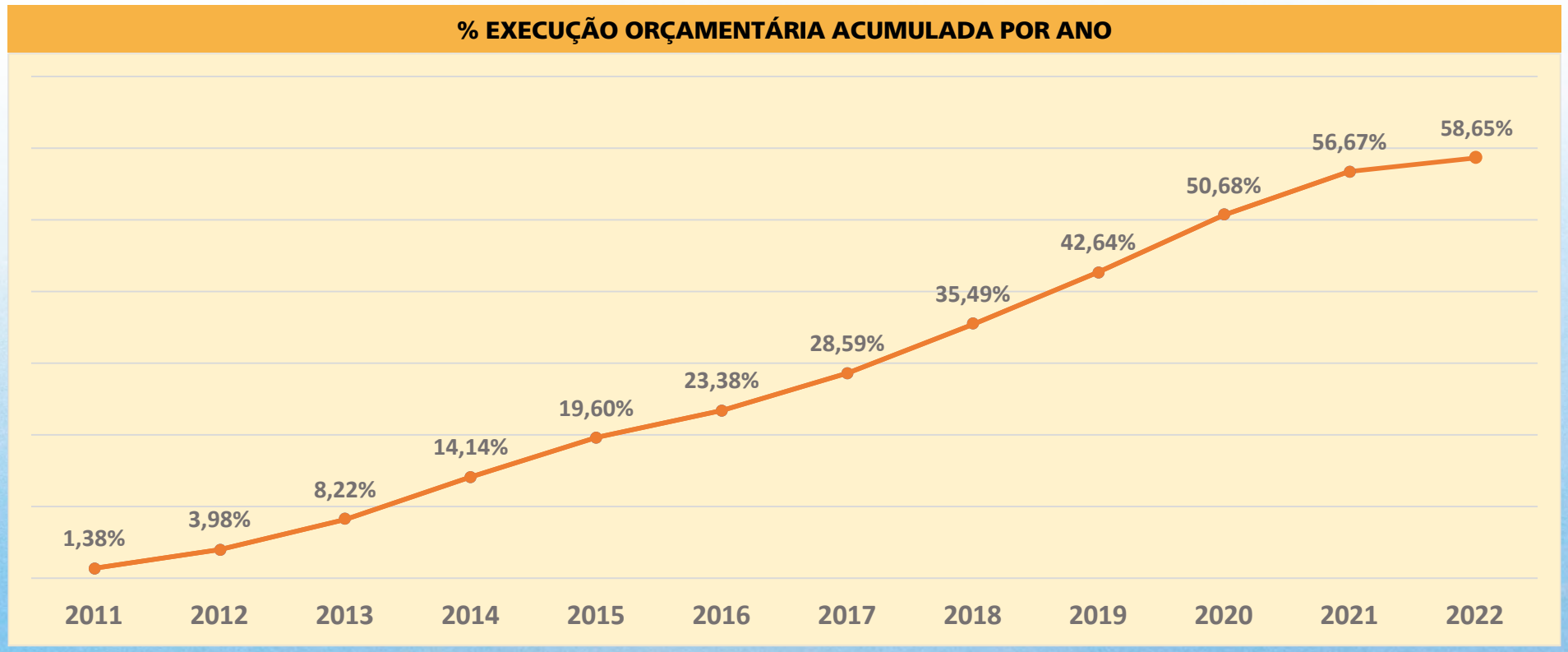
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2022 - PRG EE ASTROS

- **Auditório do Comando de Artilharia do Exército**
- **Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV)**
- **Continuação da construção da Base de Administração e Apoio do FSB**
- **Início da construção do Pavilhão do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV) no Centro de Avaliações do Exército (CAEx)**
- **Etapas do Sistema Integrado de Simulação Astros (SIS-ASTROS), referentes à continuação do TED 20-EME-03-00, firmado com a UFSM (RS)**

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2022, a execução orçamentária do programa foi de 1,98%, perfazendo um total acumulado de 58,65 % do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 2.435.000.000,00.



Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Cb Matheus Henrique Araújo

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.1.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO (Prg EE Av Ex)

O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército tem como objetivo geral manter a Aviação do Exército como um vetor de modernidade e eficiência operacional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla o aperfeiçoamento do Sistema de Aviação do Exército, por meio da modernização da frota existente e da aquisição de aeronaves de ataque, a fim de contribuir com o cumprimento de missões de combate ofensivas, de reconhecimento e de segurança.

O Programa é composto por projetos que visam ampliar as capacidades do Sistema de Aviação do Exército e por ações complementares de infraestrutura e modernização, adequando-se às organizações militares e buscando estender a vida útil da frota de helicópteros.

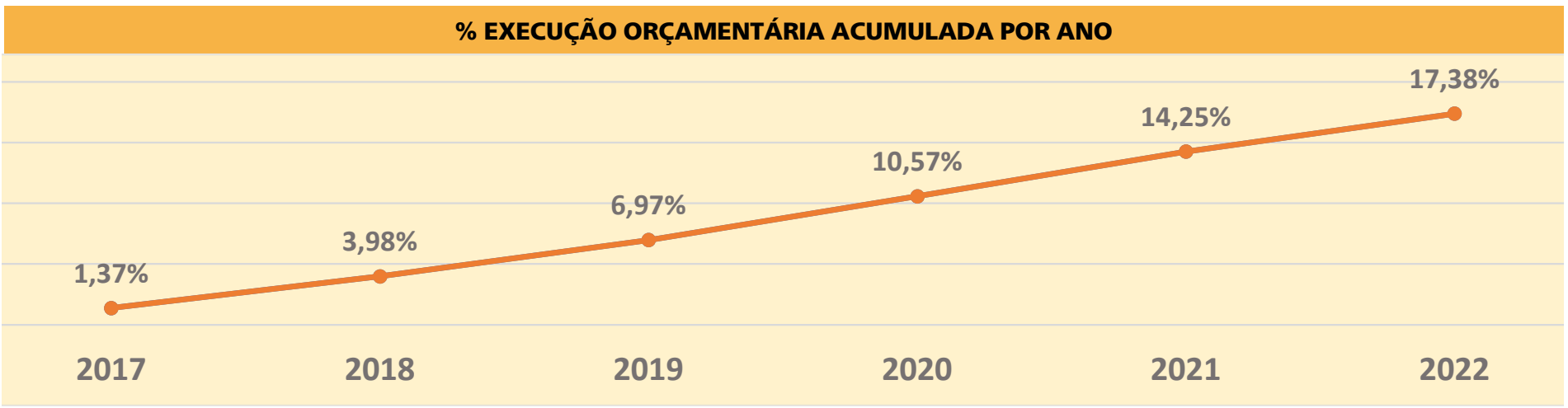
PRINCIPAIS ENTREGAS – 2022 - Prg EE Av Ex

- **4 aeronaves Pantera K2 (modernizadas)**
- **Aquisição de 8 motores novos para as aeronaves Pantera K2**

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Em 2022, a execução orçamentária do Programa foi de 3,13%, perfazendo um total acumulado de 17,38% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 4.905.862.000,00.



Fonte: Tesouro Gerencial.

Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/aviacao

Foto: Sd Rafael Aquino Silva (CIOpEsp)

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.1.3.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA (Prg EE DAAE)

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com o objetivo de recuperar capacidades já existentes, bem como obter novas capacidades de defesa antiaérea de baixa e média alturas, modernizando as organizações militares de Artilharia Antiaérea da Força Terrestre.

O Programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de produtos de defesa ainda não acessíveis no País, com a assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

Fonte: Estado-Maior do Exército.

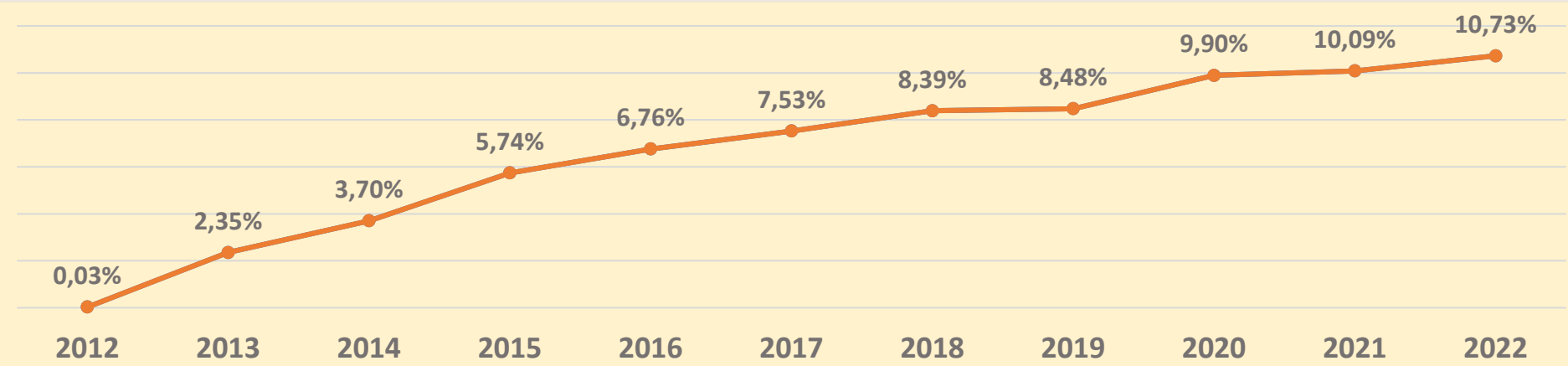
PRINCIPAIS ENTREGAS - 2022 - PRG EE DEFESA ANTIAÉREA

- **2 radares SABER M60 versão 2.0 (fabricação nacional)**
- **Conclusão de Cursos de Capacitação no sistema RBS-70, provenientes de contratos offset com a empresa sueca SAAB Dynamics AB**
- **Conclusão das obras do Centro de Ensino Baseado na Tecnologia da Informação (CEBTI), na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea**

Em 2022, a execução orçamentária do Programa foi de 0,64%, perfazendo um total acumulado de 10,73% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor planejado.

Valor planejado total do programa: R$ 4.130.148.934,00.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO



Fonte: Tesouro Gerencial.

Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea/escopodaae

Foto: Luciano Lopes de Souza

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.1.3.5 PROGRAMA OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (Prg EE OCOP) – 2022

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de Sistemas e Materiais de Emprego Militar para manter a permanente capacidade operacional, por meio da substituição de materiais e sistemas defasados tecnologicamente ou no final de seu ciclo de vida, da melhoria dos equipamentos individuais e coletivos do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do projeto contempla a pesquisa, o desenvolvimento e a modernização do Sistema e Materiais de Emprego Militar e do Produto de Defesa, buscando, no que couber, a interoperabilidade logística com as demais Forças.

PRINCIPAIS ENTREGAS - 2022 - PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO– PROGRAMA OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA

- Fabricação de 4.243 fuzis de assalto IA2 5,56mm
- Fabricação de 2 morteiros médios 81mm
- Revitalização de 15 morteiros pesados 120 mm
- Fabricação de lote piloto do monóculo de visão noturna OLHAR - 21 unidades
- Fabricação de lote de comprovação e desempenho da munição de morteiro 60 mm auto explosiva M4 – 600 unidades
- Fabricação de lote piloto fuzil 7,62 IA2 – 1.500 unidades
- 36 tablets militarizados para Escola de Sargentos das Armas
- 5 sistemas de posicionamento de artilharia (AGLS)
- 12 embarcações pneumáticas
- 30 sistemas de aeronaves remotamente pilotadas - Mavic 2 Enterprise Advanced
- 04 sistemas de aeronaves remotamente pilotadas – Matrice 300
- 1 sistema de monitoramento meteorológico (MW32)
- 1 sistema de ponte tipo fita Improved Ribbon Bridge (IRB)
- Revitalização de 3 obuseiros 105 mm Oto Melara
- Revitalização de 2 obuseiros 105 mm - L118 Light Gun

Fonte: Estado-Maior do Exército.

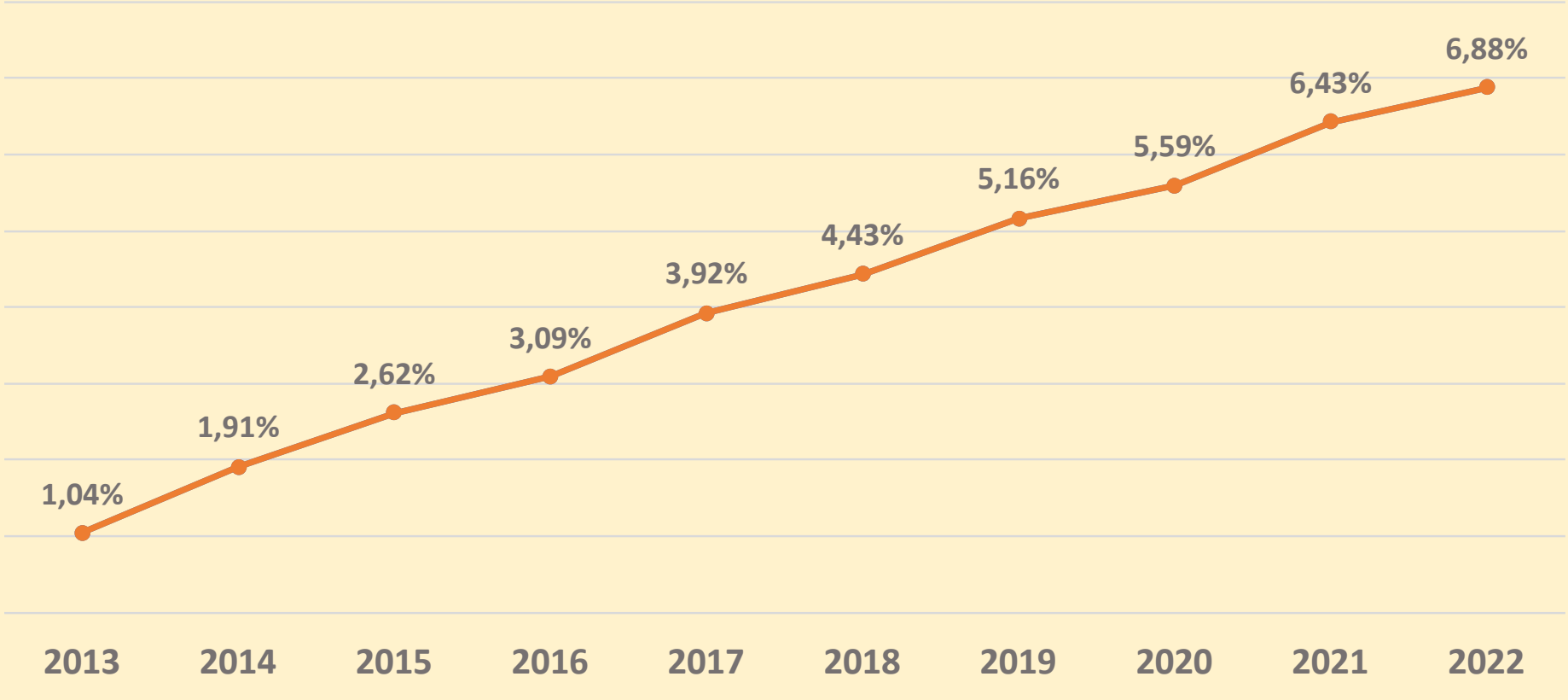
Foto: Acervo do CCOMSEx

Foto: SARP Mavic 2 Enterprise Advanced
(Projeto Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas)
Autor: TC Saraiva / EME

Valor planejado total do programa: R$ 20.900.000.000,00.

O total acumulado corresponde a 6,88% dos R$ 20,9 bi previstos para até 2035. Em 2022, a execução orçamentária do programa foi de 100,22% (considerando a variação cambial), verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO



Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.1.3.6 PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2022

Conforme determinação da Secretaria de Orçamento Federal, durante a fase qualitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022, a antiga Ação Orçamentária (AO) 156N, Obtenção de Meios do Exército, foi alterada de "tipo projeto" para "tipo atividade".

Desse modo, nesta Lei Orçamentária Anual, a AO 156N passou a ser descrita como 21D2, Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre, por suprir a Força Terrestre com materiais de emprego militar não abrangidos por programas e projetos existentes no âmbito do Exército.

2.1.4 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS Prg EE

Todos os Prg EE produzem importantes impactos para a Força Terrestre, dentre os quais se destacam:

- Modernizar a defesa terrestre para a promoção da paz social, favorecendo a manutenção da presença do Estado Brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, de forma a contribuir nas ações de segurança do patrimônio, proteção aos serviços essenciais e infraestruturas críticas, proporcionando a redução da ocorrência de crises;

- Desenvolver uma estrutura de apoio às ações de segurança pública para o incremento da interoperabilidade dos órgãos e agências governamentais, ampliando a presença do Estado nas fronteiras e o apoio ao combate a ilícitos transfronteiriços, promovendo, assim, o aumento da segurança nos centros urbanos;

- Estimular o desenvolvimento nacional pela geração de empregos e aumento da renda, pelo fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e pela capacitação da mão de obra brasileira;

- Incrementar a pesquisa, desenvolvimento e inovação pelo fomento dos institutos tecnológicos e entidades acadêmicas, pelo fortalecimento do modelo sustentável, pelo uso dual de tecnologia, pela promoção da independência tecnológica e pelo domínio de tecnologias sensíveis; e

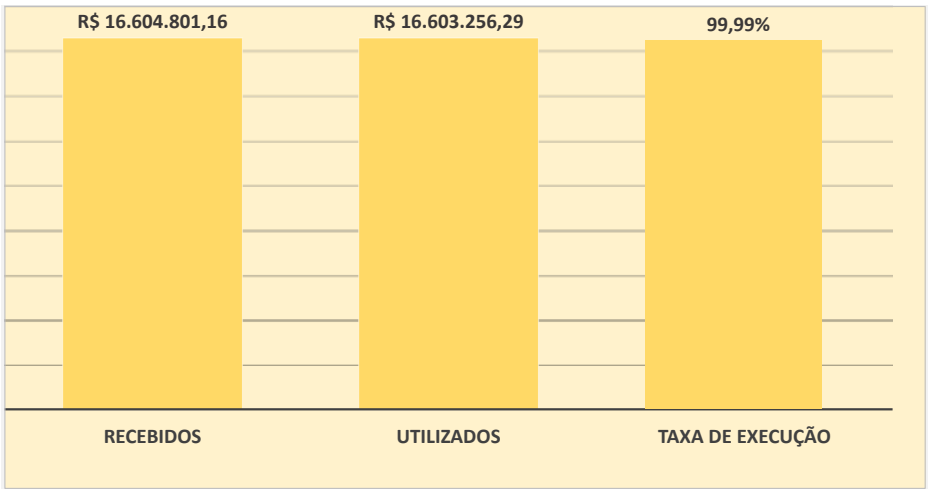
- Aumentar a capacidade de dissuasão contra ameaças por intermédio do incremento da capacidade operacional da Força Terrestre, da rearticulação de tropas no território nacional e da criação de novas capacidades militares terrestres.

Operação Ágata - Aciso na Escola Municipal Ricardo Franco - Vila Bela da Santíssima Trindade - MT
Foto: Sd Gabriel

Apronto Operacional da Operação Ágata
Foto: Sd Kenedy

2.1.5 OPERAÇÃO ÁGATA

Missão	**Atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, de forma singular, conjunta ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo.**
Período	**ao longo do ano de 2022.**
Efetivos e meios	**CMA: 15.344 CMO: 8.783 CMS: 6.341 CMN: 1.060**
Local/área de abrangência	**Faixa de fronteira terrestre (§ 2º, do Art 20 da Constituição Federal -16.886 km de extensão por 150 km de largura).**
Benefícios	**Ampliação da segurança na faixa de fronteira e desenvolvimento das capacidades operativas em missões dessa natureza, bem como a integração com agências de todos os níveis (federais, estaduais e municipais).**
Recursos utilizados	**R$ 16.603.256,29**



Fonte: Tesouro Gerencial.

Quantidade de operações	619
Efetivo empregado	31.528
Vistorias, inspeções, interceptações	140.957
Patrulhas	3.729
Apreensão de drogas (kg)	18.754,95
Apreensão de armas	41
Apreensão de munições	413
Prisões	52

Fonte: COTER

2.2 PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.2.1 INTRODUÇÃO

A projeção do Exército no cenário internacional se expressa nos instrumentos da diplomacia militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da política externa do País. Visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

Atualmente, o Exército está presente em todos os continentes do mundo, com militares cumprindo missões de natureza diplomática e permanentes, missões transitórias diversas, discentes e missões operacionais.

2.2.2 RESULTADOS DA PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Objetivo Estratégico 02 - "Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional" – visa aumentar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais.

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a Instituição tem participado de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e que fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar com as nações amigas, tais como: Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), conferências multilaterais, exercícios combinados, participação em organismos internacionais e em operações de paz e de ajuda humanitária.

Os resultados do OEE 02 são materializados pelo IR 02 – Índice de projeção do Exército no cenário internacional, apresentado abaixo:

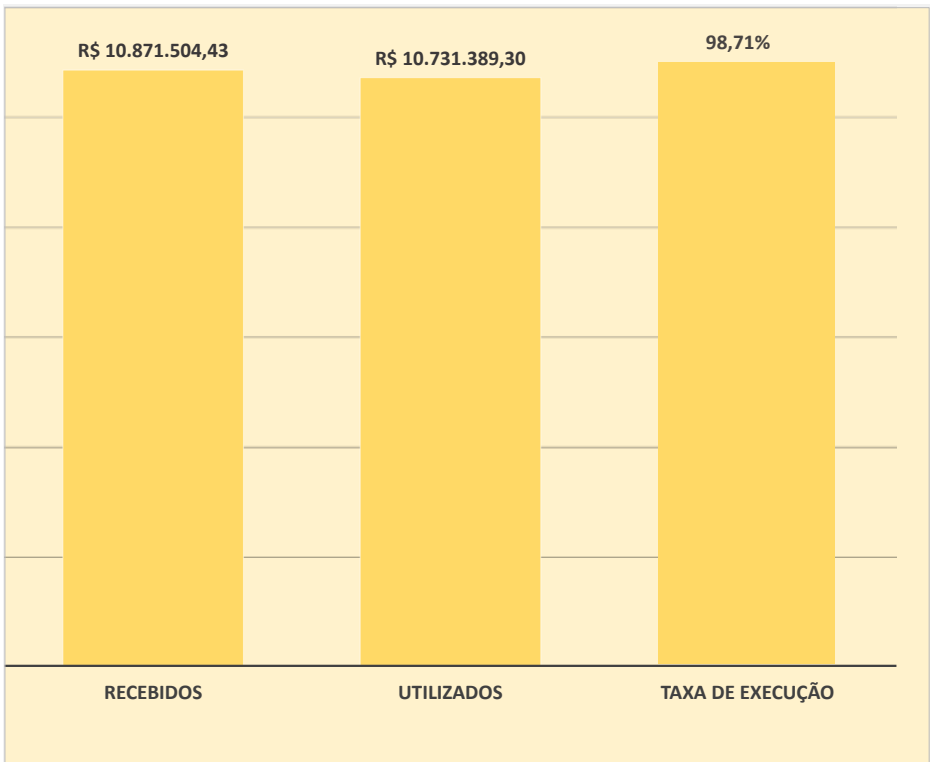
INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 02

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-02	(Índice de Cooperação e Integração com Exércitos de Nações Amigas + Índice de Representatividade do Exército no Cenário Internacional + Índice de Participação em Missões de Paz ou de Caráter Humanitário) /3	90,38%	Desempenho de 80% anualmente

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Com cerca de 30 repartições do Exército no exterior, atendendo aos interesses do País e do Exército perante os países acreditados, a utilização dos recursos disponíveis chega a 98,71%, conforme apresentado a seguir:

Operação CORE / 22 - Louisiana/EUA
Foto: COTER



Fonte: Estado-Maior do Exército.

2.2.2.1 ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CONFERÊNCIAS BILATERAIS DE ESTADO-MAIOR

Conferências
9

CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Reuniões
4

REUNIÕES REGIONAIS DE INTERCÂMBIO MILITAR (RRIM)

Reuniões
7

CONFERÊNCIA DOS COMANDANTES DOS EXÉRCITOS AMERICANOS

países Representados
29

ADITÂNCIAS MOBILIADAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 2022

Número de países
32
Cargos previstos
66

CERTIFICAÇÃO DE TROPAS PELO SISTEMA DE PRONTO EMPREGO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

2.2.2.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

Operação de caráter humanitário que tem por finalidade realizar, em coordenação com Órgãos do Governo, Organismos Internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG), ações necessárias ao acolhimento humanitário de imigrantes. O Exército Brasileiro, ainda nesse contexto, apoia logisticamente (alimentação e transporte) a interiorização de venezuelanos, oriundos de Boa Vista (RR), Pacaraima (RR) e Manaus (AM).

Interiorização em Porto Alegre (RS) - Foto: CMS

O emprego de militares e meios adquiridos pelo Ministério da Defesa na Operação ACOLHIDA, sob a ótica da vertente "mão amiga" (segurança humana) demonstrou à sociedade nacional e internacional a capacidade de resiliência, coordenação logística e a disposição de controle da Força Terrestre em Operações Conjuntas.

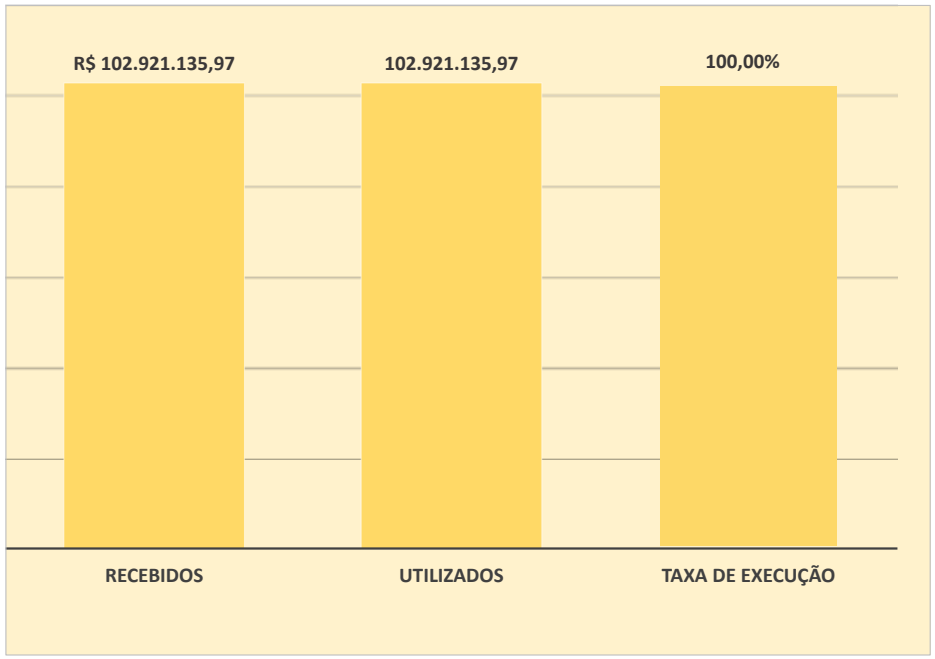
Interiorização em Porto Alegre (RS) - Foto: CMS

Em termos de interiorização, o deslocamento voluntário dos migrantes e refugiados de Roraima para municípios localizados em outros estados, com a necessária proteção social, estimula as oportunidades de adesão dos venezuelanos ao emprego formal, reunificação familiar ou social, facilitando a integração na sociedade brasileira.

Foto: Acervo do CCOMSEx

EFETIVO TOTAL EMPREGADO	EIXO NR 1	EIXO NR 2	EIXO NR 3
7,6 mil militares empregados (15 Contingentes desde 2018)	Ordenamento de Fronteiras	Abrigamento	Interiorização
	+ de 640 mil venezuelanos foram atendidos pela operação	8 abrigos e 3 alojamentos temporários	+ de 88 mil interiorizados em + de 896 municípios

Fonte: COTER



Fonte: Tesouro Gerencial.

2.2.2.3 EXERCÍCIOS COMBINADOS COM NAÇÕES AMIGAS

Na vertente "braço forte", a Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território brasileiro como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de adestramento profissional e prontidão de seu pessoal e material.

2.2.2.3.1 EXERCÍCIO PANAMAX 2022

PANAMAX é um exercício anual multinacional, coordenado pelo Comando Sul dos EUA, que envolve operações conjuntas em um quadro de ameaças transnacionais. Tem como objetivo fortalecer parcerias, aumentar a prontidão e melhorar a interoperabilidade entre as forças armadas dos EUA e de nações amigas.

Em agosto de 2022, o Exército Brasileiro participou da Operação PANAMAX 22, conduzida nas cidades de Miami/FL, San Antonio/ TX e Suffolk/VA, nos Estados Unidos da América. O exercício simulou uma crise de segurança nas Américas e a correspondente resposta de uma Força Multinacional, composta por aproximadamente 20 países.

PANAMAX/22
Foto: COTER

O Comando de Operações Terrestres, por meio do subcomandante de Operações Terrestres, foi responsável pelo acompanhamento das atividades da Força Terrestre Componente.

PANAMAX/22
Fotos: COTER

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.2.2.3.2 EXERCÍCIO CORE 22

A Operação CORE (*Combined Operations and Rotation Exercises*) é resultado de um programa de cooperação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em 2015, que estipula exercícios bilaterais anuais até o ano de 2028. A atividade, além de manter os laços históricos entre os países, tem por objetivo incrementar a interoperabilidade, a integração e a cooperação entre os dois exércitos.

Em setembro de 2022, foi realizado o Exercício CORE 22. O contingente brasileiro foi composto por 219 militares, que participaram de treinamento com militares da 3ª Brigada da 101ª Divisão de Assalto Aéreo (101st Airborne Division), do Exército dos Estados Unidos, no Joint Readiness Training Center (JRTC), no Estado de Lousiania.

CORE/22
Foto: COTER

Além de contribuir com o adestramento das Forças de Prontidão e com o aprimoramento do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre do Exército Brasileiro, o Exercício CORE 22 culminou com ensinamentos doutrinários em todas as funções de combate. Destacou-se, também, o emprego da logística terrestre, uma vez que possibilitou o desdobramento de uma subunidade reforçada, armada e equipada, que atuou em operações convencionais em território estrangeiro.

CORE/22
Fotos: COTER

2.2.2.3.3 OPERAÇÃO PARANÁ III

A Operação PARANÁ III consistiu em um adestramento, inserido no contexto da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), que teve seu escopo baseado em uma operação de ajuda humanitária com o objetivo de integrar os exércitos das Américas, aprofundando a interoperabilidade e a capacidade de planejamento de um Estado-Maior multinacional.

A primeira fase do Exercício Paraná III aconteceu em setembro de 2022, no Quartel-General da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada, em Cascavel (PR). Participaram militares do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Ao longo do exercício, os oficiais de estado-maior dessas nações amigas traçaram estratégias para pôr em prática uma grande ação de ajuda humanitária a um país fictício e hipoteticamente localizado na América do Sul.

OP PARANÁ III
Foto: COTER

O Exercício Paraná III serviu de preparação para a segunda fase da operação, um grande exercício que ocorrerá no terreno, em 2023, e consolidará ainda mais o Brasil como uma referência mundial em missões de ajuda humanitária.

OP PARANÁ III
Foto: COTER

OP PARANÁ III
Foto: COTER

2.2.2.3.4 OPERAÇÃO ARANDU

Em abril de 2022, ocorreu a 3ª Reunião de Coordenação do Exercício Combinado ARANDU. A atividade militar, realizada entre os Exércitos do Brasil e da Argentina, teve como objetivo coordenar a fase de simulação do Exercício ARANDU, contribuir para a manutenção e fortalecimento da interoperabilidade e capacidades operacionais mútuas. Reforçou, ainda, os laços de amizade entre os dois exércitos do Cone Sul, promoveu a aproximação estratégica e consolidou a confiança entre os dois países, conforme contido na Estratégia Nacional de Defesa.

A comitiva brasileira foi chefiada pelo Comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e contou com representantes do Comando de Operações Terrestres, Comando Militar do Sul, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), Brigada de Infantaria Pára-quedista, além da participação do adido do Exército na Argentina.

OP ARANDU
Foto: COTER

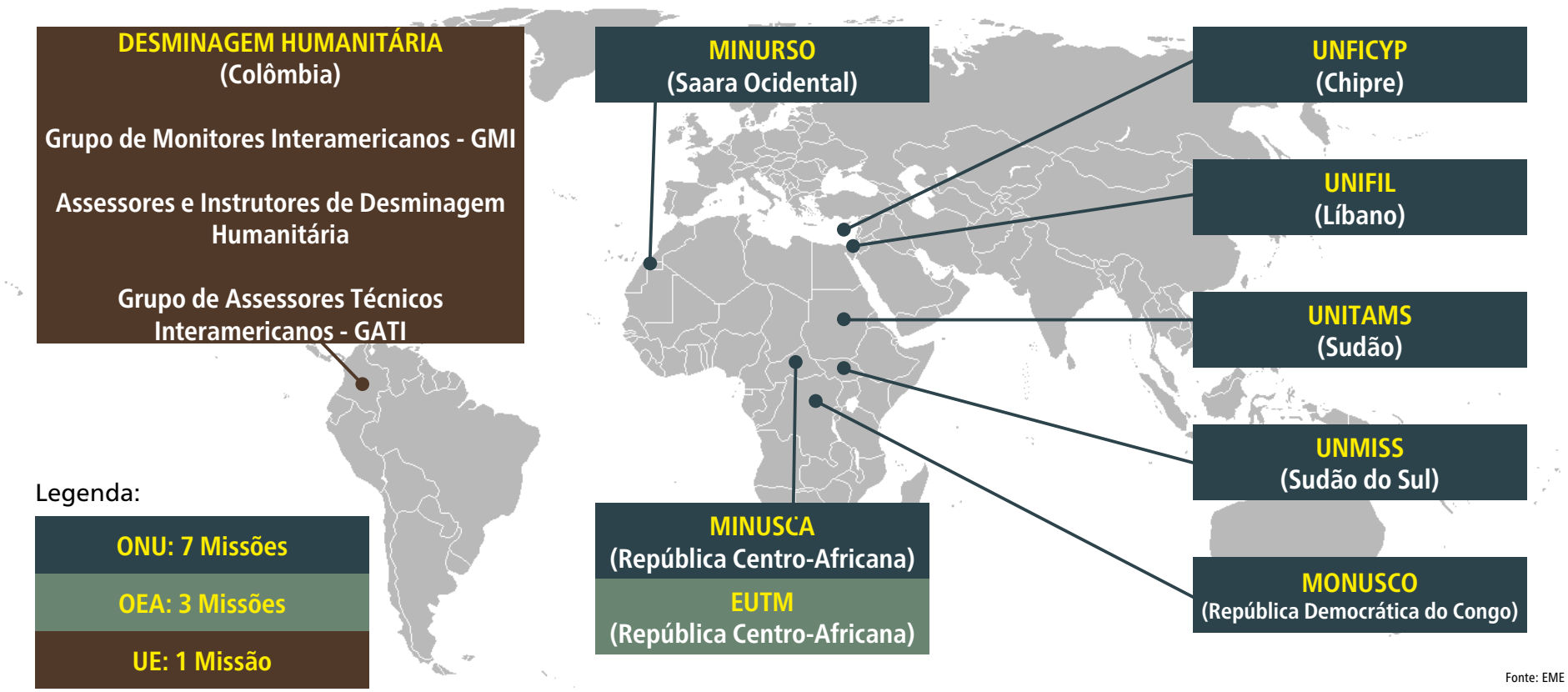
OP ARANDU
Foto: COTER

OP ARANDU
Foto: COTER

2.2.2.4 OPERAÇÕES DE PAZ E MISSÕES DE CARÁTER HUMANITÁRIO

Para o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de operações de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o Art 4º da Constituição Federal de 1988, dentre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, estão a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

OPERAÇÕES DE PAZ EM ANDAMENTO



Fonte: EME

2.2.2.5 DESMINAGEM HUMANITÁRIA

O Brasil participa de missões de desminagem humanitária desde o ano de 1993, quando foram enviados os primeiros contingentes para países da América Central. Essas missões são parte do esforço mundial para erradicar as minas antipessoais, com o marco da assinatura do Tratado de Ottawa por diversos países.

Como signatário, o Exército Brasileiro enviou 11 militares, entre oficiais e praças, com conhecimento na área de desminagem, para as três diferentes missões existentes na Colômbia: Grupo de Monitores Interamericanos (GMI), Grupo de Assessores Técnicos Interamericanos e Missão de Instrutores e Assessores de Desminagem Humanitária. Esses grupos fizeram parte de um componente externo de monitoramento da atividade de desminagem humanitária, sendo essenciais para a confiabilidade dos trabalhos realizados.

O GMI faz parte da estrutura da Junta Interamericana de Defesa (JID). É enquadrado pela Organização dos Estados Americanos para a execução de labores no território colombiano, integrando o programa de Ações Integrais Contra Minas Antipessoais (AICMA).

A participação dos militares brasileiros nas citadas missões agregou experiência e possibilitou a atualização de conhecimentos referentes às limpezas de áreas contaminadas por artefatos explosivos.

Desminagem Humanitária – GMI – CO, Neiva, Huila, Colômbia
Foto: Sérgio Augusto Pazetto Morais - 20 OUT 20

Desminagem Humanitária – GMI – CO, Urral, Antióquia, Colômbia
Foto: Sérgio Augusto Pazetto Morais - 26 FEV 21

Desminagem Humanitária – GMI – CO, Neiva, Huila, Colômbia
Foto: Sérgio Augusto Pazetto Morais - 20 OUT 20

Desminagem Humanitária – GMI – CO,
Neiva, Huila, Colômbia
Foto: Sérgio Augusto Pazetto Morais
20 OUT 20

Desminagem Humanitária – GMI – CO, Neiva, Huila, Colômbia
Foto: Sérgio Augusto Pazetto Morais - 20 OUT 20

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército possui o desafio de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social do País. Para isso, possui o Objetivo Estratégico – 03 (OEE 03), que busca cumprir com efetividade as operações de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, as atribuições subsidiárias, a prevenção e combate ao terrorismo, a atuação sob a égide de organismos internacionais e a proteção das estruturas estratégicas terrestres.

No campo da segurança pública, o Exército Brasileiro realiza operações interagências, o que requer uma coordenação sistêmica. Dessa forma, as operações de Garantia da Lei e da Ordem estão previstas na Constituição Federal e fazem parte, portanto, da Defesa Nacional. Na execução de ações subsidiárias, o EB reforça sua integração com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento, a paz interna, a segurança, a harmonia e o bem-estar da Nação.

Estão previstos no PEEx projetos estratégicos que reforçam a capacidade do Exército para atuar na proteção da sociedade, tais como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras e o Amazônia Protegida. Além disso, em 2022, o Exército realizou atividades importantes de apoio à defesa civil, como a Operação Pipa, dentre outras ações em prol da sociedade.

2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2022, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento de meta de 75% do IR 03 – Índice de Contribuição com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 67,48%.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 03

Fonte: Estado-Maior do Exército.

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-03	[(Taxa de Municípios atendidos pelo EB, anualmente, na Operação Pipa e ações de apoio à defesa civil x 65) + (Índice de participação do EB em programas sociais e ações subsidiárias x 35)] /100	67,48%	75% de desempenho anualmente

2.3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.3.3.1 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras objetiva a proporcionar ao Exército Brasileiro os meios necessários de monitoramento e controle para operação na faixa de fronteira terrestre brasileira.

O SISFRON destina-se ao sensoriamento, ao apoio à decisão e ao apoio às operações, a fim de permitir a atuação de forma efetiva nas áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

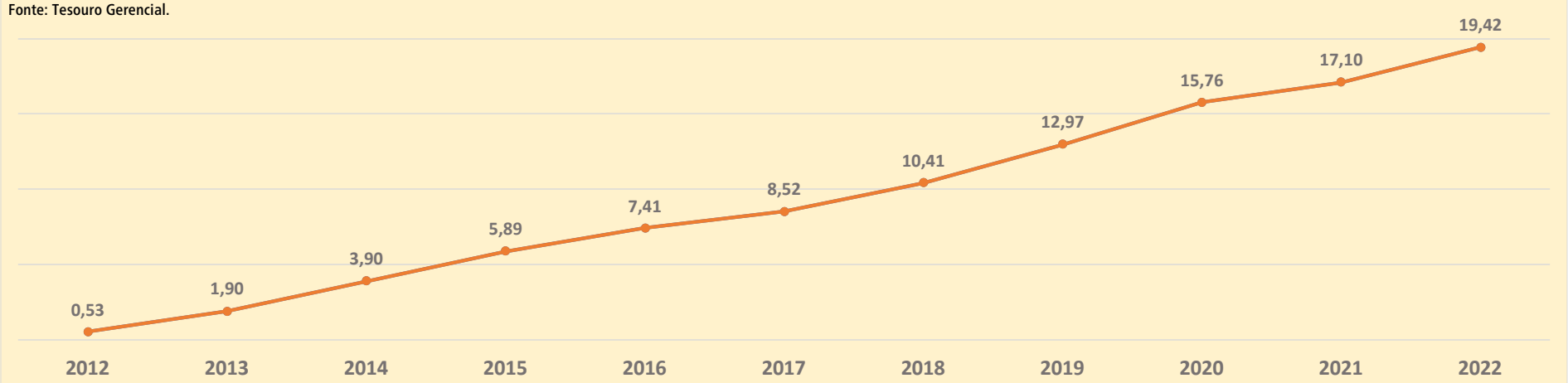
Em 2022, a execução orçamentária do programa foi de 2,32%, perfazendo um total acumulado de 19,42% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano em relação ao valor planejado.

Valor planejado total do programa
R$ 11.992.000.000,00

Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) – Sítio Rebocável – 9º B COM GE / Campo Grande/MS - Setembro de 2022
Foto: Prg SISFRON

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO

Fonte: Tesouro Gerencial.



PRINCIPAIS ENTREGAS – 2022 - Prg EE SISFRON

- 1 SARP Categoria 2
- Rede de Transporte de Dados interligando os estados de MT e MS
- Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) e de sensores eletromagnéticos nos estados de MT e MS
- Equipamentos de Comunicações Táticas e do SRDT para mobiliar a 13ª Bda Inf Mtz (Cuiabá-MT), 18ª Bda Inf Pan (Corumbá - MS) e a 1ª Bda Inf Sl (Boa Vista - RR)
- 56 binóculos termais
- Rede Integrada de Comunicações em HF (RICH) instalada nas cidades de Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Tefé e Boa Vista
- Aquisição de 77 viaturas para o Projeto SAD 2 e para a 1ª Bda Inf Sl (Boa Vista - RR)
- 1 embarcação tipo ambulância para o 17º B Fron (Corumbá – MS) e 1 embarcação tipo ambulância para a 2ª Cia Fron (Porto Murtinho – MS)
- 1 empurrador fluvial, 1 balsa de 300 T e 1 balsa de 800 T para o 8º BEC (Santarém – PA), 01 Empurrador Baixo Calado 700 HP para o 8º Dsup (Belém – PA), 1 Embarcação Rebocadora para a 16º BaLog (Tefé- AM) e 3 Ferryboats, sendo: 1 para o CECMA (Manaus- AM), 1 para a 16º BaLog (Tefé- AM) e 1 para 17º B Fron (Corumbá- MS)
- 25 obras nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)
- 4 obras de infraestrutura para o RICH
- Centro de Comando e Controle do 14º RC Mec (São Miguel do Oeste – SC)
- Centro de Comando e Controle do 66º BI Mtz (Cáceres – MT)
- Planta Fotovoltáica no PEF de Palmarito – 66º BI Mtz (Cáceres – MT)
- Pátio de Estacionamento de Aeronaves do 4º BAVEx (Manaus – AM)
- 5 geradores de energia de potência máxima 5,5 KVA para o 9º B Com GE (Campo Grande – MS)
- Serviços diversos do SAD 2 (Sistema de Sensoriamento e Apoio a Decisão - Área do Comando Militar do Oeste) - Contrato 27/2012
- Equipamentos diversos do SAD 2 - Contrato 27/2012
- Obras diversas do SAD 2 - Contrato 27/2012
- 05 Geradores de Energia, potência máxima 5,5 KVA
- 581 Equipamentos Rádio
- 05 Container capacidade 200 Kg

Fonte: Estado-Maior do Exército.

Mais informações no link: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron

2.3.3.2 AMAZÔNIA PROTEGIDA

Programa Estratégico Amazônia Protegida é o braço executivo que coordena um portfólio de projetos e de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, reestruturando o Exército Brasileiro na Amazônia, tendo a defesa, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

Embora o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental não sejam ações próprias do Ministério da Defesa, as Forças Armadas incluem-se, pela sua capilaridade, entre os órgãos do Estado com relevante presença na Amazônia, onde, além de garantidoras da defesa, são também indutoras de desenvolvimento e de preservação do bioma.

O Programa Amazônia Protegida é transversal a inúmeras ações dos ministérios da administração pública federal, principalmente ao Programa Calha Norte.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

1) Objetivos Gerais

a) ampliar a Capacidade Militar Terrestre dos Comandos Militares de Área da Amazônia (Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Norte);

b) ampliar a capacidade operativa na faixa de fronteira da Amazônia; e

c) implantar organizações militares (OM), adequar a infraestrutura e promover a revitalização das OM já existentes e também das Grandes Unidades (GU) e Grandes Comandos enquadrantes.

2) Objetivos Específicos

a) construir, reorganizar, reestruturar, adequar e rearticular as OM;

b) construir, adequar, reestruturar e propor a manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira;

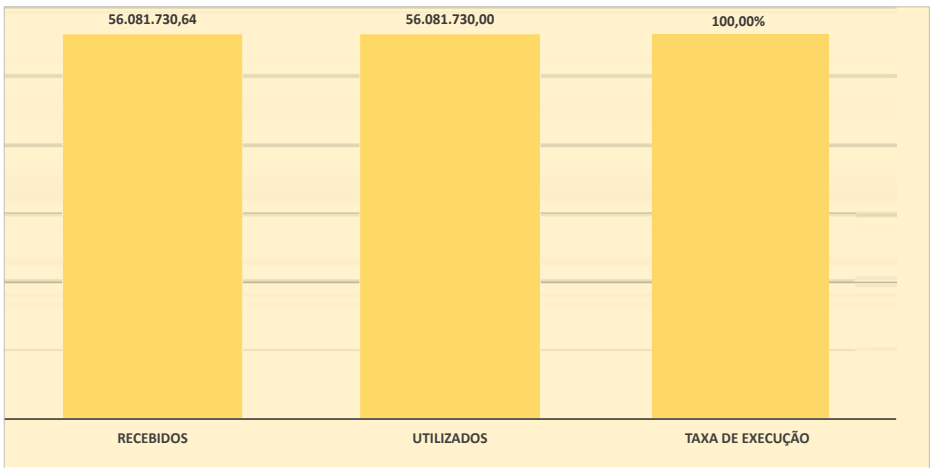
c) revitalizar e propor a manutenção dos sistemas de energia, de água tratada e de saneamento básico das OM;

d) revitalizar e propor a manutenção da infraestrutura das OM, das vilas militares, dos hotéis de trânsito, das escolas, dos hospitais e postos médicos, dos atracadouros e/ou portos fluviais e das pistas de pouso no CMA e CMN;

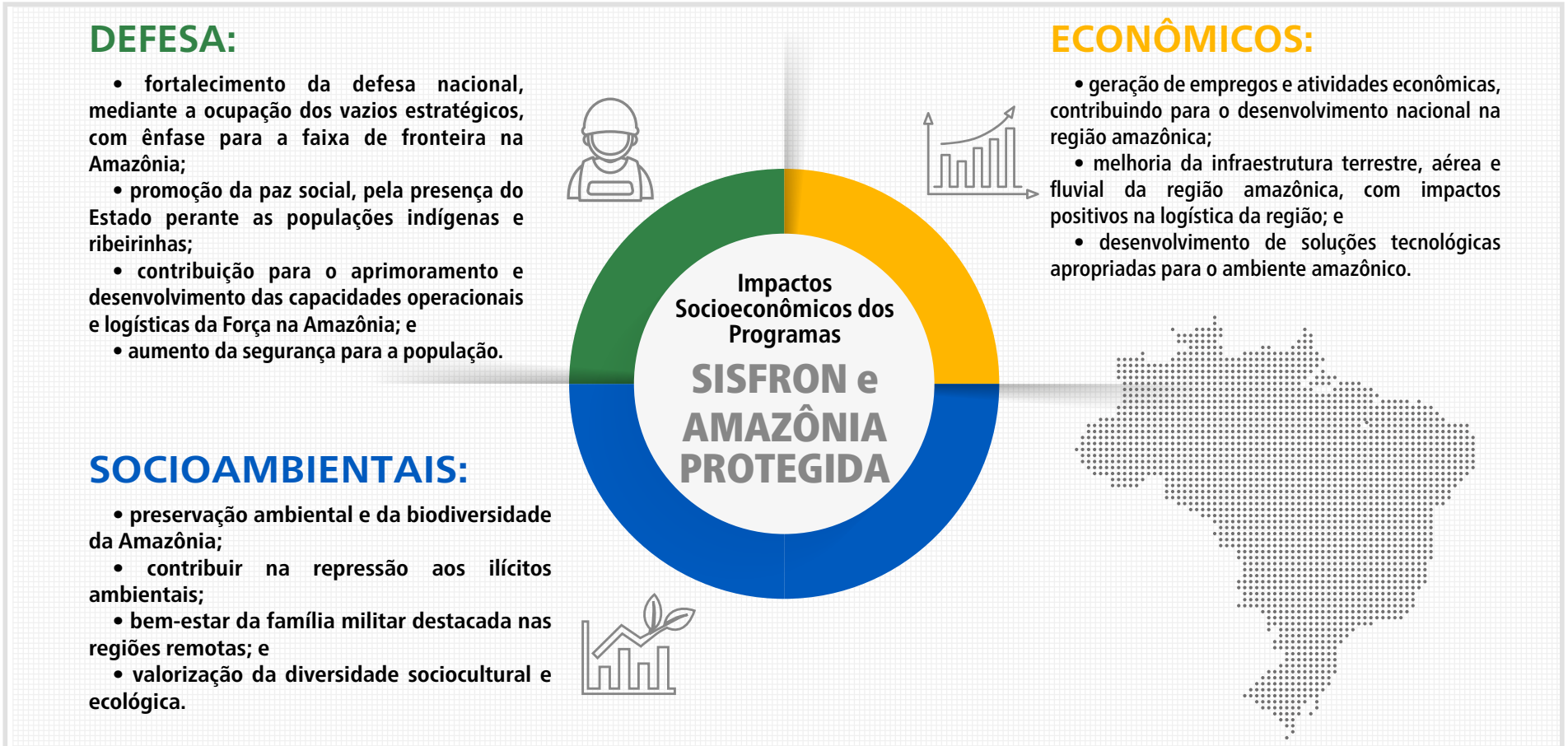
e) construir e propor a manutenção dos próprios nacionais residenciais (PNR); e

f) implantar outras ações estruturantes que tragam o bem-estar social e qualidade de vida à família militar.

Fonte: Tesouro Gerencial.



2.3.3.3 IMPACTOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS



2.3.4 RESULTADOS DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.4.1 ATUAÇÃO EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

As principais ações realizadas, pelo Exército, ao longo de 2022, estão resumidas a seguir:

2.3.4.1.1 OPERAÇÃO ENEM

Missão: criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim do Ensino Médio, sendo utilizado, ainda, como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a bolsas no Programa Universidade para Todos (ProUni) e para o ingresso no nível superior. O apoio do Exército Brasileiro ao citado exame vem ocorrendo desde o ano de 2009.

O EB apoia o Ministério da Educação e Cultura (MEC) disponibilizando locais de armazenamento seguro para as provas e posterior distribuição, por intermédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em diversas localidades do território Nacional.

No ano de 2022, o Exército disponibilizou 28 organizações militares em diversos locais do território nacional para a guarda das provas do ENEM.

Período: 13 NOV e 20 NOV 2022.

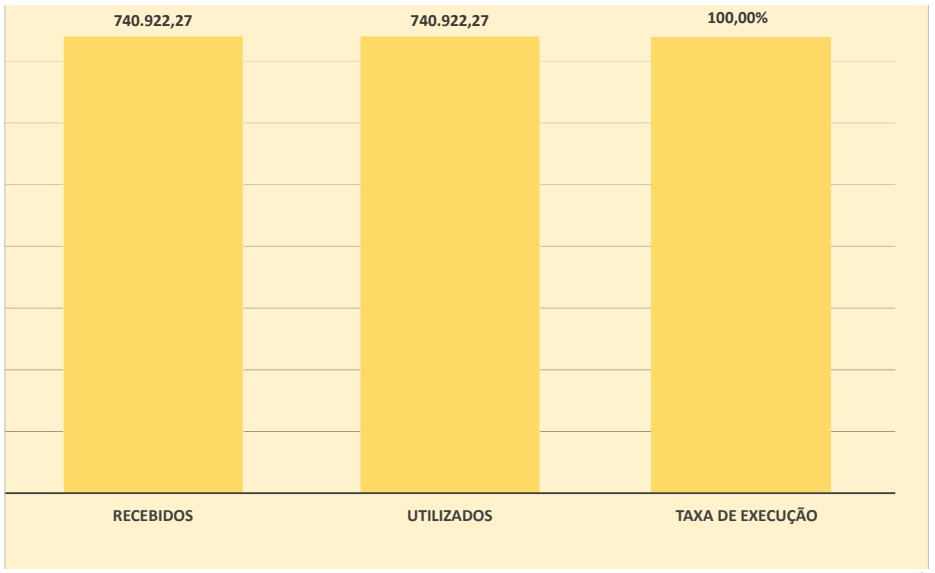
Efetivos e meios: meios empregados: armazenamento das provas do ENEM em 28 organizações militares.

Resultados para a Força: interação da Força Terrestre com outras instituições governamentais para o efetivo cumprimento da sua missão, além de contribuir com o Governo Federal nas ações voltadas para o acesso da população à educação superior.

Resultados tangíveis: cerca de 3,4 milhões de candidatos atendidos.

Benefícios para a sociedade: colaboração da Força Terrestre com as políticas públicas voltadas à seleção de estudantes para o ingresso no nível superior.

Recursos utilizados: R$ 740.922,27



Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.4.1.2 OPERAÇÃO PIPA

Missão: essa operação consiste em uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

Período: ao longo do ano de 2022.

Efetivos e meios:

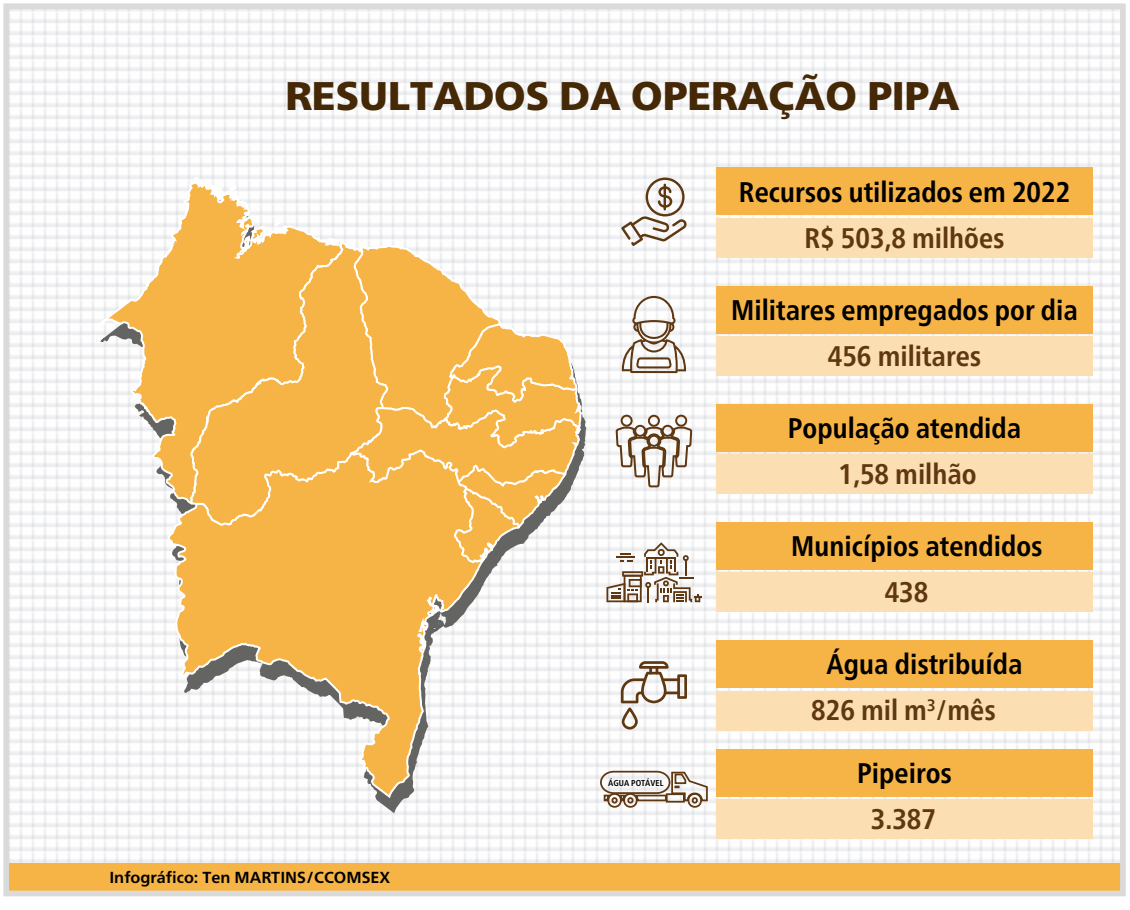
- 1 C Mil A envolvido;
- 24 organizações militares; e
- 456 militares/dia envolvidos.

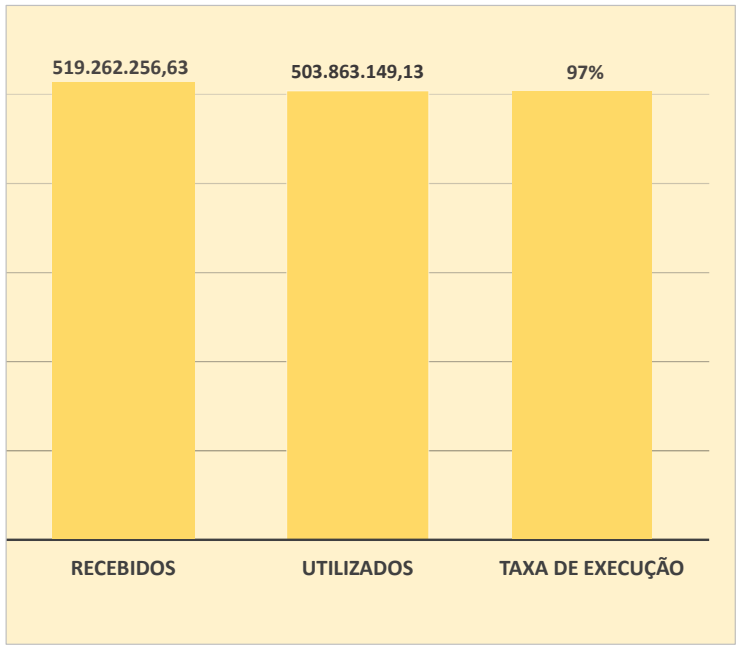
Local/área de abrangência: região do semiárido nordestino, região norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Benefícios:

- atender parte da população que, em muitos casos, tem o programa como a única fonte de água para o consumo;
- fixar as famílias na região, evitando o êxodo para as grandes cidades e problemas sociais subsequentes;
- melhorar as condições sanitárias e de saúde da população afetada pela seca; e
- contribuir para o desenvolvimento regional e cidadania.

Recursos utilizados: R$ 503.863.149,13





Fonte: Tesouro Gerencial.

Fonte: Acervo do CCOMSEx

2.3.4.1.3 OPERAÇÃO JUCURUÇU

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Jucuruçu em apoio à população dos municípios do sul da Bahia afetada por intensas chuvas.

Período: janeiro de 2022.

Efetivos e meios: foram empregados 311 militares do Comando Militar do Nordeste e utilizadas 2 aeronaves (HM-4 Jaguar e HM-1 Pantera), 30 viaturas, 5 embarcações, 1 veículo do tipo escavadeira e 1 carregadeira.

Local/área de abrangência: municípios do sul da Bahia afetados por intensas chuvas.

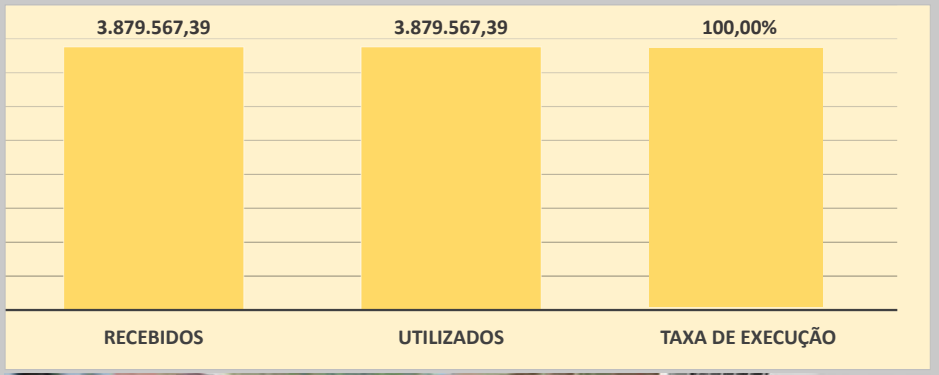
Benefícios: a operação colaborou atenuando os efeitos do desastre civil por meio de:

- auxílio na preservação da vida humana e no bem-estar da população atingida;

- cooperação para o restabelecimento da normalidade social; e

- mitigação do sofrimento das populações atingidas por desastres em locais de difícil acesso.

Recursos utilizados: R$ 3.879.567,39



Emprego de tropas nos municípios atingidos por fortes chuvas no sul da Bahia
Foto: CCOMSEx

2.3.4.1.4 OPERAÇÃO PETRÓPOLIS

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Petrópolis em apoio à solicitação do Ministério da Defesa para realizar as ações necessárias para mitigar os efeitos das chuvas na cidade de Petrópolis (RJ), em coordenação com os órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

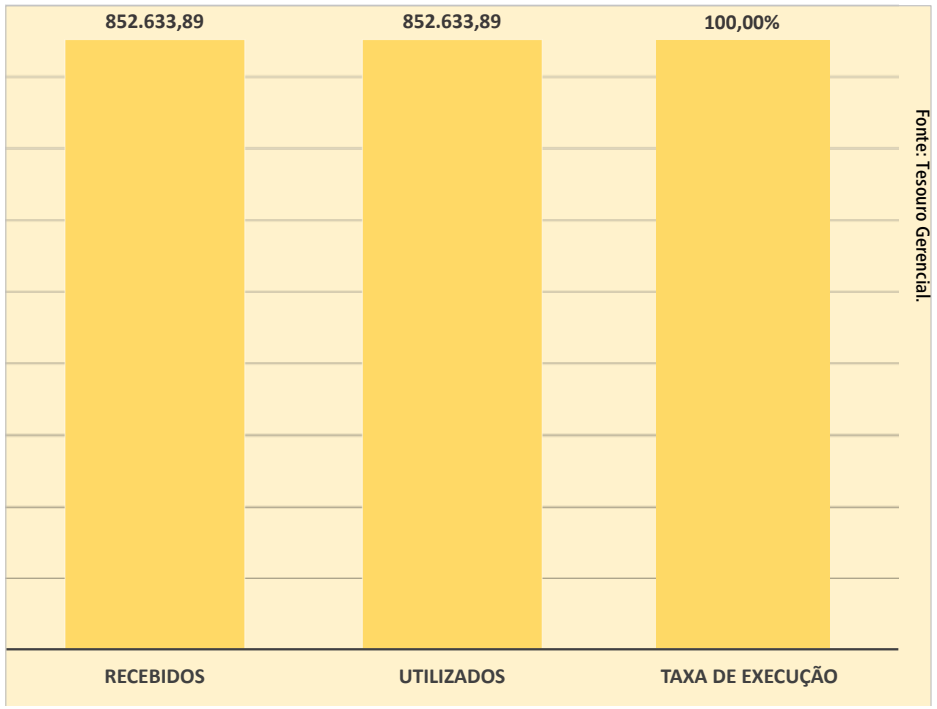
Período: fevereiro e março de 2022.

Efetivos e meios: foram empregados cerca de 1048 militares do Comando Militar do Leste e utilizados 47 viaturas, 1 aeronave HM-1 Pantera, 2 veículos retroescavadeiras, 1 veículo do tipo escavadeira, 1 microcarregadeira, 1 carregadeira e 1 Munck.

Local/área de abrangência: município de Petrópolis (RJ), na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro.

Benefícios: reestabelecimento à situação de normalidade no município. Contribuição para a preservação da integridade física da população da cidade de Petrópolis (RJ). O ambiente interagências otimizado pelo apoio à população fortaleceu a imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Recursos utilizados: R$ 852.633,89



Emprego de tropas nos municípios atingidos por fortes chuvas em Petrópolis - 25 Fev 22
Foto: CCOMSEx

2.3.4.1.5 OPERAÇÃO ANGRA DOS REIS

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Angra dos Reis em apoio à solicitação do Ministério da Defesa e do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para o restabelecimento da trafegabilidade da BR 101, no município de Angra dos Reis (RJ), afetado por deslizamentos e movimentos involuntários de terras em decorrência de chuvas na Região.

Período: abril de 2022.

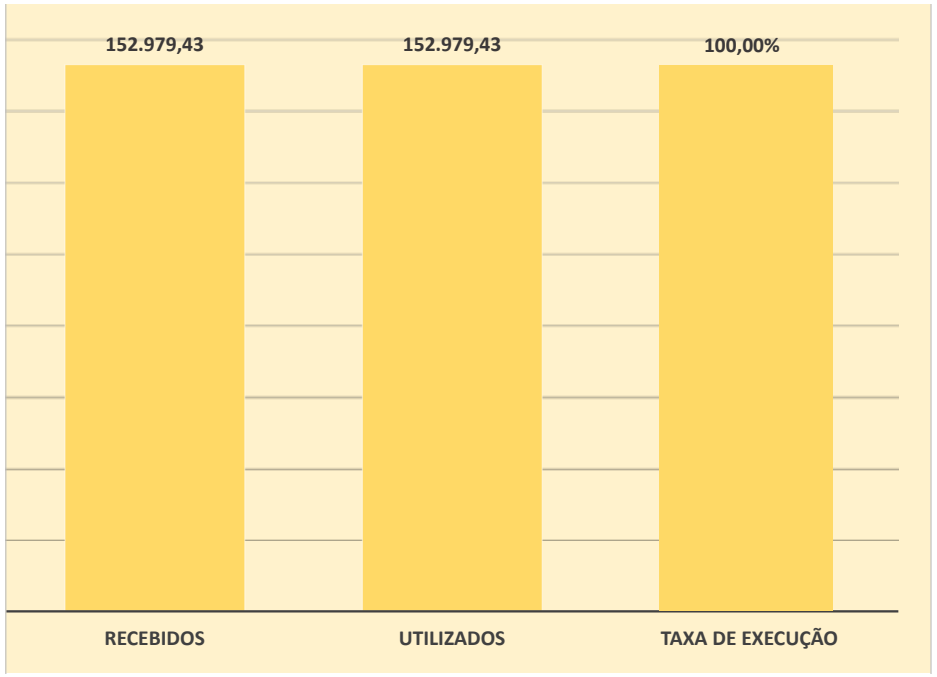
Efetivos e meios: foram empregados cerca de 72 militares do Comando Militar do Leste e utilizados 22 viaturas, 2 veículos retroescavadeiras, 1 veículo do tipo escavadeira, 1 microcarregadeira, 1 carregadeira e 1 Munck.

Local/área de abrangência: município de Angra dos Reis (RJ) na Região litorânea e da Serra do Mar do estado do Rio de Janeiro.

Benefícios: retorno à situação de normalidade em que o município se encontrava antes das fortes chuvas, com o tráfego restabelecido no trecho a cargo do CML, para a desobstrução da BR 101. O ambiente interagências otimizado pelo apoio à população fortaleceu a imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Recursos utilizados: R$ 152.979,43

Fonte: Tesouro Gerencial.



Limpeza e desobstrução de rodovia durante enchente
Angra dos Reis (RJ) - 07 Abr 22
Foto: CCOMSEx

2.3.4.1.6 OPERAÇÃO RESGATE I

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Resgate em apoio à solicitação do Ministério da Defesa para realizar as ações necessárias para mitigar os efeitos das fortes chuvas na região metropolitana de Recife, em coordenação com os órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

Período: maio a junho de 2022.

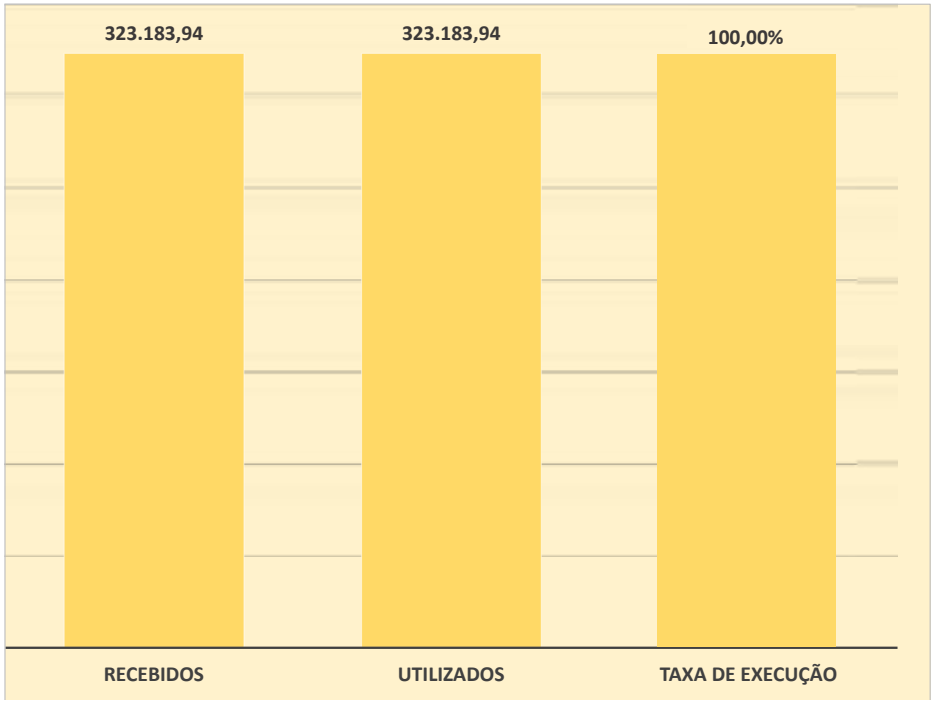
Efetivos e meios: foram empregados cerca de 631 militares do Comando Militar do Nordeste e utilizadas 47 viaturas de grande porte, 16 viaturas de pequeno porte (Marruá), 1 Vtr empilhadeira, 2 Vrt ambulâncias, 13 Motocicletas, 13 VTE e 1 Munck.

Local/área de abrangência: região metropolitana do Recife (PE).

Benefícios: contribuição da F Ter para mitigar os efeitos das fortes chuvas na região afetada, fortalecimento dos laços com as agências envolvidas, adestramento das tropas envolvidas e o exercício de Comando e Controle nesse tipo de operação. Apoio à população preservando a credibilidade, a coesão e a imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Recursos utilizados: R$ 323.183,94

Fonte: Tesouro Gerencial.



Emprego de tropas nos municípios atingidos por fortes chuvas em Pernambuco
Foto: CCOMSEx

2.3.4.1.7 OPERAÇÃO RESGATE II

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Resgate em apoio à solicitação do Ministério da Defesa para realizar as ações necessárias para mitigar os efeitos da chuva no estado de Alagoas e no município de Catende, no agreste de Pernambuco, em coordenação com os órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

Período: julho de 2022.

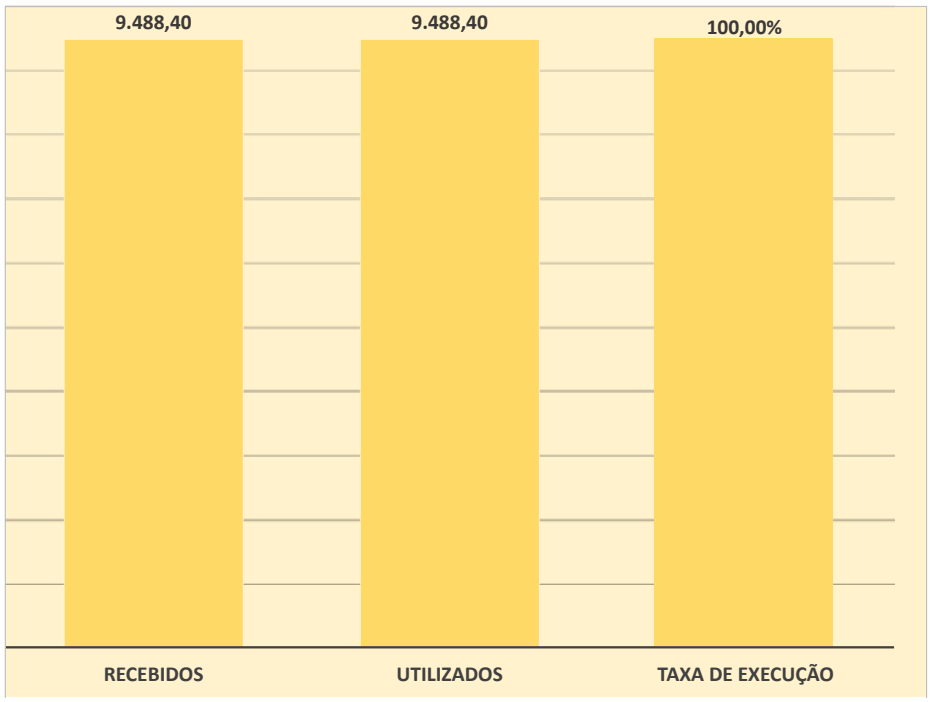
Efetivos e meios: foram empregados cerca de 87 militares do Comando Militar do Nordeste e utilizadas 3 viaturas.

Local/área de abrangência: no estado de Alagoas, nas regiões do Vale do Paraíba, Vale do Mundaú e Região Norte, e no município de Catende, no agreste de Pernambuco.

Benefícios: contribuição da Força Terrestre para mitigar os efeitos das fortes chuvas na região afetada, fortalecimento dos laços com as agências envolvidas, adestramento das tropas envolvidas e o exercício de Comando e Controle nesse tipo de operação. Apoio à população preservando a credibilidade, a coesão e a imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Recursos utilizados: R$ 9.488,40

Fonte: Tesouro Gerencial.



Emprego de militares do EB no apoio aos municípios atingidos pelas chuvas em Alagoas
Foto: CMNE

2.3.4.1.8 OPERAÇÃO RESGATE III

Missão: o Exército Brasileiro realizou a Operação Resgate em apoio à solicitação do Ministério da Defesa para realizar as ações necessárias para mitigar os efeitos da chuva no estado do Rio Grande do Norte, em coordenação com os órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

Período: julho de 2022.

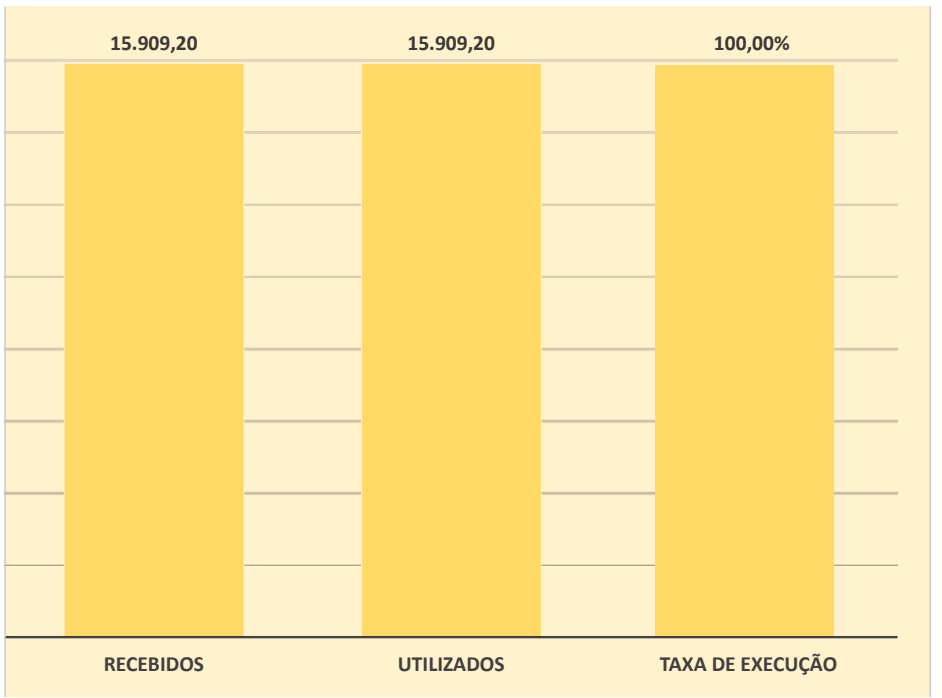
Efetivos e meios: foram empregados cerca de 53 militares do Comando Militar do Nordeste e utilizadas 01 viatura 5 Ton, 1 viatura prancha, 1 retroescavadeira e 1 uma viatura Munck.

Local/área de abrangência: município de Touros, no estado do Rio Grande do Norte.

Benefícios: contribuição da Força Terrestre para mitigar os efeitos das fortes chuvas na região afetada, fortalecimento dos laços com as agências envolvidas, adestramento das tropas envolvidas e o exercício de Comando e Controle nesse tipo de operação. Apoio à população preservando a credibilidade, a coesão e a imagem das Forças Armadas perante a sociedade.

Recursos utilizados: R$ 15.909,20

Fonte: Tesouro Gerencial.



Emprego de equipamentos do EB no apoio aos municípios atingidos pelas chuvas em Natal-RN
Foto: CMNE

2.3.4.1.9 APOIO À POLÍCIA FEDERAL

Missão: auxílio na busca de pessoas desaparecidas no Vale do Javari (AM) e apoio logístico em operações da Polícia Federal em terras indígenas.

Período:

- 6 a 20 de junho de 2022; e

- 25 de julho a 5 de agosto de 2022.

Efetivos e meios: 183 militares.

Local/área de abrangência:

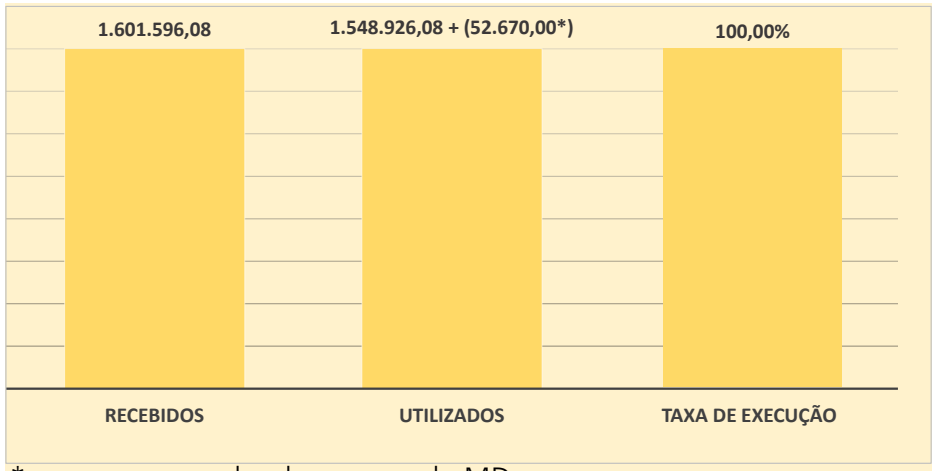
- região de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Gabriel e São Rafael, no Vale do Javari (AM); e

- 4º Pelotão Especial de Fronteira do CFRR/7º BIS (Surucucu)/ Terra Indígena Yanomami.

Benefícios: aumento da presença do estado na região, como forma de dissuadir e desencorajar a prática de delitos transfronteiriços e ambientais e fortalecimento da imagem da Força.

Recursos utilizados: R$ 1.601.596,08

Fonte: Tesouro Gerencial.



* recursos aguardando repasse do MD.

VIATURAS	EMBARCAÇÕES	HORAS DE VOO (HDV)
4	10	26

2.3.4.1.10 OPERAÇÃO ELEIÇÕES 2022

Missão: realizar as ações necessárias, sob a orientação de autoridade eleitoral competente, em coordenação com os órgãos da Justiça Eleitoral e de Segurança Pública, a fim de contribuir para a garantia da votação e apuração (GVA) e apoio logístico de transporte referentes ao pleito eleitoral de 2022.

Período: 2 de outubro (1º turno) e 30 de outubro (2º turno).

Efetivos e meios:

- militares: 38.487;
- viaturas: 2,5 mil;
- embarcações: 369;
- blindados: 38;
- aeronaves: 21; e
- horas de voo (hdv): 670 hv.

Local/área de abrangência: em todos os Comandos Conjuntos Ativados para o desenvolvimento das ações de Garantia da Votação e Apuração e Apoio Logístico, conforme a relação abaixo:

-Comando Conjunto Amazônia (CCjA);

-Comando Conjunto Norte (CCjN);

-Comando Conjunto Nordeste (CCjNE);

-Comando Conjunto Oeste (CCjO);

-Comando Conjunto Leste (CCjL); e

-Comando Conjunto Planalto (CCjP).

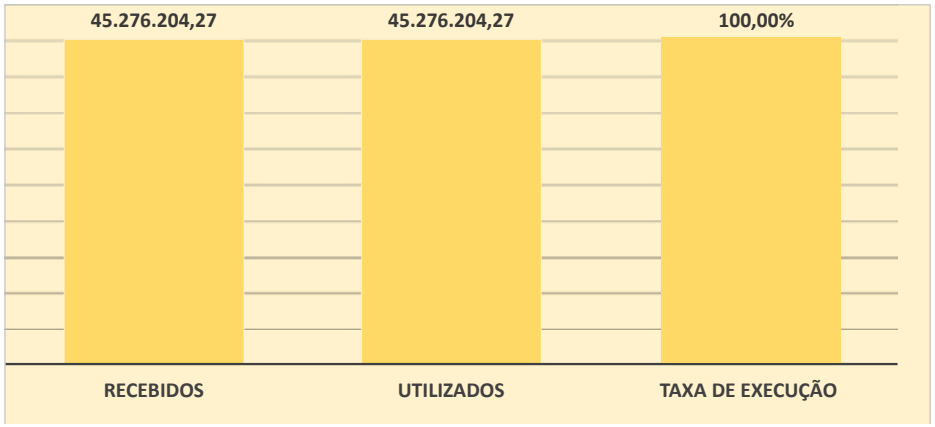
Segurança do 2º Turno - Vila Umuntina
Foto: CMO

Benefícios: o contato com os órgãos de segurança pública e a justiça eleitoral facilitou as tomadas de decisão, uma vez que direcionaram os locais de ocorrência de prováveis crimes eleitorais, fornecendo informações valiosas quanto à área de atuação, crime organizado, violência, drogas e detalhes sobre zonas e seções eleitorais.

Monitoramento das mídias locais, por intermédio de consultas e pesquisas nos blogs e sites locais, permitiu mensurar o grau de aceitação da população em relação à presença da tropa federal durante o pleito eleitoral.

Recursos utilizados: R$ 45.276.204,27

Fonte: Tesouro Gerencial.



Apronto Operacional no 18º GAC - Rondonópolis
Foto: CMO

2.3.4.2 PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES/ PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

2.3.4.2.1 PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Missão: tem por objetivo oferecer aos jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes em diversas áreas, visando à formação cívica e ao ingresso no mercado de trabalho, em melhores condições, após o licenciamento. Os cursos oferecidos abrangem áreas como telecomunicações, construção civil, eletricidade, automobilística, comércio e varejo, alimentação, informática, conservação e zeladoria.

Período: 2022.

Efetivos e meios: 7.649 militares distribuídos em 527 cursos.

Local/área de abrangência: o Projeto Soldado Cidadão abrange todo o território nacional. No Exército Brasileiro, o COTER coordena todas as atividades decorrentes da execução do citado Projeto, por intermédio dos C Mil A.

Benefícios: proporciona aos militares temporários melhores condições de reingresso no mercado de trabalho ao término do Serviço Militar.

O projeto apoia, também, as atividades dos Centros de Formação de Condutores de 36 organizações militares. Os cursos são certificados por instituições de reconhecida competência nacional e regional, proporcionando excelentes condições de ingresso no mercado de trabalho, após o licenciamento do militar.

Recursos utilizados: R$ 3.530.756,47

Fonte: Tesouro Gerencial.

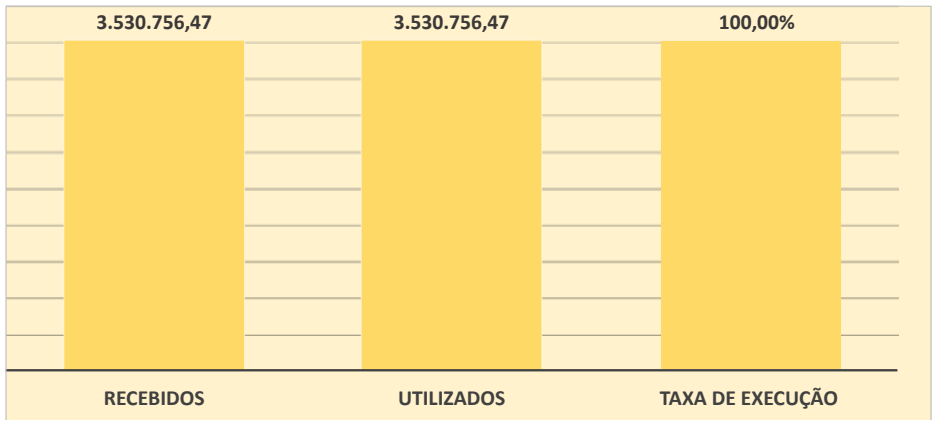


Foto: CCOMSEx

2.3.4.2.2 PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE E PROJETO JOÃO DO PULO

Missão: criado em 2003, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido como uma parceria entre a Secretaria Especial do Esporte e o MD. Destina-se a crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, provendo prática de atividades esportivas, com a finalidade de reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados.

O Projeto João do Pulo, pertencente ao Programa Forças no Esporte, é destinado ao atendimento de pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para as crianças, os adolescentes e os jovens, a partir dos seis anos de idade.

O Exército Brasileiro colabora com o programa e com o projeto, disponibilizando instalações desportivas e outras em apoio ao desenvolvimento das atividades.

Período: 2022.

Efetivos e meios: 5.562 distribuídos em 89 OM.

Local/área de abrangência: o Programa Forças no Esporte abrange todos os estados da federação.

Benefícios: reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por intermédio da prática desportiva e de aulas de cidadania.

Recursos utilizados: R$ 3.106.478,80

Fonte: Tesouro Gerencial.

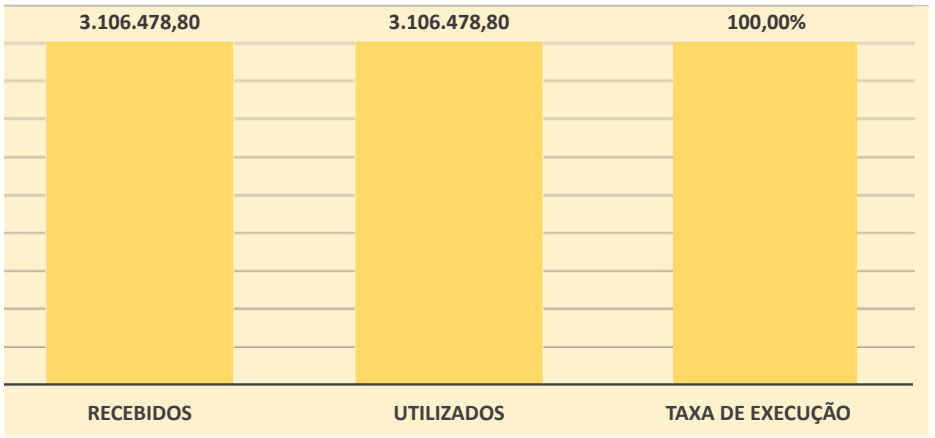
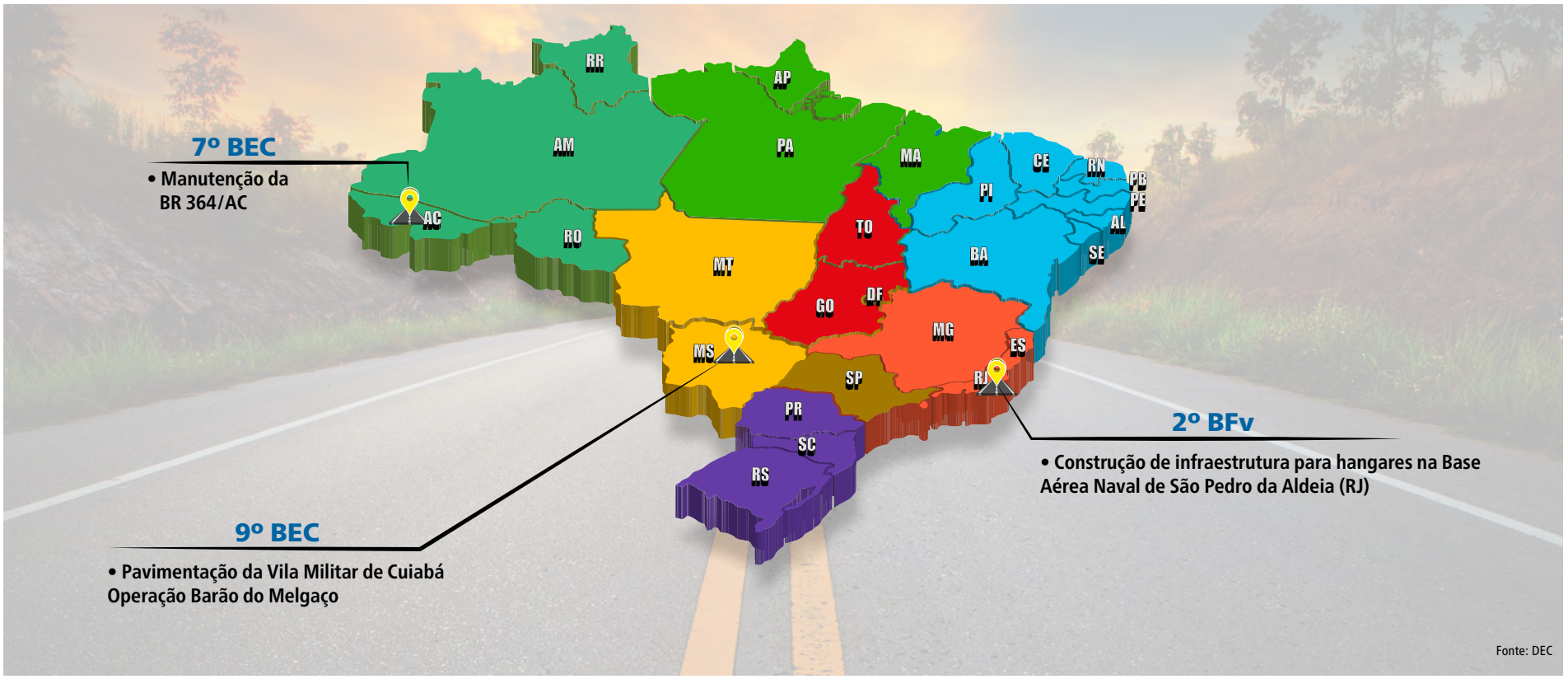


Foto: CCOMSEx

2.3.4.3 OBRAS DE COOPERAÇÃO

O Sistema de Obras de Cooperação tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento nacional e para o adestramento dos militares de engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, em parceria com órgãos públicos, nas esferas federal, estadual e municipal. Essas obras, como a conclusão da pavimentação de estradas de rodagem, início da construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras, são realizadas com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira.

Em 2022, foram concluídos 3 instrumentos de parceria, conforme mapa a seguir:



Fonte: DEC

Pavimentação da Vila Militar de Cuiabá-MT
Foto: RP do 9º BEC

PRINCIPAIS OBRAS EM ANDAMENTO

Fonte: Tesouro Gerencial.

AÇÃO/ATV	LOCAL	ORIGEM DO ORÇAMENTO (EB E OUTROS)	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL (%)
Manutenção da BR-226	Jucurutu (RN)	DNIT	41.410.498,25	29.531.387,33	71
Adequação da Capacidade da BR-230	João Pessoa (PB)	DNIT	66.617.653,79	42.193.144,50	63
Manutenção da BR-222/TED 039	Piripiri-PI/São João do Arraial (PI)	DNIT	23.645.062,03	21.254.714,09	90
Restauração da BR-135	Entre Estiva e Estreito dos Mosquitos (MA)	DNIT	39.448.425,56	37.183.956,25	94
Manutenção da BR-135	Entre Guadalupe e Miranda do Norte (MA)	DNIT	45.694.963,55	21.156.738,91	46
Manutenção da BR-110 e BR-316	Entre Ibimirim, Petrolândia e Irajá (PE)	DNIT	9.529.830,26	7.721.600,00	81
Implantação de travessias urbana de JARU/BR-364	Jaru (RO)	DNIT	18.567.556,73	17.754.368,17	96
Pavimentação da BR-432	Cantá (RR)	DNIT	27.992.479,41	23.580.967,05	84
Manutenção da BR-364	Sena Madureira (AC)	DNIT	38.965.005,62	33.474.775,15	86
Pavimentação da BR-156	Entre Laranjal do Jari e Torrão do Matapi (AP)	DNIT	18.310.012,78	3.000.000,00	16
Manutenção da BR-307	Entre Igarapé do Bonte e Cucuí (AM)	DNIT	13.249.374,52	11.033.115,82	83
Duplicação da BR-116	Entre Guaíba e Pelotas (RS)	DNIT	133.529.039,28	114.090.105,22	85
Manutenção da BR-381	Entre Coronel Fabriciano e Vargem Linda (MG)	DNIT	4.500.000,00	4.500.000,00	100
Perfuração de Poços na Paraíba	Municípios da PB	INCRA-PB	300.754,77	299.853,93	99,7
Implantação da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (FIOL)	Entre Caetité e Barreiras (BA)	VALEC	29.831.895,17	19.473.509,49	65
Perfuração de Poços no RN	10 Municípios do RN	MDR	998.190,82	998.190,82	100
Infraestrutura da UFAC	Rio Branco (AC)	UFAC	2.688.120,84	1.729.253,46	64
Ampliação e Restauração do Aeroporto de Dourados (MS)	Dourados (MS)	SAC	52.016.306,4	42.277.640,63	81
Implantação do aeródromo do Estirão do Equador	Estirão do Equador (AM)	MD	9.747.680,73	7.590.541,52	78
Implantação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC)	Santa Rosa do Purus (AC)	MD	29.474.402,19	17.432.867,85	59
Construção da Barragem de Arvorezinha	Bagé (RS)	Prefeitura Municipal de Bagé (RS)	11.677.863,54	2.300.000,00	20
Pavimentação de Logradouros e confecção de Tubos de Concreto para logradouros de Araguari	Araguari (MG)	Prefeitura Municipal de Araguari (MG)	14.368.820,36	12.117.647,47	84
Montagem de ponte LSB na BR-470 (SC)	SC	DNIT	150.000,00	0,00	0
TOTAL			632.713.936,60	470.694.377,66	74

Obs: as obras com baixa execução financeira foram decorrentes de inícios de processos licitatórios próximos ao encerramento do exercício financeiro e fatores climáticos adversos para suas respectivas realizações.

2.4 DEFESA CIBERNÉTICA

2.4.1 INTRODUÇÃO

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu três setores estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o espacial e o cibernético, estando o último sob responsabilidade do Exército Brasileiro. Em consequência, em 2016, foi criado o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), sediado em Brasília (DF), que é um Comando Operacional Conjunto, integrante da Estrutura Regimental do Exército e subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

Desde a sua ativação, o ComDCiber passou a ter os encargos de coordenação e integração das atividades de defesa cibernética, no âmbito do Ministério da Defesa (MD), com vistas a promover essa nova capacidade, no âmbito das Forças Armadas.

A fim de atingir os objetivos estratégicos traçados para esse setor de defesa, foram criados o Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN), no nível do MD, e o Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber), que vêm contribuindo para o desenvolvimento das capacidades cibernéticas conjuntas e singulares.

2.4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

A Defesa Cibernética recebe elevada prioridade da Força, que, no Plano Estratégico do Exército (PEEx), destaca a obtenção da liberdade de ação no espaço cibernético como um de seus objetivos estratégicos. Além disso, a atuação colaborativa do ComDCiber no âmbito do MD, da Administração Pública Federal (APF) e da sociedade civil, contribui para o fortalecimento do ecossistema cibernético e para o aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais.

Para tanto, os programas estratégicos de cibernética aplicam recursos de diversas fontes, a saber:

- PDCDN, com recursos oriundos do MD na Ação Orçamentária 147F, pelos Planos Orçamentários 0000 e 0002; e

- PEEDCiber, com recursos oriundos do EB na Ação Orçamentária 147F, pelo Plano Orçamentário 0001.

O indicador de desempenho do Objetivo Estratégico do Exército 04 (OEE 04), que é materializado por intermédio do Índice de Atuação no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação (IR 04), obteve o resultado de **70,79%.**

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 04

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-04	[(Índice de implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética x 30) + (Índice de implantação da estrutura de Defesa e Guerra Cibernética x 70)] /100	70,79%	Desempenho de 86% anualmente

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

2.4.3 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL (PDCDN)

O PDCDN tem como objetivo dotar o MD e as Forças Armadas de uma estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

O PDCDN é composto pelos seguintes projetos e ações complementares:

- Projeto Sistema Militar de Defesa Cibernética;
- Projeto Escola Nacional de Defesa Cibernética;
- Projeto Centro de Operações de Defesa Cibernética;
- Projeto Capacidades Cibernéticas;
- Projeto Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas do Subprograma Independência Tecnológica;
- Ação Complementar Capacitações Comuns;
- Ação Complementar Infraestrutura;
- Ação Complementar Aquisições Comuns;
- Ação Complementar Atividades de Interesse do Setor Cibernético;
- Ação Complementar Apoio às Forças Singulares; e
- Ação Complementar Experimentações Doutrinárias.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- Contratação de empresa para estruturação integrada do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber-1ª fase).
- Estruturação das Normas Operacionais do Sistema de Defesa Cibernética (NOSDCiber).
- Modelagem e definição de requisitos para o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC).
- Levantamento dos marcos legais, normativos e doutrinários a serem atualizados e/ou criados.
- Anteprojeto de adequação do prédio atual da EsCom para a EnaDCiber.
- Programa de Necessidades dos Pavilhões Administrativo e Operacional definitivos do ComDCiber.
- Projeto-Piloto de um Sistema para Gestão do Conhecimento de interesse do Setor Cibernético.
- Projeto-Piloto de um Sistema para Gestão dos Talentos necessários ao Setor Cibernético.
- Renovação do parque computacional da infraestrutura de Certificação Digital de Defesa.
- Criação da cadeia de certificados AC Defesa SSL, para utilização em páginas web, sistemas e equipamentos de Defesa.
- Planejamento do desenvolvimento/aquisição de um Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas.
- Contratação de cursos de interesse do Setor Cibernético de Defesa, pela Escola Nacional de Defesa Cibernética (EnaDCiber).
- Desenvolvimento da atividade de Certificação Digital de interesse do Setor Cibernético de Defesa.
- Realização do Exercício Guardião Cibernético 4.0, para contribuir com a proteção cibernética das infraestruturas estratégicas críticas nacionais.
- Atendimento às atividades de estruturação da capacidade cibernética das Forças Singulares, no contexto do SMDC.

Fonte: DCT

Fotos: Acervo do CCOMSEx

2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA (PrgEE DCiber)

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética está inserido no planejamento estratégico da Força Terrestre, como um dos indutores do Processo de Transformação da Força. Essa iniciativa tem o objetivo de inserir o Brasil no seleto grupo de nações com capacidade para atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.

O PEEDCiber é composto pelos seguintes projetos:

- Projeto Organização do Centro de Defesa Cibernética;
- Projeto Força Cibernética;
- Projeto Escudo Cibernético;
- Projeto Apoio Tecnológico; e
- Projeto Pesquisa Cibernética.

RECURSOS RECEBIDOS 2022	UTILIZADOS	TAXA DE EXECUÇÃO
R$ 15.417.476,00	R$ 15.414.263,00	99,9 %

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- Laboratório de Proteção Cibernética do Curso de Comunicações da AMAN;
- Laboratório de Proteção Cibernética do Curso de Comunicações da ESA;
- Laboratório de Segurança Cibernética de Infraestruturas Críticas (LaSC) do IME;
- Desenvolvimento do Módulo de Ações Cibernéticas (MAC);
- Distribuição de Módulos de Proteção Cibernética para as organizações militares de C2 da Força Terrestre;
- Equipamentos para os Pelotões de Guerra Cibernética do 1º BGE, 1º B Com GE Sl e 9º B Com GE;
- Ferramentas operacionais de cibernética para o Centro de Defesa Cibérnética (CDCiber);
- Simulador de Operações Cibernéticas do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);
- Aplicação de hardwares e softwares para proteção cibenética na estrutura de telemática do Exército; e
- Capacitação de oficiais e sargentos em proteção e guerra cibernética nos cursos da EsCom e do CIGE.

Fonte: EME

% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ACUMULADA POR ANO											
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
LOA	34,44	75,19	131,82	166,45	212,51	247,26	275,07	303,65	325,12	341,64	360,44
% EXECUÇÃO DO PROG	8,03%	17,53%	30,73%	38,80%	49,54%	57,64%	64,12%	70,78%	75,66%	79,50%	83,88%

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.5 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.1 INTRODUÇÃO

O Exército enfatiza o Preparo da Força Terrestre como fator condicionante para o seu emprego, de tal forma que o preparo compreende as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização. (Fonte: Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004).

A Doutrina Militar Terrestre, por sua vez, estabelece o arcabouço conceitual que aproxima as atividades do preparo das necessidades do emprego, de forma a manter os conceitos doutrinários atualizados, por intermédio da prospecção doutrinária e da dinâmica da atualização e difusão do conhecimento.

Assim, as atividades de preparo e de emprego são, sob a ótica dos resultados esperados, indissociáveis, considerando a estreita ligação entre as missões a serem cumpridas pela Força Terrestre e a preparação necessária para a sua efetivação.

2.5.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Ministério da Defesa, em seu Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (2020-2031), perspectiva "sociedade", estabelece o aprimoramento do preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Por sua vez, o Exército Brasileiro estipula as prioridades para o preparo e emprego da Força Terrestre no Plano Estratégico do Exército (PEEx), Objetivos Estratégicos 05 e 06 (OEE 05 e OEE 06), "Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) – Preparo e Emprego da Força Terrestre" e "Manter Atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre", respectivamente.

Esses objetivos estratégicos, definidos no PEEx, atuam como indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, inserindo-o no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa (PND) e com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

O Objetivo Estratégico 05 trata sobre o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), que é composto, principalmente, pelo Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO) e pelo Sistema de Emprego (SISEMP).

No âmbito do objetivo estratégico de modernização do SISOMT, observa-se a relevância do indicador estratégico conforme o quadro a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 05

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-05	[(Taxa DOAMEPI – Doutrina x 10) + (Taxa DOAMEPI - Organização x 10) + (Taxa DOAMEPI - Adestramento x 25) + (Taxa DOAMEPI – Material x 25) + (Taxa DOAMEPI - Educação x 5) + (Taxa DOAMEPI – Pessoal x 20) + (Taxa DOAMEPI - Infraestrutura x 5)] / 100	73,63%	80% anualmente

O Objetivo Estratégico 06 (OEE 06) trata da atualização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre que é composto, principalmente, pelo Sistema de Material de Emprego Militar (SMEM).

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 06

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-06	[(Índice de produção doutrinária x 3) + (Indicador de acompanhamento doutrinário e lições aprendidas x 1)] / 4	84,32%	Desempenho de 80% anualmente

2.5.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.5.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – Prg EE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Terrestre (Prg EE SISOMT) é composto pelos projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER) e pela ação complementar Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O programa estratégico SISOMT foi criado no intento de ampliar, progressiva e seletivamente, as capacidades das organizações militares do Exército, de forma a aprimorar o permanente estado de pronto emprego, em sistema de rodízio, para o efetivo cumprimento das missões constitucionais.

Dessa forma, o Prg EE SISOMT é norteado no PEEx 2020-2023 pelo OEE 05 – Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre – nas seguintes ações estratégicas:

5.1.3 – implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças (FORPRON);

5.2.1 – preparar a Força Terrestre para atuar em operações singulares, conjuntas e multinacionais (UNPCRS);

5.2.2 – aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo profissional (FORPRON E CTTEP); e

5.3.1 – modernizar a Sistemática de Emprego da Força Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas principais entregas realizadas em 2022, conforme o quadro a seguir:

PRINCIPAIS ENTREGAS Prg EE SISOMT - 2022
1. Pórtico de Entrada do Centro de Adestramento Sul;
2. Estacionamento Vtr Op e Adm do Centro de Adestramento Sul;
3. Arquibancada Coberta p/ Instrução do Centro de Adestramento Sul;
4. Central de Coleta de Resíduos do Centro de Adestramento Sul;
5. Rede interna Abastecimento d'Água do Centro de Adestramento Sul;
6. Implantação da Força de Apoio à Defesa Civil em todos os Comandos Militares de Área;
7. Normas para Emprego da Força Terrestre;
8. Software SIMAD-INTEGRADOR e Orientações para o seu uso;
9. Capacitação e Certificação de 10 (dez) Brigadas e de 100% dos Módulos Especializados;
10. Preparação da tropa da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) para missão de paz;
11. Preparação da Companhia de Reação Rápida da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada para missão de paz; e
12. Preparação da Companhia de Reação Rápida da 23ª Brigada de Infantaria de Selva para missão de paz.

Fonte: COTER (2022)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO Prg EE SISOMT + DQBRN

INDICADOR	RECEBIDO	UTILIZADO	TAXA DE EXECUÇÃO %
SISOMT	2.722.945,14	2.722.945,14	100
DQBRN	2.670.230,00	2.665.354,38	99,82
TOTAL	5.393.175,14	5.388.299,52	99,91

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.5.3.2 O SISTEMA DE PRONTIDÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (SISPRON)

O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro (SISPRON), criado pelo Exército para aprimorar a capacidade de mobilização e operação da Força Terrestre, adota novas tecnologias referentes à simulação de combate, com uso intenso de programas computacionais e dispositivos de realidade virtual.

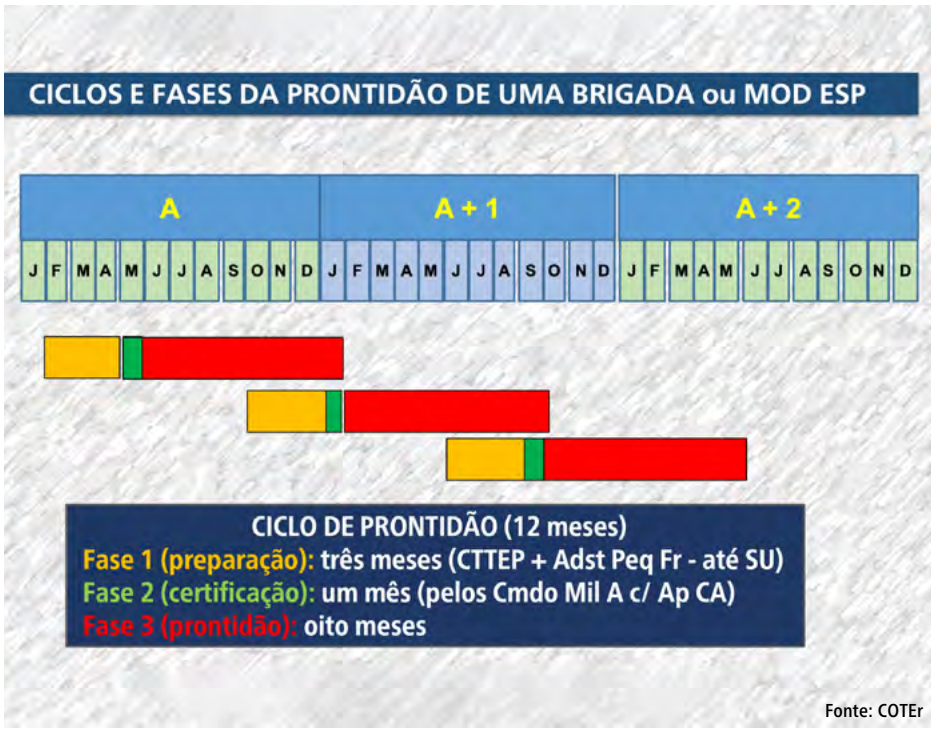
O SISPRON se propõe a implantar uma metodologia de preparação de grandes efetivos, mediante rodízio, com o objetivo de manter ininterruptamente tropas habilitadas ao cumprimento das missões finalísticas da Força Terrestre, com destaque para a defesa externa e a salvaguarda de interesses brasileiros no exterior.

Cabe ressaltar que o SISPRON é composto pelas denominadas Forças de Prontidão (FORPRON) – Comandos de Divisão de Exército e Brigadas selecionadas – às quais se somam os Módulos Especializados, ou seja, tropas com características diferenciadas (Operações Especiais, Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, Operações Psicológicas, Lançadores Múltiplos de Foguetes, etc).

CICLO DE PRONTIDÃO (12 MESES)
Fase 1 (preparação): 3 meses (CTTEP + AdstPeqFr – até SU)
Fase 2 (certificação): 1 mês (pelos Cmdo Mil A c/ Ap CA)
Fase 3 (prontidão): 8 meses

Fonte: COTER (2022)

Ciclos e fases da sistemática de colocação de tropas em prontidão operacional



Fonte: COTEr

2.5.3.3 O PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir com a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares por intermédio da implantação, da transformação ou do reposicionamento, por transferência de sede, de unidades.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022
Adequação da infraestrutura do Comando de Defesa Antiaérea do Exército, no Guarujá (SP).
Adequação da infraestrutura do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC AP), em Santa Maria (RS), para o recebimento dos obuseiros M109 A5+ BR, com a construção do Pavilhão de Manutenção.
Adequação da infraestrutura do 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista (27º BI Pqdt), na Vila Militar do Rio de Janeiro (RJ), com a modernização do Serviço de Aprovisionamento.
Adequação da infraestrutura do Centro de Adestramento - Sul (CA-Sul), em Santa Maria (RS), contribuindo com a ampliação da Capacidade Militar de Apronto Operacional, com a construção de Abrigo Coberto com arquibancada para instrução.

Fonte: Estado-Maior do Exército, 2022.

Mais informações no link:
http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sentinela-da-patria.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRG EE SENTINELA DA PÁTRIA RG 2022

RECURSOS RECEBIDOS 2022	UTILIZADOS	TAXA DE EXECUÇÃO
12.847.414,00	12.450.974,10	97%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

2.5.4 AÇÕES PARA PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

2.5.4.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE (F Ter)

O preparo da Força Terrestre apoia-se no Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO), que é o sistema responsável pelas atividades de formação da reserva mobilizável e de preparo da F Ter (preparação orgânica e completa), estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB); pelo Programa de Instrução Militar (PIM); e pelo Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB).

No caso da preparação específica, essa ocorrerá por demanda do EMPREGO, após o recebimento de uma missão específica para operações de guerra ou não guerra. Caracterizará a obtenção ou mesmo o aperfeiçoamento das capacidades necessárias às OM da F Ter para executar as operações demandadas pelo emprego da tropa.

O amparo legal do preparo da Força Terrestre é regido, além dos documentos supracitados inicialmente, pelos seguintes elencados:

- Regulamento do Comando de Operações Terrestres;

- Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;

- Programas-Padrão, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;

- Cadernos de Instrução, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;

-Programa de Instrução Militar (PIM), acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/;e

- Planejamento Anual do Adestramento Avançado e Outras Atividades (PA3OA), contido no PIM, acessível pelo sítio: https://portaldopreparo.eb.mil.br/.

RECURSOS UTILIZADOS PARA INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO MILITAR EM 2022

Fonte: Tesouro Gerencial.

DESCRIÇÃO	UTILIZADOS (R$)
Adestramento	10.036.729,37
Instrução Individual	3.688.628,64
Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar (MIAIM)	2.683.879,25
Estágios	2.150.222,86
Exercícios Internacionais (Paraná e Arandu)	948.348,74
Adestramento do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA)	651.059,36
Adestramento da Reserva Mobilizável	151.078,78
Despesas Gerais do COTER	3.083.116,37
Deslocamentos para as atividades de Preparo	712.998,80
Segurança de Voo	522.466,19
IGPM	235.071,31
Preparo C Dout	86.314,90
Missão de Paz	80.045,07
Preparo Forças de Prontidão	8.702.765,34
Sistema de Simulação do EB	3.469.987,68
TOTAL	37.202.712,66

No ano de 2022, 400 organizações militares operacionais realizaram os diversos níveis de adestramento previstos nos Programas-Padrão de Adestramento de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em um total de 155 mil envolvidos nas atividades.

ESTÁGIOS REALIZADOS - 2022
30 Estágios Setoriais
133 Estágios de Área
Aproximadamente 3.200 militares em 8 C Mil A

Fonte: COTER (2022)

Em 2022, o Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON) certificou 10 brigadas como Força de Prontidão Operacional (FORPRON), credenciando aproximadamente o efetivo de 9.150 militares certificados:

1. Brigada de Infantaria Paraquedista;
2. 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
3. 5ª Brigada de Cavalaria Blindada;
4. 23ª Brigada de Infantaria de Selva;
5. 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada;
6. 12ª Brigada de Infantaria Leve (Amv);
7. 1ª Brigada de Infantaria de Selva;
8. 10ª Brigada de Infantaria Motorizada;
9. 6ª Brigada de Infantaria Blindada; e
10. GUEs/9ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Foto: Encerramento do Seminário de Operações em Montanha
Foto: 4º Bda Inf Mth L

2.5.4.2 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

A Doutrina Militar Terrestre proporciona suporte às atividades do EB, principalmente as operacionais, de modo a permitir o êxito nas atividades de preparo e de emprego da Força Terrestre, utilizando o Sistema de Material de Emprego Militar (SMEM), em uso no EB.

O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) é composto pelo conjunto de organizações, pessoal, publicações e atividades do Exército que interagem para o processamento das necessidades de evolução da Doutrina Militar Terrestre.

O SIDOMT acompanha a evolução da arte da guerra, tendo por objetivo a atualização do pensamento militar e o incremento da pesquisa. Em razão disso, esse sistema integra o Mapa Estratégico do Exército, concatenado ao Objetivo Estratégico do Exército 06 (OEE 06).

O Comando de Operações Terrestres é o órgão central do Sistema de Doutrina Militar Terrestre. O Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) é o órgão gestor desse sistema, conforme Portaria do Comandante do Exército nº 1.676, de 25 de janeiro de 2022, que aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) – EB10-IG-01.005.

No ano de 2022, as principais entregas do Centro de Doutrina do Exército foram as seguintes:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
24	Manuais doutrinários aprovados
25	Seminários ou webinar doutrinários realizados
21	Quadros de Organização de OM Operacional Tipo
52	Quadros de Dotação de Material
02	Experimentação doutrinária
04	Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP)
62	Pareceres produzidos para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED)
05	Notas doutrinárias produzidas
01	Diretriz para elaboração do PDDMT
04	Reuniões de Coordenação Doutrinária (RCOD) (03-videoconferência e 01 presencial)
01	Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre (PDDMT) 2023
222	Lições aprendidas e melhores práticas (118 Mlh Prat, 6 Lç Apreendidas e 98 arquivadas)
08	Pareceres para trabalho de natureza profissional (TNP) elaborados
24	Acompanhamentos doutrinários
01	Estágio setorial de ODLA
01	Estágio de O Lig Dout Ext
07	Visitas de divulgação da SADLA
12	Pareceres doutrinários
109	Matérias publicadas acerca da doutrina militar do Exército
04	Edições da Doutrina Militar Terrestre em revista publicadas
41	Bases doutrinárias previstas aprovadas
01	Criação do Laboratório de Experimentação Doutrinária EXODO
83	Relatórios de conhecimento da doutrina (O Lig Dout)
14	Artigos produzidos por O Lig Dout
05	Diretrizes de experimentação doutrinária expedidas
22	Formulações de QSD
2685	Entrega de MEM do Projeto COBRA (850 miras e visadas rápida, 565 monóculos de visão noturna, 72 binóculos de visão noturna, 97 espingardas Cal 12 mm, 151 Lç Gr acoplável, 50 Mtr 7,62 mm e 900 luvas táticas)
37	Participações em GT
02	Apresentações do COTER (EsFCEx e EASA)
01	Criação do Estágio ADLA a distância, por meio do EB Aula
01	Criação da fase a distância do Estágio O Lig por meio do EB Aula

Fonte: COTER (2022)

2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

2.6.1 DESAFIOS

O Exército Brasileiro possui grandes desafios para cumprir suas missões constitucionais.

Os principais desafios a serem superados são: dissuadir a concentração de forças adversas nas fronteiras terrestres; fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica; incorporar novas tecnologias e sistemas inteligentes; manter-se em condições de ser empregado e ampliar a projeção do Exército no cenário internacional.

Outro desafio a ser superado está relacionado ao cenário sanitário global com os reflexos advindos da recente pandemia de covid-19, cujos efeitos ainda são percebidos no campo econômico e no comércio global.

O recente conflito na Ucrânia, cuja duração e desfecho ainda são incertos, apresenta indefinições no campo geopolítico.

A busca constante do equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma força armada, e as crescentes demandas da sociedade brasileira consistem em tarefas desafiadoras e cruciais.

No espaço cibernético, as características peculiares desse campo, incluindo o seu caráter de transversalidade em relação aos demais domínios do campo de batalha (terra, mar, ar e espaço), bem como a facilidade de acesso global, proporcionam um ambiente favorável para ações de forças adversas que ponham à prova a capacidade de reação dos Estados.

A dependência cada vez maior da rede mundial de computadores, explorada em praticamente todas as atividades socioeconômicas, inclusive nos sistemas de defesa, traz como impacto o aumento das vulnerabilidades cibernéticas e das ameaças corporativas e individuais.

A modernização e a transformação da Instituição para fazer frente a tais vulnerabilidades constituem verdadeiros desafios a serem vencidos.

2.6.2 RISCOS

O Exército Brasileiro está sujeito a largo espectro de riscos, em virtude de sua complexidade e tamanho.

No campo estratégico, destaca-se que os principais riscos estão relacionados aos campos econômico, psicossocial e tecnológico.

O atual cenário econômico nacional, agravado pelos efeitos da pandemia da covid-19 e pelo conflito da Ucrânia, permite supor que a probabilidade da ocorrência de restrições orçamentárias será elevada, o que poderá ter impacto negativo no preparo e no adestramento da Força. Nesse quadro, o índice de operacionalidade da Força Terrestre poderá sofrer impacto negativo, comprometendo o emprego da Força tanto em sua missão constitucional de defesa da Pátria, quanto nas demais demandas apresentadas ao Estado pela sociedade brasileira.

No campo cibernético, o principal risco identificado é a materialização de ameaças com potencial de comprometer a operação de sistemas do Setor de Defesa, incluindo redes corporativas e sistemas críticos. Isso atingiria a operacionalidade e o funcionamento administrativo do Setor Cibernético de Defesa e a interrupção da operação de Infraestruturas Estratégicas Críticas de interesse da Defesa Nacional.

2.6.3 PERSPECTIVAS

Em um contexto ainda incerto, o Exército trabalha com a perspectiva de que a retomada econômica em âmbito global, após o controle sanitário da pandemia da covid-19, se dê em ritmo mais lento do que o esperado, sobretudo devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Nesse sentido, o Exército Brasileiro planeja otimizar o emprego de seus recursos e dar continuidade ao desenvolvimento de suas capacidades, por meio dos Programas Estratégicos, preparo/emprego constante de seu efetivo, buscando o incremento do índice de operacionalidade da Força Terrestre.

Infere-se, de forma pragmática, que a projeção Institucional alcance o quadro de prontidão desejado para o atendimento da defesa da Pátria.

Foto: Sd Euclides Pegado Fagundes (CIOpEsp)

Destacamento de Reconhecimento e Caçadores - Foto: 1º Sgt Sionir (CCOMSEx)

CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

CAPÍTULO 3

3 CONFORMIDADE E RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB), na Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022), obteve um orçamento no programa 6012 - Defesa Nacional, na ordem de R$ 3,620 bilhões, para atender às despesas de natureza obrigatória, com os programas estratégicos e discricionárias, além de emendas individuais. As despesas discricionárias atendem ao custeio da Força Terrestre englobando suas atividades de aprestamento, logística, ciência e tecnologia, apoio administrativo, ensino, obras e alguns investimentos, entre outras.

O limite de pagamento concedido ao Comando do Exército, no ano de 2022, foi suficiente para o pagamento das obrigações atinentes às despesas obrigatórias e discricionárias. Ressalta-se que não foram observados bloqueios de financeiro que impactassem o cronograma de desembolso mensal, fato que cooperou para uma execução financeira satisfatória, contribuindo para o cumprimento de todas as obrigações.

ORÇAMENTO DEFESA NACIONAL	RECEBIDO (R$)
OBRIGATÓRIA	656.089.127,00
DISCRICIONÁRIA	2.931.342.315,00
EMENDA INDIVIDUAL E COLETIVA	33.052.153,00
TOTAL	3.620.483.595,00

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

3.1.2 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento total foi composto do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (R$ 51,5 bilhões), do Programa de Defesa Nacional (R$ 3,6 bilhões), das operações especiais orçamentárias – demandas judiciais – (R$ 72,8 milhões), e do programa de Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (R$ 8,1 milhões).

PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO EXÉRCITO EM 2022

AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	%
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	51.598.881.326,00	93,31
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	72.888.813,00	0,13
COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	8.100.000,00	0,01
DEFESA NACIONAL	3.620.483.595,00	6,55
TOTAL	55.300.353.734,00	100

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022). (1) Dotação atualizada: LOA + Crédito.

3.1.3 OUTROS RECURSOS RECEBIDOS

Em 2022, o EB recebeu R$ 1,122 bilhão, até o mês de dezembro, em recursos provenientes de outras fontes (destaques), redundando, em sua maior parte, em ações em prol da sociedade. Tais recursos foram empregados nas Operações Acolhida, Carro-Pipa, entre outras. Dos instrumentos de parceria celebrados, destacam-se, ainda, os voltados a obras de cooperação e desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram ao Exército contribuir com a melhoria da infraestrutura do País, bem como cooperar com o desenvolvimento nacional.

3.1.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Da análise dos objetivos, metas e indicadores do EB no PPA-2020/2023 e dos resultados de gestão estratégica apresentados no Capítulo 2, pode-se verificar que a instituição realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar com efetividade a totalidade de sua LOA 2022 e realizar as entregas previstas.

O detalhamento do desempenho orçamentário, financeiro e contábil está apresentado no Capítulo 4 e demonstra a efetiva execução do Comando do Exército nessas áreas.

Cabe ressaltar que o cenário mundial de pandemia da covid-19 prejudicou sobremaneira a entrega de alguns produtos e a prestação de serviços, mas, ainda assim, a execução de 2022 apresentou efetividade nas aquisições e contratações.

Embora o EB tenha recebido o orçamento aquém das suas necessidades, a adoção de boas práticas de gestão e governança pública tem evidenciado a manutenção dos índices de operacionalidade da Força sempre acima da meta estipulada no PPA-2020/2023.

Do acima exposto, verificou-se a efetiva execução das ações orçamentárias sob responsabilidade do Comando do Exército que constam do Programa 6012, evidenciando o comprometimento quanto ao emprego dos recursos em proveito das ações de governo que permitem o cumprimento das missões constitucionais previstas para Exército Brasileiro.

Foto: Cb Alex Gloger Teixeira/9º B Log

AÇÃO DE GOVERNO		RECEBIDO (R$) (Dotação Atualizada)	UTILIZADO (R$) (Empenhado)	% (Utilizado)
13DB	AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	14.009.244,00	13.957.230,34	100
147F	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNÉTICA PARA A DEFESA NACIONAL	15.417.476,00	15.414.263,11	99,9
14LW	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATÉGICO ASTROS	50.435.927,00	50.435.927,00	100
14T4	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FORÇAS BLINDADAS	789.404.974,00	789.382.470,26	100
14T5	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRA (SISFRON)	386.105.310,00	386.105.309,54	100
156M	MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO*	181.718.578,00	172.480.010,89	94,9
21D2	RECOMPOSIÇÃO DA CAPACIDADE E DOS MEIOS DA FORÇA TERRESTRE	92.496.574,00	92.495.968,67	100
15W6	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA	14.101.057,00	14.100.977,30	100
20XE	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	107.200.694,00	107.198.049,20	100
20XH	REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO	19.200.000,00	19.200.000,00	100
20XJ	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	24.225.721,00	24.225.670,95	100
20XL	SAÚDE EM OPERAÇÕES MILITARES	594.444,00	594.347,14	99,9
212O	MOVIMENTAÇÃO DE MILITARES	656.089.127,00	656.089.127,00	100
219D	ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES	125.949.031,00	125.941.577,03	99,9
21A0	APRESTAMENTO DAS FORÇAS	636.390.849,00	636.370.749,52	100
2866	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO	4.875.238,00	4.875.218,01	100
2911	LOGÍSTICA INTEGRADA EM PROVEITO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES DE ENGENHARIA DO EXÉRCITO	15.959.492,00	15.957.600,15	99,9
2900	SELEÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR E APRESENTAÇÃO DA RESERVA EM DISPONIBILIDADE	6.577.831,00	6.577.661,92	100
2A82	PRESTAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO NO IME	12.755.532,00	12.755.468,47	100
2919	REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS	20.000.000,00	19.999.911,53	100
3138	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	9.217.136,00	9.217.135,60	100
4528	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR	63.579.543,00	63.579.543,00	100
7XN4	IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO MILITAR DE SÃO PAULO (CMSP)	59.534.280,00	59.533.593,93	100
8965	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO	80.256.734,00	80.255.778,14	100
21D1	GERENCIAMENTO, MELHORIA, MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SISTEMA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA	595.183,00	595.102,19	99,9
21D3	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	233.758.620,00	233.758.620,00	100
21D4	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE	35.000,00	34.999,94	100
Total		**3.620.483.595,00**	**3.611.206.826,72**	**99,7**

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (dados de 31 de dezembro de 2022).

* No ano de 2022 deixaram de ser executados R$ 9 milhões referentes à emenda do relator, em atendimento à decisão do STF.

3.1.4.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

Na composição dos recursos do orçamento destinados ao EB, o grupo natureza da despesa com pessoal e encargos sociais corresponde à maior parcela utilizada, seguida do custeio e de investimentos.

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

NATUREZA DE DESPESA	RECEBIDO	UTILIZADO	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.583.244.665,00	46.398.943.092,23	99,6
CUSTEIO	6.585.001.018,00	6.218.452.084,34	94,4
INVESTIMENTOS	2.132.108.051,00	2.127.689.147,09	99,7
TOTAL	55.300.353.734,00	54.742.605.606,32	99

Os recursos não executados referem-se a pagamento de pessoal e benefícios, pois a folha de pagamento de dezembro somente é encerrada próximo ao fim do mês. As projeções são anteriores e os benefícios são empregados assim que os direitos são gerados.

Quanto aos investimentos, deixaram de ser executados R$ 9 milhões referentes à Emenda do Relator, em atendimento à decisão do STF.

DESPESAS DE CUSTEIO UTILIZADAS EM 2022

Em 2022, os recursos utilizados com as despesas de custeio, – outros serviços terceiros PJ, material de consumo e indenizações/restituições, totalizaram R$ 6,218 bilhões, conforme planilha abaixo:

ELEMENTO DA DESPESA	RECEBIDO	UTILIZADO	%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS (PJ)	2.484.763.947,36	2.483.341.919,44	97,3
MATERIAL DE CONSUMO	1.935.612.479,70	1.935.550.179,18	95,8
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	797.995.926,29	797.988.244,70	75,8
OUTROS	1.366.628.664,65	1.338.604.229,85	97,9
TOTAL	6.585.001.018,00	6.218.452.084,34	94,4

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

DESPESAS DE INVESTIMENTO UTILIZADAS EM 2022

Em 2022, as despesas de investimento com material permanente, consumo, obras/instalações e outros serviços/PJ totalizaram R$ 2,127 bilhões, conforme planilha abaixo:

ELEMENTO DA DESPESA	RECEBIDO	UTILIZADO	%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.391.176.493,65	1.391.167.514,79	99,9
OBRAS E INSTALAÇÕES	275.386.516,70	270.976.591,56	98,4
MATERIAL DE CONSUMO	259.753.563,68	259.753.563,68	100
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS (PJ)	205.791.476,97	205.791.476,97	100
TOTAL	2.132.108.051,00	2.127.689.147,09	99,7

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

3.2 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

3.2.1 INTRODUÇÃO

As aquisições mais significativas no âmbito do Comando do Exército foram gerenciadas e centralizadas pelos órgãos de direção-geral, operacional e setoriais.

Como órgãos a serem exemplificados, podem ser citados: o Comando Logístico (COLOG), responsável pelas aquisições do sistema logístico do EB; o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), responsável pelas aquisições do Sistema de Obras; o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), responsável pelas aquisições do Sistema de Ciência e Tecnologia; o Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), responsável pelas aquisições do Sistema de Educação e Cultura; e a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), responsável pelo apoio administrativo às OM.

As demais aquisições de natureza comum são realizadas pelas diversas organizações militares, Unidades Gestoras Executoras (UGE), em menor montante e maior capilaridade.

Ainda no sentido da racionalização administrativa, o Exército, nos últimos anos, aperfeiçoou processos e estruturas buscando centralizar as aquisições e outras atividades administrativas, ao passo que busca reduzir o número de UGE. Nesse sentido, podemos citar:

- a Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária (DPGO), do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), para gestão orçamentária centralizada dos recursos de pessoal;

- o Centro de Obtenções do Exército (COEx/COLOG), para gestão de orçamento e aquisições do Sistema Logístico;

- Bases Administrativas, unidades que centralizam atividades administrativas de diversas organizações militares (OM), retirando encargos dessas OM;

- o Almoxarifado Central, na guarnição de Brasília, para racionalização da obtenção de bens comuns a todos os órgãos do Forte Caxias;

- a implantação e aprimoramento dos Grupos de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos (GCALC) para a realização de licitações centralizadas, destinadas às contratações frequentes, visando ao fornecimento de bens e serviços comuns; e

- a participação/adesão aos produtos da Central de Compras do Governo Federal, possibilitando a coparticipação no Almoxarifado Virtual Nacional, aquisição de desktops e contratação de serviços de telefonia e dados móveis.

3.2.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO CUSTEIO E INVESTIMENTOS

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	UTILIZADO (R$)
1. Modalidade de licitação	3.272.029.265,75
Convite	1.288.491,48
Tomada de preços	96.568.817,30
Concorrência	222.167.808,33
Pregão	2.931.483.510,15
Concurso	1.681,50
Regime Diferenciado de Contratação	20.518.956,99
2. Contratações Diretas	3.458.571.023,29
Dispensa	550.922.871,13
Inexigibilidade	2.907.648.152,16
3. Regime de Execução Especial	15.786.072,92
Suprimento de Fundos	15.786.072,92
4. Outros	1.599.754.869,47
5. TOTAL	8.346.141.231,43

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

Das contratações realizadas por meio de inexigibilidade, aproximadamente **48%** das execuções referem-se a gastos realizados com instituições médicas variadas, que mantêm convênios para o atendimento ao pessoal militar e civil e respectivos dependentes.

Evidencia-se, ainda, que pouco mais de **36%** do total executado por esta modalidade relacionam-se com aquisições de objetos detentores de especificidades, como os blindados da família Guarani e materiais e equipamentos do Sistema ASTROS. Dotadas das mesmas características peculiares, destacam-se as aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

Os 16% restantes dos valores apresentados na modalidade de contratação abordada relacionam-se com empresas de saneamento de água e esgoto, aquisição de munições, entre outras despesas de pequeno vulto.

Das contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, que sofreram uma redução de **30%** em relação ao ano de 2021, o montante mais proeminente refere-se às despesas com concessionárias de energia elétrica em todo o território nacional, com pouco mais de **41%** do total das contratações. A ação de aprestamento das Forças teve participação de pouco mais de **27%** do total. O restante divide-se em material de emprego militar (MEM), Sistema de Monitoramento de Fronteiras e aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender às peculiaridades do preparo e emprego do EB.

3.2.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO (EXERCÍCIO 2022)

Os gastos com o funcionamento administrativo das **661** organizações militares do Exército foram de R$ **568,81 milhões.** Desse valor, **61%** foram alocados para o custeio de concessionárias de serviço público, **20%** para contratos administrativos e **18%** para despesas gerais das organizações militares (materiais e serviços diversos, combustíveis para geração de eletricidade e aquecimento, certificados digitais, seguro obrigatório, licenciamento de viaturas, publicações, aquisição de materiais de expediente e de limpeza, bem como para manutenção dos bens móveis e imóveis etc).

Ainda com o enfoque da racionalização administrativa, destaca-se o pronto atendimento ao Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021, que estabelece metas a serem cumpridas na redução do consumo de energia elétrica até abril de 2022, materializado na publicação da Portaria nº 14.584, da SEGES/ME, de 13 de dezembro de 2021, bem como a adoção, em caráter permanente e sem prejuízo de outras providências, das recomendações para a redução do consumo de energia elétrica, constantes do Anexo do referido Decreto.

GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2022.

OBJETO	UTILIZADO (em milhões R$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO
CONCESSIONÁRIAS	351,03	61,7
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	115,34	20,2
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES (FUNADOM)	102,44	18,0
TOTAL	568,81	100

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

3.2.4 CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES

Os recursos para fazer frente à demanda de funcionamento administrativo das OM são restritos. Assim, poucos contratos são autorizados e significativa parcela de serviços é realizada diretamente pelos efetivos das próprias organizações militares.

Os contratos de maior relevância, limpeza e conservação, lavagem de roupa, locação de aparelhos de impressão, desinsetização e desratização e manutenção de bens móveis foram, na sua grande maioria, firmados por hospitais militares, estabelecimentos de ensino militar e quartéis-generais.

CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES EM 2022

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial (data da consulta: 31 de dezembro de 2022).

TIPO DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR ANUAL UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DOS CONTRATOS
Limpeza e conservação	60	63,8	81.654.955,78	76,1
Manutenção de bens imóveis	16	17	20.391.638,59	19
Manutenção de bens móveis	18	19,1	5.146.779,68	4,8
TOTAL	**94**	**100**	**107.193.374,05**	**100**

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

3.3.1 INTRODUÇÃO

O EB, alinhado com a Administração Pública Brasileira, tem extensa tradição na gestão das contas públicas, acompanhando, orientando e gerenciando as informações de custos, na medida que retrata os dados de diversos sistemas, internos e externos à Instituição, conforme a execução dos lançamentos realizados pelas unidades gestoras.

Com o advento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Comando do Exército desenvolveu um sistema de custos próprio, conhecido como Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro (SISCUSTOS), que, recentemente, foi substituído pelo Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O SIC é uma ferramenta de TI que tem a capacidade de integrar diversos sistemas do governo federal em uma única base de dados, armazenando e reunindo informações de custos que permitem apoio à tomada de decisão.

Por meio da Portaria nº 020-SEF, de 22 de dezembro de 2011, o Secretário de Economia e Finanças designou a Diretoria de Contabilidade como órgão setorial do Sistema de Custos do Governo Federal. Atualmente, os procedimentos para apropriação de custos na Força são regulados pelas Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército, aprovadas pela Portaria C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022.

O Comando do Exército, por meio de suas 661 OM, realiza a apropriação de custos com pessoal, material de consumo, depreciação do material permanente e serviços executados, nas áreas finalística e de suporte. Ainda, devido à relevância dos recursos aplicados pela Força Terrestre na Operação Pipa, foi criado um centro de custo específico para mensurar os custos dessa operação.

As informações de custos são geradas pelas apropriações dos serviços no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com insumos de material de consumo e depreciação do material permanente, bem como no Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEx), com os dados de pessoal.

A implantação do SIC no âmbito do Comando do Exército teve como objetivos aperfeiçoar e simplificar, ainda mais, a gestão de custos da Força; potencializar a vertente gerencial da contabilidade de custos; melhor subsidiar os processos decisórios em todos os níveis, bem como aumentar a transparência governamental e *accountability*.

Foto: Sd Lucas Giorgetti Boffa/2ª DE

Foto: Cb Matheus Martins de Lima/CMSE

Foto: Acervo do DGP

3.4 GESTÃO DE PESSOAL

3.4.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro teve um efetivo autorizado, para o ano de 2022, de 214.604 homens e mulheres, dos quais 51.200 mil são militares de carreira. Para completar o efetivo contou com militares prestando serviço militar voluntário ou serviço militar obrigatório. As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro coordenadas pelo Estado-Maior do Exército e implementadas pelo Departamento-Geral do Pessoal definem os rumos estratégicos da gestão de pessoas no Exército Brasileiro.

3.4.2 EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização da gestão de pessoas, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade em médio e em longo prazos. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar enquanto permanecer no serviço ativo. A contratação de pessoal da reserva, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), também é uma realidade, constituindo-se em excelente capital intelectual.

Os militares de carreira são aqueles da ativa que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tenham vitaliciedade, assegurada ou presumida, ou estabilidade adquirida nos termos da alínea "a" do inciso IV do **caput** do Art 50 do Estatuto dos Militares.

Foto: Acervo da EsPCEx

EFETIVO DOS MILITARES DE CARREIRA EM 2022

MILITARES	QUANTIDADE
Oficiais	19.224
Praças	31.976
TOTAL	**51.200**

Fonte: EBCorp-DGP, de 29 Dez 22.

EFETIVO DE SERVIDORES CIVIS DO EXÉRCITO

NÍVEL	ATIVOS EM 2022	QUANTIDADE TOTAL
Auxiliar	418	3.561
Intermediário	1.911	
Superior	1.095	
Sem cargo efetivo (DAS/cedidos/ requisitados/exercício provisório)	137	

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2022

CONTROLE DE EFETIVOS MILITARES DE CARREIRA POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	EFETIVO
De 19 a 30 anos	12.208
De 31 a 40 anos	15.775
De 41 a 50 anos	18.750
De 51 a 60 anos	4.409
Mais de 60 anos	58
TOTAL	**51.200**

Fonte: EBCorp-DGP, de 29 Dez 22.

CONTROLE DE EFETIVOS POR COR DE PELE OU RAÇA

COR DE PELE / RAÇA	EFETIVO
Sem declaração	1.276
Parda/Preta/Morena	30.381
Branca	19.543
TOTAL	**51.200**

Fonte: EBCorp – DGP, de 29 Dez 22.

CONTROLE DE EFETIVOS POR SEXO (MILITARES DA ATIVA)

SEXO	EFETIVO
Masculino	48.088
Feminino	3.112
TOTAL	**51.200**

Fonte: EBCorp – DGP, de 29 Dez 22.

CONTROLE DE EFETIVOS MILITARES TEMPORÁRIOS

MILITARES TEMPORÁRIOS	OFICIAIS	PRAÇAS
Total	10.360	151.184
TOTAL	**161.544**	

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, 2022.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.4.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades da Política de Pessoal estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 13 – fortalecer a dimensão humana. Baliza um planejamento estratégico focado nas atividades que buscam a valorização da força de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da família militar.

O Plano Estratégico do Exército descreve que o Objetivo Estratégico do Exército nº 13 (OEE 13) – fortalecer a dimensão humana – é um dos principais indutores do processo de transformação do Exército Brasileiro, inserido no contexto do desenvolvimento nacional em alinhamento com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

O OEE 13 tem como objetivos: aperfeiçoar a gestão de pessoal, militares e servidores civis e desenvolver ações de apoio à família militar.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 13

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-13	[(Índice de Satisfação da Valorização da Força de Trabalho x 4) +(Índice de Satisfação da Qualidade de Vida da família militar x 3) +(Índice de Satisfação da Capacitação da Força de Trabalho x 2) + (Índice de Satisfação da Infraestrutura de apoio à Dimensão Humana x 1)] / 10	77,56%	75% de satisfação

PROGRAMA FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de fortalecer sua dimensão humana, foi concebido o Programa Setorial Força da Nossa Força (Prg S FNF), o qual busca atingir os seguintes benefícios: valorização da força de trabalho; modernização e sustentabilidade do sistema de saúde; melhoria da qualidade de vida da família militar; modernização da gestão de pessoal; e contribuição para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre.

Os projetos integrantes do Prg S FNF estão inseridos no Objetivo Estratégico do Exército 13 – fortalecer a Dimensão Humana. Para tanto, em 2022, o programa prosseguiu suas atividades com três projetos, cito: Projeto EB S@úde; Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército (Projeto SisCoGeP); e Projeto EB F@cil.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FORÇA DA NOSSA FORÇA	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
MODERNIZAÇÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Reestruturação do Sistema de Pessoal do Exército)	671.849,42	671.759,52	99,9%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.4.4 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

3.4.4.1 AVALIAÇÃO DOS MILITARES

Atualmente, o Sistema de Gestão do Desempenho do Pessoal Militar do Exército (SGD) é um recurso totalmente informatizado que disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma autoavaliação e o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

3.4.4.2 AVALIAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS

O servidor civil, ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório por três anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade são objetos de avaliação para o desempenho do cargo. São observados fatores como: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme previsto no Art 41 da CF/88, com a redação dada pela EC nº 19, publicada no DOU de 5 de junho de 1998, e os Art 20 e 21 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.4.5 ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS PARA RECOMPLETAMENTO DO EFETIVO

3.4.5.1 SELEÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O serviço militar obrigatório compreende as seguintes fases: alistamento (presencial e on-line), seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação. A convocação para o serviço militar obrigatório é feita por meio de divulgação em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível nacional como local.

O alistamento on-line foi implantado em todo o território nacional a partir de 1º de janeiro de 2018. O cidadão alistado por esse sistema pode obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, acessando a página eletrônica: alistamento.eb.mil.br.

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)/ Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)	2.196	61.560
Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV)	1.743	
Recrutas	57.621	

Fonte: Departamento-Geral do Pessoal, Set 2022

O serviço militar temporário de caráter voluntário é uma forma de entrada às fileiras do Exército por brasileiros de ambos os sexos, de todo o território nacional. Sua permanência no Exército é de até 8 anos. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação, presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial, nas páginas de conteúdo das regiões militares. Anualmente, existe a possibilidade de os cidadãos de todos os níveis de escolaridade e das mais diversas áreas profissionais passarem a integrar o Exército Brasileiro como militares temporários.

Foto: Acervo do DGP

3.4.5.2 SELEÇÃO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizada mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de oficiais quanto para a de praças. Os candidatos selecionados são matriculados nas escolas de formação militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Foto: Acervo da ESA

3.4.5.3 SERVIDORES CIVIS

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, pelo qual prevê, no seu inciso I do Art 8º, a nomeação como forma de provimento de cargo público, que depende de prévia habilitação em concurso público.

Compete ao Ministério da Economia (ME), como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a criação de cargos efetivos, bem como a autorização para a realização de concursos e nomeação de candidatos.

Devido às restrições impostas por diversos normativos governamentais, o Exército não consegue aumentar seu quadro de servidores civis. Tal fato tem como consequência o emprego de militares, com custo de formação e manutenção elevados, em cargos que poderiam ser ocupados por servidores civis.

Foto: Acervo do DGP

3.4.6 REMUNERAÇÃO

3.4.6.1 REMUNERAÇÃO DE MILITAR

A Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, reestruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares. Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de oficiais e praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial. Durante o ano de 2022, foram cumpridas todas as ações previstas na Lei nº 13.954/2019.

3.4.6.2 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS LOTADOS NO EXÉRCITO

Em geral, a remuneração dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações e adicionais (Art nº 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Por sua vez, a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pelas Leis nº 11.490/07, nº 11.784/08 e nº 11.907/09, instituiu a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Há de se considerar também que a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, instituiu a Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior, de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo, optantes pela Estrutura Especial de Remuneração.

A Portaria C Ex nº 494, de 19 de maio de 2020, publicada no Boletim do Exército nº 21, de 22 de maio de 2020, aprovou as normas para atribuição da GDPGPE e da GDACE, referentes aos servidores civis no âmbito do Comando do Exército.

3.4.7 PROMOÇÕES DE MILITARES NO EXÉRCITO

Os planos de carreira estão materializados em portarias que têm por finalidade estabelecer uma sistemática de promoções de militares das armas, quadros e serviços com base no mérito individual do militar e de acordo com seu tempo no posto ou graduação. Para todas as promoções dos militares, são organizados Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Quadros de Acesso por Merecimento (QAM). Tais quadros consideram a antiguidade e o merecimento dos militares habilitados. As comissões de promoções avaliam o mérito, as qualidades e os requisitos peculiares exigidos para a respectiva promoção.

3.4.8 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema de Saúde do Exército engloba na ordem de 711 mil beneficiários (militares, dependentes de militares, pensionistas de militares, bem como presta assistência à saúde suplementar dos servidores civis do Exército, pensionistas dos servidores civis e seus respectivos dependentes e ex-combatentes).

No ano de 2022, foi emitido, até a data de 10 de setembro de 2022, o total de 3.547.059 Comprovante de Despesas Médicas (CDM), gerando uma produtividade de R$ 532.815.075,50.

3.4.8.1 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE À FAMÍLIA MILITAR

O Sistema de Saúde do Exército (SSEx) é o conjunto, estruturado e sinérgico, de órgãos e organizações militares, meios materiais, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, normas e atividades com o objetivo de prestar assistência de saúde aos seus beneficiários e apoio de saúde às atividades militares.

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica aos seus mais de 711 mil beneficiários, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede de atendimento própria nas Organizações Militares de Saúde (OMS), articulada em todo o território nacional.

Com o objetivo de ampliar a rede de atendimento à família militar por todo o País e, concomitantemente, reduzir os gastos com encaminhamentos às Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviço Autônomos (PSA), otimizando a utilização de recursos públicos, o Exército vem desenvolvendo, via Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx), estudos para a implementação de projetos de construção/adequação de organização militar de saúde e processos de melhoria das condições de atendimento de saúde.

VALORES RECEBIDOS E UTILIZADOS POR REGIÃO MILITAR (RM) NO PAASSEx EM 2022

Fonte: Tesouro Gerencial.

RM	RECEBIDOS	UTILIZADOS
1ª	R$ 16.089.595,17	R$ 16.089.595,17
2ª	R$ 10.118.393,55	R$ 10.118.393,55
3ª	R$ 7.383.767,74	R$ 7.382.924,32
4ª	R$ 2.033.978,74	R$ 2.032.956,04
5ª	R$ 3.306.537,26	R$ 3.306.537,26
6ª	R$ 1.273.275,07	R$ 1.273.275,07
7ª	R$ 6.730.902,70	R$ 6.629.025,50
8ª	R$ 2.579.175,04	R$ 2.579.175,04
9ª	R$ 5.073.887,76	R$ 5.071.987,76
10ª	R$ 1.745.302,75	R$ 1.745.302,75
11ª	R$ 2.272.485,89	R$ 2.272.485,89
12ª	R$ 3.128.076,51	R$ 3.055.923,53
Total Geral	R$ 61.735.378,18	R$ 61.557.581,88

3.4.8.2 APOIO DE SAÚDE NA PANDEMIA DA Covid-19

Com o fim da emergência em saúde pública de importância nacional, o Exército Brasileiro manteve o monitoramento e acompanhamento dos casos porventura existentes e participou ativamente do Programa Nacional de Imunização, ofertando aos militares, servidores civis e suas famílias diversos postos de vacinação.

3.4.9 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A INATIVOS E PENSIONISTAS

O Exército Brasileiro, por intermédio do DGP, tem a responsabilidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades

relacionadas ao Serviço de Veteranos e Pensionistas do Exército (SvVPEx), ao Sistema de Pessoal Civil do Comando do Exército (SiPeC - EB) e ao Serviço de Assistência Social do Exército (SASEx).

Na gestão dos inativos e pensionistas, o SvVPEx está organizado através das Seções do Serviço de Veteranos e Pensionistas das 12 regiões militares, contando, ainda, com 120 organizações militares com atribuições de órgãos pagadores de inativos e pensionistas. O Exército Brasileiro vem desenvolvendo várias ações, visando à busca da melhoria do apoio social. Entre essas melhorias, podemos destacar o Programa Inativos e Pensionistas do Exército (PIPEx), encerrado em 2019, por meio do qual foi criada uma estrutura (física, pessoal, processos e TI) para as atividades de inativos e pensionistas, compatíveis com a dimensão, complexidade e velocidade de resposta peculiares aos seus serviços. Merece destaque, também, a ação corrente, denominada "Programa Irmãos de Armas (PIA)", criada com o objetivo de proporcionar às organizações militares com encargos relacionados ao pagamento de inativos e pensionistas meios, no sentido de modernizar e reaparelhar as diversas instalações, objetivando obter rapidez, eficiência e um melhor atendimento em todos os serviços prestados.

Na área de assistência social, o SASEx atua no sentido de coordenar e promover ações socioassistenciais que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da família militar, de forma integrada e intersetorial com as demais políticas públicas. É responsável, também, pela elaboração de planos, programas, eixos de atuação e ações que são executadas pelas seções de assistência social regionais e de guarnição.

A gestão dos servidores civis do Comando do Exército é realizada de forma integrada com o Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), bem como com as Seções Regionais de Pessoal Civil (SRPC), organizadas em cada uma das 12 regiões militares. Seus pressupostos norteadores estão ligados aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando sempre soluções práticas para as exigências e anseios da coletividade.

3.4.10 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL

AÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO %
Administração da Unidade	42.884.067	42.884.062	100
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.302.324.134	2.302.318.556	100
Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	511.266	511.181	99,9
Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	5.779.818	5.779.818	100
Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	6.577.831	6.577.662	100
Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	731.268	730.918	99,9
Ativos Civis da União	8.012.507	8.012.507	100
Saúde em Operações Militares	594.444	594.347	99,9
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	930.252.357	930.252.354	100
Movimentação de Militares	656.449.351	656.449.351	100
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	66.551.273	66.551.273	100
Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	5.373.677	5.373.677	100
Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	27.730.441	27.730.441	100
Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	3.170.200*	3.170.200	100
Apoio à Residência em Saúde	2.921.892	2.921.892	100
Mobilização e Logística para a Defesa Nacional	2.999	2.999	100
TOTAL	4.059.867.525	4.059.861.238	100

Obs.(*) – Não foi incluído o valor de R$ 1.524.800 devolvido ao Estado-Maior do Exército

Fonte: Tesouro Gerencial, dados de 31 Dez 22

3.5 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE

3.5.1 INTRODUÇÃO

A Gestão de Logística Militar Terrestre é a administração do Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT) que é um conjunto de ações que busca prever, prover e manter os materiais e insumos para compor a capacidade da Força Terrestre visando responder os seus planejamentos de preparo e emprego. Tem como órgão de direção setorial o Comando Logístico (COLOG), elemento central do SLMT.

Prontidão Logística é a capacidade de fazer face às demandas de apoio logístico da Força Terrestre em tempo de paz e em operações, fundamentada na doutrina, na organização, no adestramento, na gestão das informações, na efetividade do ciclo logístico e na capacitação continuada do capital humano.

O macroprocesso do Exército denominado **Logística** é desmembrado nos macroprocessos setoriais finalísticos: prever bens e serviços, prover bens e serviços, manter bens e serviços, gerir a prontidão logística e fiscalizar produtos controlados pelo Exército, da cadeia de valor do SLMT.

Nesse cenário, o foco é manter a prontidão logística no mais elevado nível possível e reduzir os riscos na manutenção dos fluxos de suprimentos das diversas classes de material sob sua responsabilidade, considerando as prioridades e peculiaridades das hipóteses de emprego; aproximar a estrutura logística de paz à de conflito/guerra; e obter a capacidade de sustentar as mobilidades operacional e tática.

Para execução das atividades, os recursos são organizados em Ações Orçamentárias (AO) consolidadas na Lei Orçamentária Anual do COLOG (LOA COLOG), do Fundo do Exército (FEx), da LOA do Estado-Maior do Exército (LOA EME) e de Destaques, que são transferências de créditos entre unidades gestoras de órgãos das estruturas administrativas do Governo Federal. Destaque é a descentralização/transferência de crédito de um Ministério/órgão para outro Ministério/órgão. A execução orçamentária dessas Ações, no COLOG em 2022, consta consolidada na tabela abaixo:

3.5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO COLOG

Fonte: Tesouro Gerencial.

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO %
LOA COLOG	1.420.442.009,56	1.420.441.224,94	100
FUNDO DO EXÉRCITO (F EX)	4.915.281,43	4.915.093,30	100
LOA EME	1.063.608.441,79	1.063.608.132,37	100
DESTAQUES	83.346.974,49	83.346.974,49	100
TOTAL	2.572.312.707,27	2.572.311.425,10	100

3.5.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre (Prg EE SLMT) está implementando as duas estratégias do Objetivo Estratégico do Exército nº 08 (OEE 08) – Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre. São elas: 8.1- Adequação da estrutura logística do Exército e 8.2- Implantação de uma efetiva gestão logística. Destaca-se o Projeto Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG), que atende à estratégia 8.2, constituído por um sistema informatizado de apoio à gestão, concebido com estruturas evolutivas na área de logística, visando apoiar a decisão de forma efetiva na previsão, provisão, manutenção e reversão dos meios e serviços necessários à execução das funções logísticas nas diversas situações de preparo e emprego da Força Terrestre.

O Índice de Aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre é o Indicador de Resultado nº 08 (IR-08), do Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023, que apresentou os resultados detalhados na tabela abaixo:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 08

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-08	[(Taxa de Execução Física do SIGELOG x 2) + (Índice de Evolução do SIGELOG) + (Taxa de Aporte Financeiro SIGELOG)] / 4	79,54%	80% de desempenho até 2022

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO OEE 08

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
1.151.910,00	1.146.253,88	99,51%	88,67% dos Pontos de Função entregues (medição de TI)

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.5.4 ABASTECIMENTO - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Abastecimentos	1.296.782.723,22	1.296.781.948,25	99,99%	100,00% das OM atendidas (considerando Estoques de anos anteriores)

Fonte: Tesouro Gerencial.

Preparação de conteineres - DCMun
Foto: 1º Sgt Silva Marques

3.5.5 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MILITARES - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Materiais e Equipamentos Militares	223.528.925,42	223.528.683,31	99,99 %	100% das OM atendidas, em virtude de estoques de anos anteriores

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.5.6 TRANSPORTE - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Transporte	9.138.251,00	9.138.016,71	100%	100% da OM atendidas

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.5.7 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES
Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE)	20.000.000,00	19.999.367,24	99,99%	319.971 ações realizadas de fiscalização e demais finalidades

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.5.7.1 SISTEMA CORPORATIVO

O Sistema de Gestão Corporativo (SisGCorp) está disponível em: http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/conteudo-do-menu-superior/31-dados-abertos/559-sisgcorp

3.5.7.2 SOLICITAÇÕES

TIPO DE SOLICITAÇÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS
1. Concessão do Certificado de Registro (CR)	409.443
2. Autorização de aquisição no mercado nacional - caçador, atirador e colecionador (CAC)	551.470
3. Guia de tráfego	702.730
4. Certificado de Registro de Arma de Fogo - CRAF	430.698
5. Revalidação de registro (CR)	15.476
6. Apostilamento	81.741
7. Cancelamento de registro (CR)	221
8. Apostilamento de procuração	0
9. Autorização para aquisição de PCE por importação – CII	59
10. CRAF (2ª Via)	6
11. Revalidação de CRAF	11.474
Total de Processos	2.203.318

Fonte: Comando Logístico (DFPC/COLOG) - Dez 2022

3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.1 INTRODUÇÃO

O Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 01– contribuir com a dissuasão extrarregional – envolve ações de transformação, implantação e adequação de organizações militares. A execução é baseada na gestão patrimonial, com controle sobre alteração da atribuição de responsabilidade sobre o Patrimônio da União afetado ao Exército Brasileiro e rigoroso controle sobre as atividades realizadas nessas áreas.

Com a finalidade de prover a gestão patrimonial e a infraestrutura, o Exército Brasileiro dispõe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), que tem sob sua subordinação a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) e a Diretoria de Obras Militares (DOM).

A DPIMA é responsável por superintender as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União administrados pelo Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas.

Para cumprir a missão, utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

A DOM tem como missão superintender, no âmbito do Exército Brasileiro (EB), as atividades de obras militares, construindo e mantendo a infraestrutura de que a Força Terrestre necessita para alcançar seus objetivos estratégicos e apoiar a família militar. É também sua missão controlar o material de sua gestão.

No Plano Básico de Construção (PBC), consta o planejamento quadrienal de obras militares. Os Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia (PDRAEng) contemplam as metas físico-financeiras anuais. O Comitê de Gestão de Obras Militares (CGOM) avalia e monitora a execução de obras militares relacionadas ao PDRAEng EME-DEC.

Para controlar o ciclo das obras, a DOM emprega o Sistema Unificado de Processo de Obras (OPUS).

3.6.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA DE ENGENHARIA (Prg EE PENSE)

Em virtude da atualização do Portfólio Estratégico do Exército, o Programa Estratégico do Exército Sistema de Engenharia (Prg EE PENSE) teve sua portaria de criação revogada, recebendo autorização para a sua transformação em Programa Setorial, por intermédio da Portaria-EME/C Ex nº 710, de 25 de abril de 2022.

Dessa forma, esse Programa Setorial passou a conduzir, no âmbito do DEC, os projetos acolhidos em seu escopo, para garantir o efetivo apoio de engenharia no emprego da F Ter. Buscou, assim, ampliar a capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército em operações militares e nas atribuições subsidiárias.

Ressalta-se que o Programa PENSE contribui para o alcance dos objetivos estratégicos setoriais que, por conseguinte, convergem para a composição dos Objetivos Estratégicos do Exército, a saber: OEE 1, OEE 2, OEE 3, OEE 5 e OEE 12.

No âmbito orçamentário, no ano de 2022, o Prg PENSE, dando continuidade às suas atividades planejadas, aplicou recursos na ordem de R$ 2,3 milhões, conforme abaixo especificado:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO %
Reuniões, inspeções, visitas técnicas e aquisição de material permanente (DEC*)	31.034,00	12.937,50	41,6
Construção/adequação das instalações e aquisição / manutenção dos meios do CI Eng (DOC/2ºBFv*)	2.003.912,00	2.105.702,29	105,1
Aquisição de material de engenharia, capacitação de pessoal, recebimento de material e visitas técnicas (DME*)	60.000,00	0,00	0
Aquisição de material, capacitação de pessoal do Sistema de Gestão do Material Classe VI e Catalogação (DME*)	4.000,00	0,00	0
Aperfeiçoamento do Sistema e Capacitação de Pessoal (DPIMA*)	100.000,00	58.652,46	58,6
Reuniões e visitas técnicas (4º Gpt E*)	40.000,00	61.570,94	153,9
Apoio à implantação da 6ª Cia E CmbSl (2º Gpt E / 6ª Cia E CmbSl*)	120.000,00	119.903,65	99,9
TOTAL	2.358.946,00	2.358.766,84	99,9

Fonte: Tesouro Gerencial.

Observações:

1: Os recursos recebidos e não utilizados na referida atividade foram remanejados para outros projetos do Programa PENSE.

2: As reuniões e visitas técnicas tiveram taxa de execução acima de 100% devido ao Projeto Simulação para a Engenharia (diárias e passagens).

*** LEGENDA:**
- **DEC: Departamento de Engenharia e Construção.**
- **DOC/2ºBFv: Diretoria de Obras e Cooperação /2º Batalhão Ferroviário.**
- **DME: Diretoria de Material de Engenharia.**
- **DPIMA: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.**
- **4º Gpt E: 4º Grupamento de Engenharia**
- **2º Gpt E/6ª Cia E CmbSl: 2º Grupamento de Engenharia/6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva**

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- **Materiais para o Laboratório de Ensaios Tecnológicos para o Centro de Instrução de Engenharia (Pjt CI Eng).**
- **Conformidade Ambiental - visita de orientação técnica às OM.**
- **Estágios de Conformador Ambiental (Pjt SIGAEB).**
- **Estágios de Meio Ambiente (Pjt SIGA31.034EB).**
- **Materiais e serviços para apoio à implantação da 6ª Cia E CmbSl (Ação Complementar 6ª Cia E CmbSl).**
- **Visita Técnica para prospecção de simuladores táticos e técnicos.**

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2022.

Na perspectiva socioeconômica, a aplicação de recursos nas instalações relativas ao Projeto Centro de Instrução de Engenharia proporcionará as melhores condições para a capacitação de recursos humanos na área funcional de engenharia, contribuindo para o aumento do grau de aptidão das OM, que se valerão de pessoal mais qualificado para o cumprimento das missões.

Por outro lado, os recursos aplicados pelo Programa, na continuidade do apoio à implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, permitem que a Força Terrestre eleve a sua presença na área estratégica da Amazônia Legal, aumentando seu poder dissuasório contra ameaças, ao proporcionar meios mais adequados para a sua defesa naquela área estratégica.

3.6.3 RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

3.6.3.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Em atenção às atividades de patrimônio imobiliário e meio ambiente, durante o ano de 2022, a DPIMA apoiou organizações militares com recursos orçamentários na ordem de R$ 11,6 milhões.

O citado montante atendeu aos Comandos Militares de Área (C Mil A), possibilitando o cercamento das áreas das OM, contribuindo para a demarcação e segurança dos bens jurisdicionados ao EB.

Em relação ao desfazimento de ativos, foram autorizados os desfazimentos dos seguintes ativos conforme relacionado abaixo, cuja execução está a cargo das Regiões Militares (RM)/Grupamentos de Engenharia (Gpt E) para medidas administrativas subsequentes, em fase de conclusão:

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA (M^2)	QUANTIDADE DE DESPACHOS DECISÓRIOS	BENEFÍCIOS PARA O EXÉRCITO
Reversão	3 cadastros	26.044,00m2	3	• Possibilitar a destinação de áreas em desuso a outros órgãos públicos da Administração Direta ou Indireta, Estados ou Municípios, a critério da SPU.

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA	QUANTIDADE DE PORTARIAS	OBSERVAÇÃO (TODAS AS REESTRUTURAÇÕES PATRIMONIAIS EXECUTADAS PREZAM PELO EQUILÍBRIO PATRIMONIAL)
Alienação	10 cadastros	363.578,71 m^2	5	• Modalidade: permuta por obras a edificar: - 11 blocos com 24 unidades habitacionais (apto); - 2 blocos com 8 unidades habitacionais (apto) ; - 1 bloco com 72 unidades habitacionais (apto) ; - 15 PNR tipo casa ; e - construção de novas instalações de OM (pavilhões). • Modalidade: permuta por bens móveis: - aquisição de Vtr (Pick Up).

Fonte: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.

3.6.3.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Em 2022, o Sistema de Obras Militares gerenciou obras e serviços de engenharia realizados em organizações militares e em Próprios Nacionais Residenciais (PNR) dos Comandos Militares de Área (C Mil A), que abrangem todo o território nacional.

Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército.

Os recursos empregados foram provenientes dos Programas Estratégicos do Exército e de ações orçamentárias destinadas à modernização e manutenção das benfeitorias da Força Terrestre.

O quadro a seguir mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2022:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	Qnt DE OBRAS REALIZADAS
386.961.320,71	386.961.320,71	100%	1.133 (sendo 194 PNR)

Fonte: Tesouro Gerencial.

MATERIAL DE ENGENHARIA

O montante de recursos aplicados, com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia, em 2022, foi de R$ 5,1 milhões, conforme discriminação abaixo:

RECURSOS APLICADOS EM MATERIAL DE ENGENHARIA EM 2022

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO %
Aprestamento das Forças	996.400,00	996.400,00	100
Modernização das organizações militares de Engenharia do Exército	4.199.647,06	4.199.647,06	100
SOMA	5.196.047,06	5.196.047,06	100

Foram adquiridos mais de 160 itens de material de engenharia, como: betoneiras, moto bombas, roçadeiras agrícolas, escavadeira hidráulica, geradores, GPS, compactadores de solo, motores de popa, podadores, placas de proteção balística, torres de iluminação e trator de esteira, sendo alguns com viés dual, contribuindo para o aquecimento da economia.

Pela variedade e dualidade dos itens adquiridos, associados ao alcance geográfico delimitado, o recompletamento e a renovação de Material de Emprego Militar (MEM) provocam melhorias na capacidade operativa da força militar e potencializam condições mais favoráveis à participação do Exército em ações subsidiárias, especialmente as voltadas para a Defesa Civil.

Operação Arandu 2020 - Foto: Sd EP Almeida

Foto: Acervo do DEC

3.7 GOVERNANÇA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

3.7.1 INTRODUÇÃO

O arcabouço normativo que trata da informação no Exército Brasileiro tem por base a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 856, de 12 de junho de 2019. Ela define a Governança da Informação como mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão da informação para alcançar os objetivos nela definidos, bem como define a Gestão da Informação como o conjunto de ações de planejamento, execução e controle das diretrizes para tratamento da informação, visando alcançar os objetivos estabelecidos.

3.7.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

No âmbito do Exército, a gestão estratégica da informação está vinculada, no Planejamento Estratégico do Exército, ao Objetivo Estratégico do Exército 07 (OEE 07) – Aprimorar a Gestão Estratégica da Informação.

3.7.2.1 INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 07

O indicador de desempenho do OEE 07 é materializado por intermédio do Índice de Aprimoramento da Gestão Estratégica da Informação (IR 07) e obteve resultado de 72,72% em 2022.

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-07	**(Índice de estruturação da gestão estratégica da TIC + Índice de reorganização do SINFOEx + Índice de aperfeiçoamento da infraestrutura do Sistema de Comando e Controle) / 3**	**72,72%**	**Desempenho de 87% anualmente**

3.7.3 GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação do EB é alinhado ao seu modelo de governança corporativa e tem como sua máxima instância o Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx). Para assessorar tecnicamente o CONTIEx, foi constituído o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (COMTEC-TI).

A Portaria nº 1.545-C Ex, de 30 de junho de 2021, aprovou a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000), a qual estabelece objetivos e orientações gerais para o Exército Brasileiro acerca da condução da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicações. A Política de TIC do Exército tem por objetivo orientar o desenvolvimento de ações para: dotar o Exército de soluções de TIC atualizadas e eficazes, com autonomia e redução crescente da dependência externa; assegurar a disponibilidade das soluções tecnológicas; garantir a capacidade de atuação no espaço cibernético com liberdade de ação; e racionalizar meios.

Em sua estrutura organizacional, o DCT dispõe da Chefia de Tecnologia da Informação e Comunicações (Ch TIC), que coordena a atuação de quatro organizações militares subordinadas, a saber:

- Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS);
- Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx);
- Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx); e
- Diretoria do Serviço Geográfico (DSG).

3.7.3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
106.450.694,00	106.450.351,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.4 DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS CORPORATIVOS

O CDS tem a missão de desenvolver, sustentar e integrar aplicações computacionais e estruturas de dados de sistemas de interesse do Exército, durante o ciclo de vida de *software*, além de realizar a gestão logística de seu material estratégico.

3.7.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução das suas atividades em 2022, o CDS aplicou os recursos recebidos conforme detalhado a seguir:

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
6.870.445,00	6.870.379,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

• Aperfeiçoamento da plataforma para o apoio à tomada de decisão nas movimentações de militares entre as diversas guarnições do EB no território nacional;

• Integração dos certificados de aplicações militares com o app gov.br;

• Disponibilização de novos dados no processo de extração e disponibilização de dados externos de interesse corporativo (SIAFI, SIASG, SISGRU, Tesouro Gerencial e Portal da Transparência);

• Migração de dados para a nova plataforma de hardware e software da EBCORP;

• Aperfeiçoamento do Sistema Gerenciador do Campo de Batalha (SGCB), que permite à tropa embarcada em viaturas acompanhar a evolução das operações e a geolocalização das forças amigas;

• Implantação de aplicação para comunicações de dados em longas distâncias por meio da Rede Rádio Fixa do EB, útil em cenários de desastres naturais e calamidades públicas;

• Evolução do Simulador de Apoio de Fogo (SIMAF), com inclusão de novos modelos de obuseiros e morteiros;

• Disponibilização do Portal de Simbologia Militar;

• Disponibilização e evolução continuada do GPrepFTer; e

• Disponibilização e evolução continuada do Portal de Lições Aprendidas.

3.7.5 SISTEMA ESTRATÉGICO DE COMANDO E CONTROLE

O Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx) tem a missão de proporcionar as bases física e lógica para o funcionamento do Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército (SEC^{2}Ex), sua integração ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC^{2}FTer) e ao Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC^2), bem como a missão de explorar, manter e realizar o gerenciamento técnico do Sistema Estratégico de Comunicações do Exército, com o adequado nível de segurança da informação.

Para o cumprimento de sua missão, o CITEx dispõe de 12 organizações militares diretamente subordinadas (OMDS), denominadas Centros de Telemática de Área (CTA) e Centros de Telemática (CT), que se situam nas sedes dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares.

Em 2022, o CITEx desenvolveu diversos projetos e processos:

1) Manutenção, modernização e expansão da Rede de Dados Corporativa do Exército (EBNet), composta por uma rede nacional, redes regionais e redes metropolitanas.

2) Melhoria contínua dos serviços de TIC prestados a todas as organizações militares do Exército, incluindo:

- acesso à internet corporativa;
- telefonia corporativa;
- correio eletrônico;
- acesso à EBNet via *Virtual Private Network* (VPN);
- videoconferência;
- hospedagem de páginas de internet das OM;
- hospedagem de sistemas corporativos e regionais do EB em data centers dos CTA/CT; e
- aperfeiçoamento da infraestrutura de proteção cibernética da EBNet e dos aludidos data centers e a capacitação de pessoal na área de TIC.

3) Outrossim, iniciou-se a implantação, em 2022, das seguintes capacidades de TI e processos gerenciais:

- o serviço de videoconferência em *software* livre, padronizando o serviço disponibilizado pelo Sistema de Telemática do Exército (SisTEx) ao EB;
- o Sistema de Gerenciamento de Capacidades no SisTEx, com foco no monitoramento das capacidades de TIC disponíveis ao EB com a finalidade do aperfeiçoamento contínuo;
- o sistema para monitoramento em tempo real da disponibilidade da EBNet, permitindo a mensuração da qualidade dos serviços prestados e subsidiando os processos de melhoria contínua; e
- o sistema de monitoramento dos ativos de telefonia na tecnologia Voz sobre IP (VoIP), que permitirá uma abordagem mais eficiente na solução de problemas relacionados à telefonia corporativa, além de fornecer subsídios para o planejamento da evolução do serviço de telefonia.

3.7.5.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
60.865.042,00	60.864.842,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Dentre todos os projetos e programas nos quais o CITEx está inserido, destaca-se o Programa Amazônia Conectada (PAC), que é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Defesa, das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região da Amazônia Ocidental, visando contribuir para a implementação de políticas públicas pelos Governos Federal e do estado do Amazonas, sobretudo nas áreas de educação, saúde, defesa, segurança pública e turismo.

No contexto do PAC, coube ao Exército implantar a infraestrutura óptica subfluvial nos leitos de rios da região amazônica, com a execução de três fases desse projeto até o momento. Em 2022, foram recuperados cerca de 160 km de cabo óptico subfluvial, no trecho compreendido entre os municípios de Manacapuru (AM) e Anori (AM). Como resultado, a rede do PAC totaliza atualmente cerca de 1.800 km de cabos ópticos subfluviais já lançados e em plena operação nos Rios Negro (Manaus até São Gabriel da Cachoeira) e Solimões (Manaus até Tefé).

3.7.6 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA (Prg EE LUCERNA)

O Prg EE LUCERNA tem o objetivo de transformar o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx), incrementando sua capacidade de obtenção e análise de dados, adaptando e/ou criando organizações militares (OM) vocacionadas para a Inteligência de Combate.

Para tanto, o programa enquadra três projetos:

Projeto ARES: transformação das atuais estruturas de Inteligência Militar, distribuídas nos diversos escalões da Força Terrestre (F Ter).

Projeto ATENA: atualização e modernização do ensino da Inteligência Militar no âmbito do Exército Brasileiro.

Projeto HERMES: modernização da estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do SIEx.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
14.106.344,90	14.106.344,90	100 %

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022
PROJETO ARES • Adaptação e construção de instalações de OM de Inteligência.
PROJETO ATENA • Ampliação da capacidade de especialização de recursos humanos.
PROJETO HERMES • Modernização dos meios de TIC do SIEx.

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

3.7.7 SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DA FORÇA TERRESTRE

O Sistema de Comando e Controle da F Ter é o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações das suas 12 organizações.

O Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) tem por missão gerar e gerir as capacidades operativas de comunicações, de guerra eletrônica e de guerra cibernética em proveito da F Ter, cooperando, ainda, na capacitação de recursos humanos, na formulação doutrinária e em operações, além de realizar a gestão do material de comunicações (conjunto de sistemas e equipamentos de emprego militar que possibilitam a transmissão de dados e informações, conferindo a capacidade de coordenação e de operação aos Comandos Militares).

Esse sistema enquadra OMDS que são responsáveis pelos procedimentos de logística do material de comunicações (Base Adm CComGEx), pelo ensino de Comunicações e de Guerra Eletrônica (Escola de Comunicações e Centro de Instrução de Guerra Eletrônica) e pelo emprego operacional (1º Batalhão de Guerra Eletrônica e Companhia de Comando e Controle).

O Projeto Força Cibernética, vinculado ao Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (Prg EE Def Ciber), possibilita incrementar o poder de combate e aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre por meio do incremento da capacidade de proteção cibernética e de ações cibernéticas em prol de um objetivo militar tático.

Foto: Acervo do DGP

Em 2022, o CComGEx recebeu diversas etapas do Projeto Força Cibernética do Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética, entre as quais destacaram-se as referentes aos Módulos de Proteção Cibernética (MPC) e Módulos de Ações Cibernéticas (MAC).

O Projeto contribuiu, também, com a capacitação nas escolas de formação ao empregar recursos para implantação dos laboratórios de cibernética na Academia Militar das Agulhas Negras e na Escola de Sargentos das Armas, potencializando o ensino no que se refere às atividades e tarefas da capacidade militar terrestre guerra cibernética.

Laboratório de Cibernética na AMAN
Foto: Cap Marinho

Laboratório de Cibernética na ESA
Foto: Cap Fábio Rodrigues

O CComGEx recebeu diversas etapas do Projeto-Piloto Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD) do Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Prg EE SISFRON). Entre as principais entregas, destacaram-se as etapas referentes à Infraestrutura de Comunicações, ao Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento Fixo (SVMR-F) e aos Sensores Eletromagnéticos.

Os meios do SISFRON possibilitam mais um aprimoramento no sistema de apoio à decisão aos comandos dos diversos níveis, fortalecendo a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área.

Em julho de 2022, foram recebidas etapas de infraestrutura de comunicações no Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Fortuna (MT), que é subordinado ao C Fron JAURU/66º BI Mtz, localizado em Cáceres (MT). As obras de infraestrutura visam à instalação de antenas sensoriais que irão propiciar melhores ferramentas para os decisores em todos os níveis, em operações na faixa de fronteira terrestre do Brasil, em conformidade com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END).

Fonte: Projeto-Piloto Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD) do Prg EE SISFRON — Foto: Isaack Correa Machado/CTCEA

Em setembro de 2022, foram recebidas duas estações móveis (viaturas) equipadas com sensores eletromagnéticos para garantir a mobilidade e a flexibilidade no cumprimento das missões do Comando Militar do Oeste na região de fronteira. As estações móveis foram integradas pela Embraer, empresa responsável pelos testes de aceitação que ocorreram na guarnição de Campo Grande (MS).

Em outubro de 2022, o SISFRON recebeu o último radar fixo previsto na fase-piloto do Projeto para compor o SVMR-F. O Radar de Vigilância Terrestre Sentir M20 foi entregue ao Pelotão Especial de Fronteira de Iguatemi (MS), subordinado ao 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Amambai (MS).

Fonte: Projeto-Piloto Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD) do Prg EE SISFRON
Foto: Ricardo Nóbrega Guimarães

Fonte: Projeto-Piloto Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD) do Prg EE SISFRON
Foto: Walter Mauricio Perrella/CTCEA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2022, foram disponibilizados os recursos constantes no quadro a seguir:

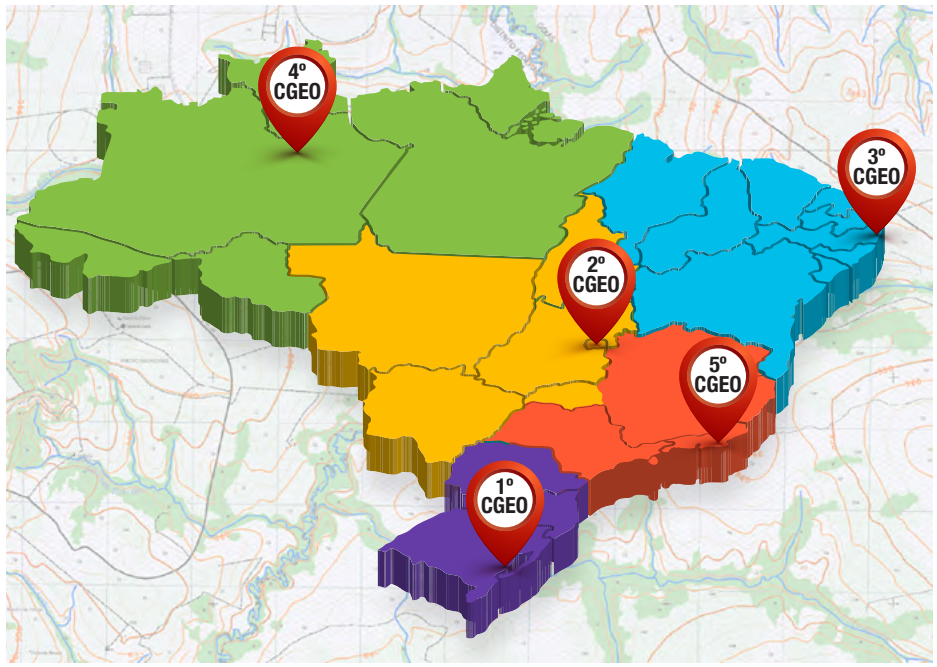
RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
28.703.379,00	28.703.324,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.7.8 GEOINFORMAÇÃO

A geoinformação de interesse do EB é produzida pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), a quem compete administrar, obter e prover as atividades a ela relacionadas, bem como a elaboração de normas técnicas, a capacitação de recursos humanos e a gestão de materiais técnicos nas áreas de sua competência.

Para cumprir sua missão, a DSG dispõe de cinco OMDS, ou Centros de Geoinformação (CGEO), distribuídas no território nacional da seguinte forma:



A DSG executou levantamentos topográficos e elaborou peças técnicas em áreas patrimoniais do EB nas cidades de Recife (PE), Macapá (PA), Montes Claros (MG), Rio de Janeiro (RJ), Paracambi (RJ), Praia Grande (SP) e Humaitá (AM).

Além disso, destaca-se a elaboração de mapas temáticos para o Centro de Instrução e Operações na Caatinga (CIOpC), levantamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE) e vila naval, apoio à FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz e à Operação Guararapes, mapa histórico para o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, mapa histórico para o Museu Militar do Forte do Brum, mapa histórico em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil, Mapa das OM do Rio Grande do Sul, Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul, apoio aos jogos de Guerra da Bda Inf Pqdt, mapas temáticos para a Polícia Militar do Amazonas, elaboração de um mapa orográfico para o CMA, apoio à Operação Amazônia e apoio ao 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas (MB).

Foto: Acervo do DCT

Foto: Acervo do DCT

No contexto do provimento de geoinformação, ressalta-se o papel do Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx). Atualmente, estão disponibilizados no BDGEx mais de 27.000 produtos de geoinformação, que buscam atender às necessidades de seus mais de 45.000 usuários, o que comprova o valor desse importante sistema corporativo para o EB.

Ademais, o BDGEx tem fornecido dados aos diversos Sistemas Operativos da Força Terrestre, como o Pacificador, C2 em Combate, Gênesis, Simulador de Apoio de Fogo (SIMAF), Simulador Integrado do Sistema Astros (SIS-ASTROS) e Bombarda (Simulação de Artilharia de Campanha).

No intuito de contribuir para o planejamento e condução de operações militares, a DSG também tem disponibilizado dados meteorológicos no BDGEx. Por meio do uso de serviços web, estão sendo fornecidos dados de crepúsculo (náutico e civil), fases da lua, condições atmosféricas e previsão do tempo para todo o território nacional, o que permite o acesso aos elementos meteorológicos mais relevantes para as operações terrestres.

As principais entregas da DSG, em 2022, foram as seguintes:

PRODUTOS	Qnt
Cartas topográficas	14
Modelo digital de superfície	02
Carta ortoimagem	50

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2022, foram disponibilizados os recursos constantes no quadro a seguir:

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
5.004.642	5.004.620	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.8 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.8.1 INTRODUÇÃO

A contínua evolução do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército Brasileiro tem gerado um ambiente favorável à inovação, criando um ambiente propício para a integração e a cooperação entre academia, governo e empresas e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa do Brasil. Nesse contexto, o Departamento de Ciência e Tecnologia apresenta soluções científico-tecnológicas em favor das diversas capacidades da Força Terrestre, alinhando-se, dessa forma, às políticas, aos planejamentos e às diretrizes estratégicas do Exército Brasileiro.

3.8.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

As prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 09 (OEE 09) – aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, que visa implantar uma cultura de inovação, pesquisa, desenvolvimento, produção, modernização, revitalização, nacionalização e avaliação de produtos de Defesa.

Referente à Cadeia de Valor Agregado (CVA) do EB, o aperfeiçoamento do Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx) encontra-se vinculado ao Macroprocesso da Gestão Interna CVA 3.13 (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O indicador de desempenho do OEE 09 – índice de aperfeiçoamento do SCTIEx – teve um resultado de 83,04% no ano de 2022.

INDICADOR DE RESULTADO ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 09

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-09	**[(Índice de contribuição do SCTIEx para o desenvolvimento/reorganização da BID x 6) + (Índice de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de PRODE x 38) + (Índice de modernização laboratorial do SCTIEx x 16) + (Índice de capacitação do corpo técnico x 14) + (Índice de reestruturação do SCTIEx x 8) + (Índice de atualização da normatização do SCTIEx x 18)] / 100**	**83,04%**	**Desempenho de 80% anualmente**

Fonte: Estado-Maior do Exército.

3.8.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

Para executar as atividades relacionadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), são utilizados recursos das Ações Orçamentárias (AO) 20XJ – Desenvolvimento Tecnológico do Exército e 2A82 – Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia, apresentada nos itens subsequentes:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
24.225.721	24.225.671	100%
12.755.532	12.755.468	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.8.3.1 GESTÃO DA INOVAÇÃO

A Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC), órgão de apoio em ciência, tecnologia e inovação diretamente subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), tem por finalidade realizar a gestão da inovação tecnológica, criando um ambiente favorável ao incremento das capacidades científico-tecnológicas e ao desenvolvimento de novos Produtos de Defesa (PRODE) e Sistemas de Defesa para a Força Terrestre.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
419.753	419.752	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

Foto: Banco de imangens Adobe Stock

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI):

- 5 pareceres de conveniência de proteção de tecnologia elaborados.
- 3 pedidos de patentes depositados.
- 1 registro de desenho industrial depositado.
- 5 programas de computador registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- 2 marcas registradas no INPI.
- 17 pareceres de assessoramento em PI.

PROMOÇÃO DA CULTURA DE INOVAÇÃO:

- Lançamento do e-book com os trabalhos participantes dos PremIA 2021.
- Cerimônia de premiação do PremIA 2021.
- Lançamento do PremIA 2022.
- Estágio Básico de Gestão da Inovação (EBGI), no Portal de Educação do Exército, na modalidade online.

GESTÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO:

- Assessorias no desenvolvimento de projetos de gestão do conhecimento científico-tecnológico.

PROSPECÇÃO E INTELIGÊNCIA TECNOLÓGICA:

- Elaboração do Sumário de Informações e Previsões Tecnológicas.
- Elaboração do Sumário de Informações Doutrinárias de Ciência e Tecnologia.
- Elaboração de 11 Mapas de Tecnologias em apoio aos Programas e Projetos Estratégicos do Exército.
- Confecção de 4 relatórios de prospecção tecnológicas.
- Elaboração de 6 relatórios de informações tecnológicas.

Fonte: Projeto RDS-Defesa

3.8.3.2 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

Por meio do SCTIEx, com destaque para o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), o EB desenvolve pesquisa científica e experimental, promove o assessoramento científico e tecnológico e aplica o conhecimento, visando à obtenção de Produtos de Defesa (PRODE) de interesse do Exército e do Ministério da Defesa.

A atividade finalística do CTEx utiliza os recursos oriundos da Ação Orçamentária 20XJ, daqueles provisionados pelos Programas Estratégicos do Exército e do Ministério da Defesa, além dos recursos provenientes de financiamentos de órgãos de fomento à pesquisa, a FINEP.

Entre as principais atividades desenvolvidas e resultados alcançados pelo CTEx podem ser mencionados:

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- Entrega dos primeiros protótipos do Ciclo Veicular do Projeto Rádio Definido por Software DEFESA e início dos trabalhos técnicos de desenvolvimento de versão do Ciclo Handheld.
- Continuidade de P&D dos Radares de Defesa Antiaérea SABER M200, versões MULTIMISSÃO e VIGILANTE, e realização dos testes de aceitação em fábrica. Trata-se de um radar totalmente concebido e desenvolvimento no Brasil, em parceria com a Base Industrial de Defesa (BID), para atender às necessidades do Projeto Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (Prg EE DAAe).
- Apoio técnico à avaliação do Radar SENTIR M20, que foi concebido pelo Centro Tecnológico do Exército (CTEx) em parceria com a Base Industrial de Defesa (BID).
- Início da P&D de demonstrador de tecnologia de Radar de Contrabateria Multifunção, com celebração de convênio com a FINEP.
- Continuidade da P&D do Míssil Superfície-Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC).
- Conclusão dos testes de engenharia e início da avaliação do Reparo de Metralhadora Automatizado X versão 4 (REMAX 4).
- Conclusão da fabricação dos seis protótipos do Monóculo OLHAR e realização com sucesso da avaliação técnica.
- Encomenda tecnológica de desenvolvimento incremental para adequação do lote-piloto de dez unidades da Viatura Leve de Emprego Geral e Aerotransportável (VLEGA) Chivunk.
- Realização das provas de conceito relativas ao Projeto Visão Noturna Digital (VNDigital).
- Início do projeto de demonstrador de tecnologia da primeira fase do Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados (SVTRP).
- Elaboração/revisão de 20 Normas Técnicas do Exército Brasileiro (NEB/T) e 1 (um) Regulamento Técnico (REG/T).
- Realização pelo Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (IDQBRN) do Estágio Básico de Resposta a Emergências QBRN, em proveito do IME, da Diretoria de Fabricação (DF), do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR), do 1º Btl DQBRN e da Escola de Instrução Especializada (EsIE), e realização do Estágio Avançado de Proteção Radiológica para Oficiais do Serviço de Saúde do EB.
- Participação em intercâmbio científico internacional na área DQBRN (Defesa Química com o Combat Capabilities Development Command -CCDC, do Exército dos EUA), e Reunião de Peritos na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas (CPAB).
- Participação no Adestramento Conjunto Específico em DQBRN, do Sistema DQBRN do Exército.
- Produção de 24 relatórios de avaliações técnicas de Empresas de Defesa (ED) e de Empresas Estratégicas de Defesa (EED); 74 pareceres de avaliações e categorização de Produtos de Defesa; e 23 consultorias técnicas relacionadas à gestão da propriedade intelectual e licenciamentos de tecnologias do CTEx.
- Apreciação técnica de equipamentos e materiais DQBRN em apoio a outras instituições (IME, 1º Batalhão de Defesa QBRN, Centro de Estudos de Pessoal, Fábrica da IMBEL, em Juiz de Fora/MG, Policlínica Militar do Rio de Janeiro e Academia Militar das Agulhas Negras).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: Tesouro Gerencial.

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
13.408.985	13.408.966	100%

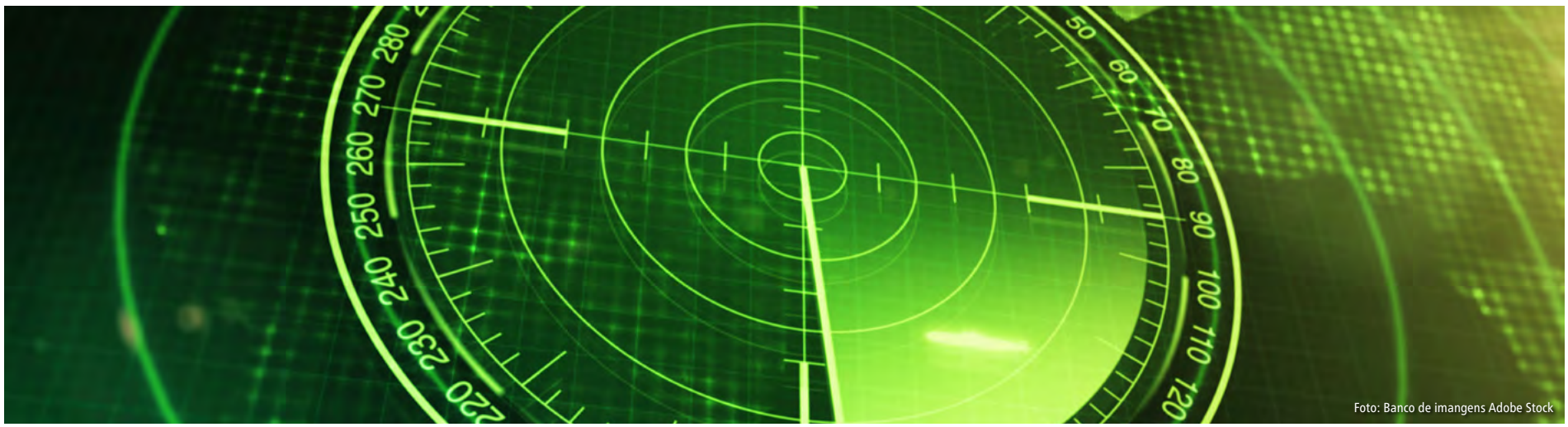


Foto: Banco de imangens Adobe Stock

3.8.3.3 TESTE E AVALIAÇÃO DE SMEM E PCE

O Centro de Avaliação do Exército (CAEx) tem como missão a atividade de Teste & Avaliação (T&A) de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), objetivando fornecer informações essenciais à tomada de decisão do Comando do Exército, garantir a segurança da sociedade e contribuir com a Defesa Nacional.

Em 2022, o CAEx aplicou os recursos recebidos das suas Ações Orçamentárias, conforme Tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
5.603.495	5.603.495	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- 02 avaliações de SMEM executadas.
- 45 avaliações de PCE executadas.
- 05 colaborações técnicas executadas, prestadas a outros órgãos e às empresas da BID.
- Modernização das instalações laboratoriais nas áreas de veículos militares, de balística, de ensaios e análise de materiais.
- Capacitação dos recursos humanos em T&A.

3.8.3.4 FABRICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As atividades de fabricação e desenvolvimento e o relacionamento do SCTIEx com a Base Industrial de Defesa (BID) são conduzidas pela Diretoria de Fabricação (DF) em conjunto com os seus três Arsenais de Guerra subordinados, situados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) (AGR), São Paulo (SP) (AGSP) e General Câmara (RS) (AGGC), que constituem o Sistema de Fabricação do Exército (SisFab).

Em 2022, a DF aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ e os dos provisionados pelos Programas Estratégicos do Exército:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
2.622.143	2.622.114	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

- 17 Viaturas Blindadas Multitarefa Leve Sobre Rodas 4x4 (VBMT-LSR 4x4) obtidas.
- Apoio técnico na obtenção de dois protótipos da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal - Média Sobre Rodas (VBTP MSR) Guarani com três tipos de implementos de engenharia.
- Manutenção de dois sistemas de armas UT30BR, em parceria com a empresa ARES.
- Estágios de manutenção de Obuseiros 105 mm M101, Obuseiros 155 mm M114 AR, Morteiros 81 mm e Morteiros 120 mm.
- Estágio de manutenção e operação da Sistema de Armas UT30 BR.
- Manutenção de oito Obuseiros (105 mm M101 e 155 mm M114 AR).
- Fabricação de 33 Mrt Me Acg 81 mm e revitalização de 39 Mrt P 120 M2A1 R.
- Fabricação de uma Passadeira Flutuante de Alumínio e de 350 redes de camuflagem.
- Manutenção de 819 Fz FAL 7,62 mm, 32 EVN e 54 Rádios PRC 910.
- Relatório de Desempenho Técnico dos Obuseiros 105 mm M101 AR e 155 mm M114 AR, dos Sistemas de Defesa Antiaérea OERLIKON-CONTRAVES 35 mm e FILA-BOFORS 40 mm e da VBC OAP M109.
- Relatório Técnico sobre as condições necessárias para a revalidação de máscaras QBRN e redes de camuflagens multiespectrais.

Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas 4x4 (VBMT-LSR 4x4)
Foto: 1º Sgt SIONIR/CCOMSEX

3.8.3.5 ENSINO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O aperfeiçoamento da formação do oficial engenheiro militar se deu por meio da implantação de um conjunto de boas práticas no ensino de Engenharia. Elas permitiram a ocorrência de iniciativas no ensino e tiveram resultados de relevância nacional e internacional, tais como:

- a conquista, por parte da "RoboIME", equipe formada por alunos do IME, em 2022, do vice-campeonato mundial na categoria *Small Size League* (SSL) de futebol de robôs da Robocup, a maior competição de robótica do mundo. O jogo de futebol é usado de forma lúdica na competição, como motivação para que equipes multidisciplinares desenvolvam eletrônica embarcada, mecânica de precisão e inteligência artificial, que podem ser utilizados no desenvolvimento de projetos militares, tais como mísseis, veículos aéreos não tripulados (VANT) e veículos militares autônomos;

- os prêmios de segundo e terceiro lugares conquistados pelos alunos do IME na 29*th International Mathematics Competition* (IMC) for University Students, competição que contou com participantes de universidades de diversos países, como Alemanha, Espanha, França, Israel, Inglaterra, México e Singapura. A participação na IMC tem sido um estímulo aos alunos do IME para o aprofundamento da matemática e o desenvolvimento de atributos como liderança, iniciativa e criatividade.

- o resultado do processo de avaliação de programas de pós-graduação divulgado, em 2022, pela CAPES, em que o IME recebeu a nota máxima (nota 7) no seu programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais. Esse resultado é o coroamento de décadas de trabalho, iniciada na criação do curso em 1969, emergido do curso de graduação em Engenharia Metalúrgica do Instituto, fundado em 1938.

Laboratório de mecatrônica do IME
Foto: Cap Edvaldo/CCOMSEX

O IME proporcionou, em 2022, a formação acadêmica nos níveis de graduação e de pós-graduação, conforme tabela a seguir:

FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO IME EM 2022

Matriculados	84 (sendo 64 do CFG-Ativa, 8 do CG e 12 do CFrm)
Formados	83 (sendo 64 do CFG-Ativa, 8 do CG e 11 do C Frm)
% de aproveitamento	98,8% (sendo 100 % do CFG-Ativa, 100 % do CG e 91,7% do CFrm)
Custo básico por aluno (R$)	CFG-Ativa: R$ 38.443,06 CG: R$ 46.562, 31 CFrm: R$ 16.049,36

Fontes: Seção Técnica de Ensino e Divisão Administrativa.

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA DO IME EM 2022

	Lato Sensu	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado
Quantidade de concluintes	41	109	21	4
Quantidade em andamento	72	306	169	9

Fonte: Subdivisão de Cursos de Pós-Graduação do IME.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
12.755.532	12.755.468	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

3.8.3.6 OBTENÇÕES QUE ENVOLVAM P,D&I

Para as atividades de modelagem das obtenções e contração pública de sistemas e material de emprego militar de elevada complexidade tecnológica a cargo do DCT e que envolvam PD&I, o EB conta com a Diretoria de Sistemas e Material de Emprego Militar (DSMEM).

Em 2022, a DSMEM, ainda em fase de consolidação de implantação, aplicou os recursos recebidos da Ação Orçamentária 20XJ na adequação e melhoria das instalações, na aquisição de equipamentos e na constante capacitação do pessoal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DSMEM

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
382.840	382.840	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022
• Gestão do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 20-EME-003-00/SIS-ASTROS/ GMF, que trata da segunda fase do Simulador Virtual Tático (SVTat), do Prg EE ASTROS 2020. • Elaboração das Propostas Modelo de Obtenção (PMO): * Modernização da Viatura Blindada de Combate Carro de Combate (VBC CC) Leopard 1 A5 BR, do Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas. * Subsistema de Apoio à Decisão 3 (SAD 3) do Programa Estratégico do Exército SISFRON. * Radar de Contrabateria do Programa Estratégico do Exército Guarani Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha (SAC). * Embarcações Blindadas do Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOp). * Sistema de Armamento Axial e de Imageamento para Helicópteros (SiAAIH) do Programa Estratégico Aviação do Exército. * Implantação do Sistema de Apoio à Decisão 1 (SAD 1) na 4ª Bda C Mec. * Implantação do Sistema de Apoio à Decisão 2 (SAD 2) 2 na 18ª Bda Inf Pan e 13ª Bda Inf Mtz. * Implantação do Sistema de Apoio à Decisão 3A (SAD 3A) nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) da 2ª Bda Inf Sl e nos PEF do Comando de Fronteiras Solimões/8º BIS da 16ª Bda Inf Sl. * Aquisição de meios de comando e controle integrantes dos diferentes Sistemas de Apoio à Decisão do Prg EE SISFRON.

3.9 GESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

3.9.1 INTRODUÇÃO

A qualificação dos recursos humanos, a pesquisa científica, a preservação e a divulgação do patrimônio cultural, material e imaterial, bem como o desenvolvimento da prática da atividade física e do desporto no Exército Brasileiro, são tarefas inerentes ao Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx), tendo o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx) como órgão responsável por organizar, dirigir e controlar o referido Sistema.

O exercício de 2022, para o SECEx, caracterizou-se pela retomada plena das atividades presenciais, em face à considerável diminuição dos impactos da pandemia da covid-19 na sociedade, permitindo a continuidade da necessária qualificação do líder militar, da preservação da história e das tradições militares, do ensino fundamental e médio de qualidade e da higidez física dos militares da Força Terrestre, todos resultantes dos macroprocessos finalísticos do DECEx.

3.9.2 RESULTADOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

No contexto do planejamento estratégico do Processo de Transformação do Exército, o Departamento de Educação e Cultura do Exército busca uma constante atualização e coerente evolução do SECEx, traduzida na execução dos objetivos estratégicos do Exército 11 e 12, do Plano Estratégico do Exército.

O OEE 11 – fortalecer os valores, os deveres e a ética militar – tem por meta aumentar, a cada ano, em 5% o desempenho na preservação da memória e o culto às tradições militares, enaltecendo a grandeza dos heróis antepassados, bem como internalizando e desenvolvendo a cultura institucional e os valores morais e éticos dos integrantes do Exército Brasileiro.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 11

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-11	**(Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural no ano A / Desempenho na Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural no ano A-1) x 100**	**10,56%**	**5% de incremento anualmente**

Fonte: Estado-Maior do Exército.

O OEE 12 – aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura do Exército – busca manter o SECEx atualizado, com modernas técnicas de ensino e uma infraestrutura adequada, permitindo a qualificação dos militares para a superação dos desafios da era do conhecimento, assim como o desenvolvimento das diversas competências necessárias ao desempenho profissional da cultura de inovação, do pensamento crítico, da liderança e da internalização de valores. O resultado do OEE é demonstrado pela repercussão dos resultados da educação na Força Terrestre, com meta de 100% de desempenho na satisfação e avaliação das atividades previstas.

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 12

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-12	**[(Índice de Satisfação dos Ex-discentes x 20) + (Índice de Satisfação dos Chefes Imediatos dos Ex-discentes x 35) + (Índice de Avaliação do SIACADESM x 45)] /100**	**100%**	**Desempenho de 100% anualmente***

Fonte: Estado-Maior do Exército.

*100% de desempenho anual em relação ao atingimento das metas estabelecidas para os indicadores de composição.

3.9.3 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

3.9.3.1 FORMAÇÃO DO MILITAR

A formação militar de oficiais e sargentos do Exército, alicerçada na liderança e pautada nos valores, nos deveres e na ética militares, assegura a qualificação inicial e básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade nos respectivos segmentos da carreira militar. Para tal, o ensino no Exército possui características próprias e é autônomo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei de Ensino do Exército, estando integrado à educação nacional com certificações, diplomações e titulações próprias e equivalentes aos níveis de ensino do sistema nacional.

FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS

Estabelecimento de Ensino	EsPCEx	AMAN	ESFCEx	IME
Matriculados	439	411	120	84
Formados	414	397	111	83
% de aproveitamento	94,30	96,59	92,50	98,81
Custo básico por aluno (R$)	51.098,20	75.000,40	68.352,89	33.684,91

Fontes: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022; e Departamento de Ciência e Tecnologia, 2022.

Compromisso dos cadetes do 1º ano na Cerimônia de Entrega do Espadim na AMAN – Resende (RJ)
Foto: Com Soc da AMAN

Em 2022, em continuidade ao processo de racionalização do Sistema de Educação e Cultura do Exército, a Escola de Saúde do Exército foi integrada à Escola de Formação Complementar do Exército, constituindo-se a Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, com a missão de formar o oficial de carreira nas diversas áreas de interesse do Exército Brasileiro, dentro do Serviço de Saúde, Quadro Complementar de Oficiais e Serviço de Assistência Religiosa, selecionados por meio de concurso nacional de nível superior. O Instituto Militar de Engenharia permanece sendo o estabelecimento de ensino de nível superior responsável pelos cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária, para militares e civis, no campo científico-tecnológico.

A Academia Militar das Agulhas Negras é o principal estabelecimento de ensino de nível superior do Exército Brasileiro, responsável pela formação dos oficiais de carreira da linha de ensino militar bélico e pela graduação de bacharel em Ciências Militares; a Escola de Sargentos das Armas, a Escola de Sargentos de Logística e o Centro de Instrução de Aviação do Exército são os estabelecimentos de ensino de nível superior tecnólogo responsáveis pela formação e graduação dos sargentos de carreira. Ressalta-se que o primeiro ano da formação do oficial de carreira da linha de ensino militar bélico ocorre na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e o primeiro ano da formação dos sargentos de carreira acontece nas seguintes Unidades Escolares Tecnológicas do Exército (UETE): 1º GAAAe, 4º BE Cmb, 4º GAC, 6º RCB, 10º BI, 12º GAC, 13° R C Mec, 14º GAC, 16º B I Mtz, 20º RCB, 23º BC, 23º BI e 41º BIMtz.

FORMAÇÃO DE SARGENTOS

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	UETE	ESA	ESSLOG	CIAVEX
Matriculados	1023	564	403	33
Formados	884	538	392	33
% de aproveitamento	86,4	95,4	97,3	100
Custo básico por aluno (R$)	19.862,62	47.798,13	26.647,42	45.683,06

Formatura de conclusão do Curso de Formação e Graduação de Sargentos da EsSLog - Rio de Janeiro (RJ)
Foto: Com Soc da EsSLog

3.9.3.2 CAPACITAÇÃO DO MILITAR

A capacitação continuada, por meio do aperfeiçoamento, dos altos estudos, da especialização e da pesquisa científica, é imperativa ao profissional militar como condição para serem desenvolvidas, por toda a carreira, as competências necessárias à ocupação de cargos e ao desempenho de funções. Contribui, também, para habilitar o militar a fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam ao Exército Brasileiro no mundo contemporâneo e, em especial, ao desenvolvimento permanente da liderança, dos valores, da ética e dos deveres militares.

APERFEIÇOAMENTO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	% DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
EASA	822	796	96,84	2.436,02
ESIE	465	451	96,98	1.358,63
EsAO	1083	1052	97,13	64.319,91

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022.

ALTOS ESTUDOS, POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	% DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
ECEME	394	393	99,74	53.593,74

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022.

ESPECIALIZAÇÃO

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	MATRICULADOS	FORMADOS	% DE APROVEITAMENTO	MÉDIA CUSTO BÁSICO POR ALUNO (R$)
ESFCEx	112	106	94,64	22.098,83
EsSLog	135	132	97,78	26.647,42
EASA	183	183	100	2.436,02
EsACosAAe	71	71	100	166.224,12
EsIE	372	358	96,23	1.345,16
CEP/FDC	63	61	96,83	14.187,32
CIdEx	110	110	100	18.488,76
EsEFEx	71	71	100	25.061,92
EsEqEx	24	23	95,83	45.896,92
27 OM Vinculadas	1629	1356	83,24	23.998,72

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022.

As organizações militares vinculadas ao Sistema de Educação e Cultura do Exército são as seguintes: 1º B Op Psc, 1º BPE, 2º BPE, 2º CGEO, 3º BPE, 4º BPE, 9º B Mnt, 11º BIMth, BPEB, CA-Leste, CA-Sul, CECMA, CIAMF, CIAvEx, CIBld, CIEng/2º B Fv, CIGE, CIGS, CIOpEsp, CIOPan/17º B Fron, CIOpC/72º BIMtz, CIOU/28º BIL, CIPqdt/GPB, ENaDCiber, EsCom, EsIMEx e IEFEx.

3.9.3.3 PESQUISA CIENTÍFICA ACADÊMICA

Os cursos e programas de pós-graduação, lato e stricto sensu, das instituições de educação superior, de extensão e de pesquisa (IESEP) do Exército Brasileiro contribuem com a capacitação dos militares da Força, atendendo às necessidades institucionais, bem como com o desenvolvimento das Ciências Militares, os estudos em Defesa Nacional para a sociedade e o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Destacam-se nesse contexto o Instituto Meira Mattos, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, tendo o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares nota 5 na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação; e o Instituto Militar de Engenharia, que dos seus oito programas de pós-graduação, o de Ciência dos Materiais obteve avaliação 7 da CAPES, nota máxima para um programa de doutorado no País.

Também há os cursos de pós-graduação realizados de acordo com o Plano de Cursos e Estágios em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais (PCE-EECN), que capacitam oficiais de carreira do serviço ativo para um melhor desempenho das funções previstas nos Quadros de Cargos Previstos e elevam a titularidade dos docentes, atendendo à legislação do Sistema de Educação Superior Militar e do Ensino Superior Federal.

A pesquisa científica acadêmica no Exército é regulada e avaliada por um sistema próprio com padrão de qualidade compatível e similar ao da CAPES.

PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA

	LATO SENSU	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
IMM	-	36	51	5
IME	41	109	21	4
PCE-EECN	1	19	4	-

Fontes: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022; e Departamento de Ciência e Tecnologia, 2022.

Ademais, há o Programa Pró-Pesquisa, com 12 projetos de pesquisa aprovados em 2022, em apoio às IESEP, que fomenta e fortalece o ciclo da produção científica acadêmica nas áreas de interesse da Força Terrestre, quais sejam: estudos doutrinários, liderança militar, capacitação física, simulação, emprego de novas tecnologias no ensino, desafios geopolíticos para dissuasão extrarregional e regionalização de rações operacionais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA

Fonte: Tesouro Gerencial.

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
74.216.046,82	74.214.519,96	99,99%

3.9.4 SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

O Exército Brasileiro possui 14 colégios militares, tendo por fundamentação que norteia a proposta pedagógica os princípios gerais e os preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (R-69), acessível em http://www.depa.eb.mil.br/legislacao.

Os colégios militares são organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender às vertentes da educação preparatória e assistencial. Em 2021, o Sistema matriculou 1.634 alunos e, em 2022, matriculou 1.641 alunos no 6º ano do ensino fundamental. O número de formados em 2021, concludentes do 3º ano do ensino médio, foi de 2.132 alunos e, em 2022, foram formados 1.765 alunos.

Colégio Militar do Rio de Janeiro - Autor: Ana Carolina de Oliveira.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ENSINO ASSISTENCIAL

Fonte: Tesouro Gerencial.

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
Prestação de ensino assistencial nos Colégios Militares	16.907.220,00	16.890.492,33	99,99%	14.822

3.9.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Sistema Cultural do Exército (SCEx), depositário do rico, amplo e valioso patrimônio histórico e cultural da Instituição, material e imaterial, traduzido em costumes e tradições, em crenças e valores, em ações históricas e quotidianas. Os recursos orçamentários foram aplicados em serviços de manutenção e conservação do patrimônio histórico e cultural do Exército (bens materiais e imateriais), na aquisição de bens e serviços visando à manutenção e conservação de bens culturais, na implantação de Centros de Cultura Militar de Área e Regionais Militares, modernização dos Espaços Culturais e na elaboração e execução de projetos de conservação e disponibilização de acervos e bens culturais.

Ressaltam-se as iniciativas para o restauro e a revitalização do Real Forte Príncipe da Beira, na cidade de Costa Marques, no estado de Rondônia, com tratativas para a assinatura do Protocolo de Intenções com a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes, bem como o restauro do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, tendo sido contratada, em primeira etapa, uma empresa para a elaboração do projeto executivo das obras necessárias.

Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM) – Rio de Janeiro (RJ)
Foto: Com Soc do MNMSGM

Fonte: Tesouro Gerencial.

	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO	ESPAÇOS CULTURAIS BENEFICIADOS	PROJETOS CULTURAIS REALIZADOS
Preservação do patrimônio cultural	3.308.447,00	3.308.357,42	99,99%	50	16

3.9.5.1 BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O evento histórico da Independência do Brasil completou 200 anos, tendo o Exército Brasileiro participado ativamente, ao longo desse período, na contribuição da conservação da soberania e da liberdade do cidadão brasileiro. Enaltecendo o fato histórico e o esforço da Força para a brasilidade, o patriotismo e o civismo nacional, foram realizadas 253 atividades comemorativas ao Bicentenário da Independência do Brasil em todas as guarnições militares do Exército em território brasileiro e em diversas missões militares no exterior, voltadas principalmente para o público civil.

Entre as atividades realizadas, destacam-se a construção da Alameda dos Próceres da Independência, em Brasília; o Seminário Internacional sobre o Bicentenário da Independência do Brasil, em Lisboa, Portugal; palestras em escolas particulares e públicas do ensino fundamental e médio; apresentações de bandas sinfônicas militares; salto de paraquedistas e salva de tiros de artilharia em Copacabana; Olimpíadas do Exército em Campinas; e competições hípicas, jogos desportivos e corridas de rua, em diversas cidades do País.

Foto: Sd Douglas Batista de Oliveira/ 1º RCG

3.9.6 GESTÃO DO DESPORTO DO EXÉRCITO

A gestão do desporto do Exército é imprescindível para a manutenção da higidez da tropa e para o fortalecimento do espírito de corpo em todos os escalões da Força Terrestre. Ela se desenvolve por meio de ações integradas de qualificação de recursos humanos, de desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação e de normatização e difusão de conhecimentos relacionados às suas áreas de atuação.

3.9.6.1 PESQUISA DA CAPACITAÇÃO FÍSICA

Na área da capacitação física, são realizadas pesquisas de interesse do Exército Brasileiro pelo Instituto de Capacitação Física do Exército e pela Escola de Educação Física do Exército, voltadas para a operacionalidade da Força Terrestre e ligadas às áreas de avaliação física, biomecânica, bioquímica, cardiologia, cineantropometria, fisiologia do exercício, termorregulação, nutrição, psicofisiologia e treinamento desportivo, além de parâmetros técnicos para a execução das atividades físicas e desportos, de forma que a tropa tenha condições ideais de higidez física. As principais pesquisas realizadas, em 2022, foram:

PRINCIPAIS PESQUISAS	MELHORIAS GERADAS
• Efeitos da marcha a pé sobre os músculos de membros inferiores, sem e com transporte de carga em mochila militar.	• Melhoria da saúde e da qualidade de vida dos militares da Força Terrestre; • Prover o Sistema de Saúde do Exército com subsídios técnico-científicos que resultem na melhoria do padrão de atendimento de saúde ao público interno; • Propiciar a redução do número de evacuações e maior resolubilidade das unidades militares, principalmente aquelas que conduzam cursos e estágios com alto nível de exigência física e psicológica, aumentando a segurança e reduzindo os riscos na instrução militar; e • Aperfeiçoar os exames de aptidão física na formação dos oficiais e sargentos da linha de ensino militar bélico, dos sexos masculino e feminino.
• Avaliações do estado de saúde de militares selecionados para missões de paz e de militares atletas de alto rendimento.	
• Monitoramento do estado de saúde dos militares do Exército Brasileiro.	
• Prevenção de lesões musculoesqueléticas no Exército Brasileiro.	
• Neurociência no estudo do desempenho operacional.	
• Monitoramento da saúde do militar nas atividades de risco, na instrução militar e em operações no Exército Brasileiro (Síndrome da Rabdomiólise)	
• Novos testes físicos operacionais.	
• Tecido adiposo visceral, em militares do sexo feminino do Exército Brasileiro, e tecido adiposo marrom, em militares com fatores de risco de síndrome metabólica.	

Instituto de Capacitação Física do Exército
Foto: Acervo do CCOMSEx

Instituto de Capacitação Física do Exército
Foto: Acervo do CCOMSEx

3.9.6.2 PROGRAMA DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO (PAAR)

O programa tem por objetivos representar o Exército Brasileiro em competições nacionais e internacionais, motivar e transferir conhecimentos, reforçar a imagem da Força no País e no exterior, bem como contribuir para o desenvolvimento do esporte nacional. No ano de 2021, o Exército Brasileiro contou com 187 atletas e, em 2022, contou com 196 atletas, que participaram de 106 competições nacionais e internacionais, conquistando o seguinte número de medalhas:

ANO	MEDALHAS DE OURO	MEDALHAS DE PRATA	MEDALHAS DE BRONZE
2022	141	95	75

Fonte: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022.

Jogos Sul Americanos de Karatê no Paraguai Foto: Com Soc do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DO DESPORTO

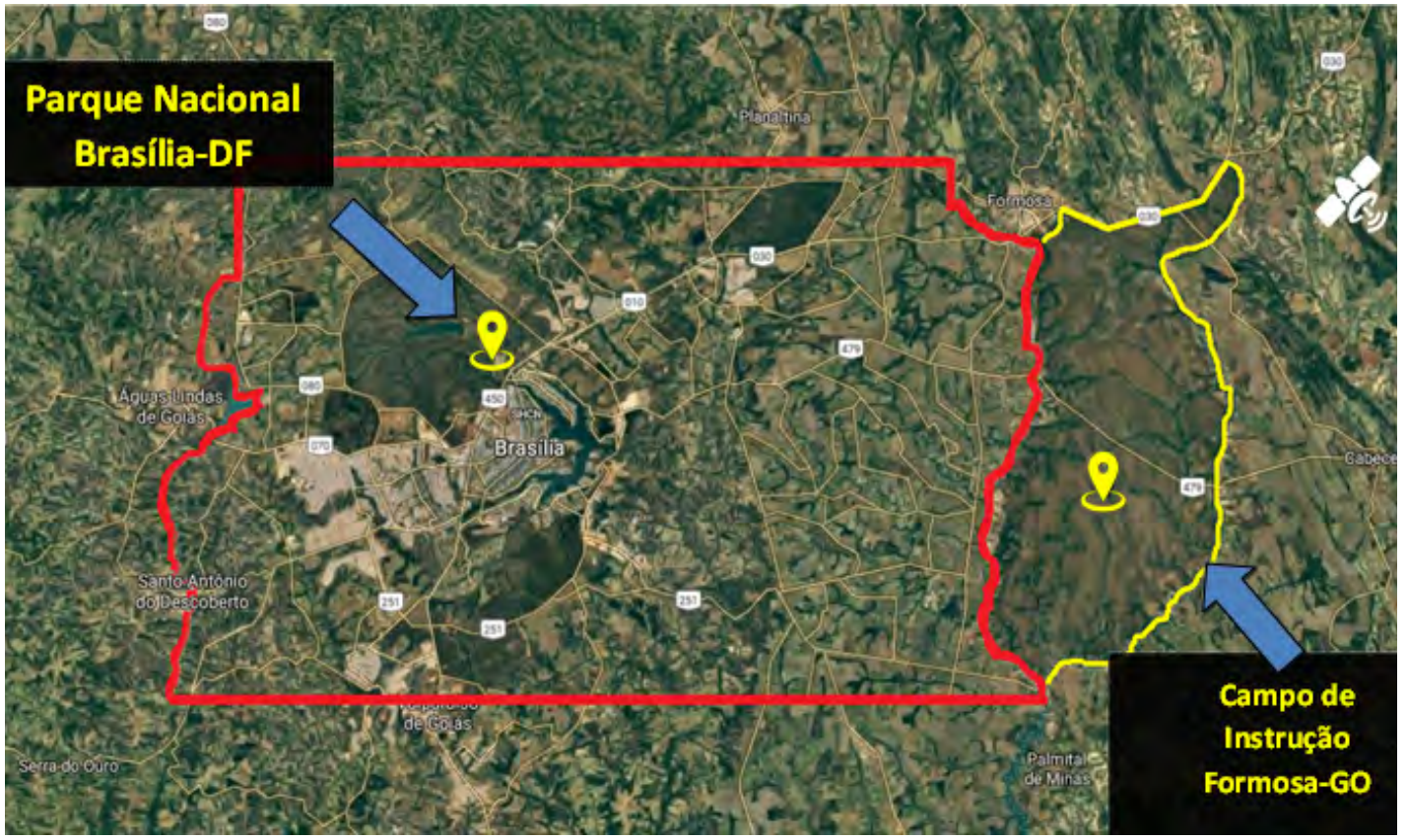
	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Capacitação do profissional militar do Exército Brasileiro	6.040.687,18	6.040.687,18	100%
Desenvolvimento do desporto nacional e Militar	301.994,12	301.994,12	100%
Apoio ao Programa Força no Esporte	252.064,29	252.064,29	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2022.

3.10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.10.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB) é referência quando o assunto é proteção ao meio ambiente, sendo o tema transversal em todas as atividades desenvolvidas pela Força. As áreas sob a jurisdição do EB se destacam pelo nível de preservação que possuem, compatível com os empreendimentos e atividades militares, o que caracteriza a forma sustentável com que o Comando do Exército sempre geriu seu patrimônio físico e biológico. Como exemplo, consta ao lado a imagem do Distrito Federal e do Campo de Instrução de Formosa (GO), área sob administração militar que se destaca pela evidência inconteste de preservação do meio ambiente. A mesma situação é replicada em todo o território nacional.



Região do Distrito Federal e do Campo de Instrução de Formosa (GO).
Fonte: Google Maps.

Os campos de instrução e as áreas patrimoniais do Exército Brasileiro promovem a sustentabilidade atuando na prevenção, preservação e recuperação do meio ambiente, protagonizando significativas ações de controle e proteção, o que pode ser verificado pelo elevado índice de conservação das áreas sob sua jurisdição, evidenciando significativo patrimônio de biodiversidade de flora e fauna e a manutenção das bacias hidrográficas do entorno.

O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) (http://www.dec.eb.mil.br) é o órgão de direção setorial responsável por supervisionar as questões ambientais do EB, dispondo da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) como órgão de apoio técnico normativo-consultivo, que gerencia o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (SIGAEB).

O SIGAEB é orientado pela(s):

a. Política Nacional do Meio Ambiente.

b. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001), reeditada em 2010, e pela Diretriz de Conformidade Ambiental do SIGAEB (2018).

c. Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), por intermédio da Portaria nº 505-EME/C Ex, de 9 de setembro de 2021.

d. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (2001).

e. Diretriz do Comandante do Exército para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do EB, por intervenção da Portaria nº 737/Cmt Ex, de 28 de julho de 2020.

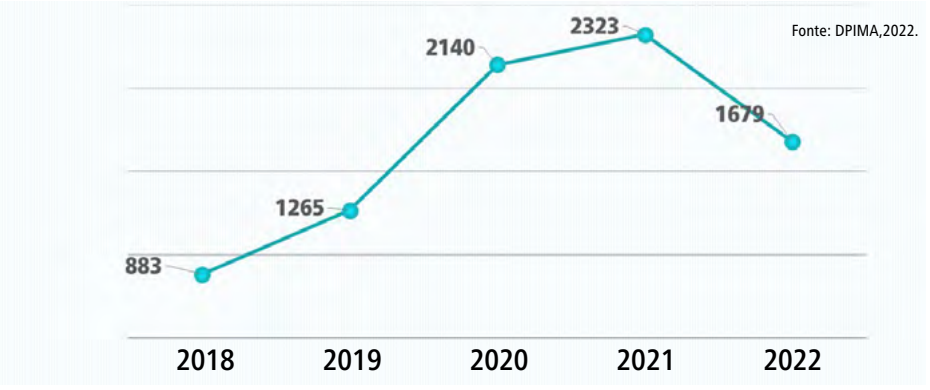
f. Normas Relativas a Animais Silvestres nas organizações militares do EB em 2020, por meio da Portaria nº 136/DEC, de 31 de julho de 2020.

g. Instruções Reguladoras para o SIGAEB (IR 50-20), aprovadas pela Portaria nº 001/DEC, de 26 de setembro de 2011. O SIGAEB envolve etapas de planejamento, de implementação e operação, de verificação e análise crítica e de ação corretiva, tudo com a finalidade de cumprir a ação estratégica de aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares, promovendo um eficiente e eficaz gerenciamento da proteção da natureza.

3.10.2 RESULTADOS DA GESTÃO AMBIENTAL NO EXÉRCITO

O Exército promove a educação ambiental para o seu pessoal, visando atingir diversos objetivos: possibilitar o conhecimento da legislação ambiental; desenvolver mentalidade de prevenção, preservação, conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente; contribuir para a formação do cidadão consciente do uso sustentável do meio ambiente; esclarecer os públicos interno e externo sobre o papel do Exército na questão ambiental; oferecer condições para a identificação e a classificação das atividades militares sob a ótica da legislação ambiental; elaborar o Plano de Gestão Ambiental (PGA) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); realizar a conformidade ambiental anual de suas organizações militares e incluir a gestão ambiental no preparo e emprego da Força Terrestre.

A quantidade de pessoal capacitado, em 2022, totalizou mais de 1.600 militares, demonstrando a atenção que o Comando do Exército vem dando ao assunto, conforme demonstrado abaixo:



3.10.3 AÇÕES CORRENTES EM PROL DA GESTÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de normatizar, superintender, orientar e coordenar as atividades da gestão ambiental no Exército Brasileiro, é necessário o cumprimento de uma série de ações, como nos exemplos abaixo:

- análise técnica ambiental do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS);

- análise das minutas de contrato das diversas OM do EB, quando da contratação de empresas para coleta e destinação de resíduos que não de saúde. A referida análise técnica ambiental visa atender às recomendações do Acórdão 650/2018 do Tribunal de Contas da União e atender à solicitação do Centro de Controle Interno do Exército para o estabelecimento de parâmetros que deverão ser utilizados para a fiscalização de execução contratual relativa aos serviços de gerenciamento de resíduos contratados de terceiros; e

- a utilização da ferramenta diagnóstico ambiental evidenciou a necessidade de aprimoramento da gestão corporativa. Constatou-se a necessidade de adotar análise multicritério para classificação de risco, além da importância de customizar o diagnóstico conforme os processos finalísticos e de apoio ao tipo de OM.

Esse aperfeiçoamento está em curso por meio do estudo dos processos por tipo de OM, e consequente identificação, de forma geral, dos resíduos gerados, culminando com a implementação da melhoria de processo, a fim de oferecer uma ferramenta mais assertiva como instrumento de apoio à decisão.

SELO VERDE

O Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade é uma distinção concedida pelo Departamento de Engenharia e Construção, por intermédio da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, em forma de Certificado para as OM que alcançarem um índice de conformidade ambiental superior a 90%. Em 2022, foram agraciadas com o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade as seguintes OM: o Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP), o Hospital de Guarnição de Natal (HGuN) e a Comissão Regional de Obras/5 (CRO/5).

Entrega do Selo Verde
Foto: 3º Sgt Ramalho

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A UFMG:

O Comando do Exército Brasileiro, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção, firmou, no dia 16 de março de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando à implementação de ações conjuntas voltadas ao intercâmbio acadêmico, científico e cultural.

As ações são direcionadas a assuntos estratégicos que abrangem a prevenção e o combate a incêndios em áreas sob a administração do Exército Brasileiro; o intercâmbio acadêmico em assuntos estratégicos, e as gestões ambiental, patrimonial imobiliária e de sustentabilidade por meio de pesquisas científicas e tecnológicas que auxiliem as atividades operacionais do Exército.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

CARTILHA AMBIENTAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO - CAMBEx 2 /SERVIÇOS FLORESTAIS

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL NEWTON CAVALCANTE (CIMNC)

Foto: Cel R1 Silas

VISITAS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA (VOT) SOBRE RESÍDUOS E CONFORMIDADE AMBIENTAL NAS OM/OMS

Foto: Maj Bruno Viana

ESTUDOS GEOLÓGICOS NO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA, COSTA MARQUES (RO)

Foto: SC Gilvana

ESTÁGIOS DE MEIO AMBIENTE PARA OFICIAIS DE CARREIRA E EM APOIO AO SISTEMA DE OBRAS DE COOPERAÇÃO

Foto: SC Ana Paula

ESTÁGIOS DE CONFORMADORES AMBIENTAIS DAS OM/OMS

Foto: SC Taciana

VOT PARA FINS DE INVENTÁRIO FLORESTAL NOS CAMPOS DE INSTRUÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Foto: SC Breno

DISCIPLINAS ELETIVAS DE GESTÃO AMBIENTAL PARA CADETES DO 4º ANO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Foto: SC Antônio Carlos

VISITA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA NA FORÇA-TAREFA DE AJUDA HUMANITÁRIA (FT AJ HUM)/ OPERAÇÃO ACOLHIDA NAS LOCALIDADES DE BOA VISTA (RR) E PACARAIMA (RR), POR OCASIÃO DO PERÍODO DE ATUAÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTINGENTE

Foto: Cel Cleiton

Os recursos financeiros aplicados em sustentabilidade ambiental, no ano de 2022, estão descritos conforme tabela abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: Tesouro Gerencial.

RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
17.453.422,00	17.453.422,00	100%

Esses recursos subsidiaram a confecção de publicações, como a CAMBEx 2 – Serviços Florestais – e nova publicação da Cartilha de Práticas Ambientais nas organizações militares.

Subsidiaram, ainda, a realização de capacitações dos militares das mais diversas guarnições do Exército Brasileiro para a gestão ambiental nas organizações militares, como: os Estágios de Conformador Ambiental, Estágio Geral de Meio Ambiente, Estágios de Gerenciamento e Técnico de Atividades de Construção (assuntos de Gestão Ambiental), participação na disciplina eletiva de Meio Ambiente da AMAN e Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI).

3.11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.11.1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, existe uma demanda cada vez maior da sociedade (público em geral, imprensa, entidades de classe, governos de outras esferas, dentre outros) por ações de transparência e publicidade, como forma de prestação de contas dos recursos públicos alocados a cada órgão público.

O Exército Brasileiro (EB), Instituição Pública com elevada legitimidade, atende ao previsto no Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, cumprindo as exigências no intuito de garantir a acessibilidade digital, por meio da plataforma conhecida como Vlibras (versão 5.1.0), uma ferramenta gratuita (de código aberto e distribuição livre) que faz a tradução automática da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), órgão central do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), exerce a gestão da Comunicação Estratégica (Com Estrt) da Força, que é definida como sendo a sistematização contínua dos processos comunicacionais do Exército com todos os públicos de interesse, na busca do alinhamento, da integração e da sincronização da comunicação institucional, a fim de manter a legitimidade e a liberdade de ação, por meio do planejamento integrado entre os setores de Comunicação Social (Com Soc) e Relações Institucionais (RI).

Balizada pela missão da Força, confirmada pelas entregas à sociedade e alicerçada sobre os valores institucionais, a Com Estrt tem como objetivo final a sinergia de todos os esforços de comunicação, colimados no mais alto nível de governança e gestão, produzindo efeitos de longo prazo que cooperem para a concretização da visão de futuro do EB, contribuindo com o atingimento dos seus Objetivos Estratégicos.

O CCOMSEx tem a capacidade de alcançar todas as Agências de Comunicação Social do Exército, por meio da Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército (RESISCOMSEx), rede colaborativa que permite o estabelecimento das ligações de canal técnico necessárias ao funcionamento do sistema em todo o território nacional e no exterior.

As atividades de Comunicação Social (assessoria de imprensa, relações públicas e divulgação institucional) são realizadas pelo SISCOMSEx, cujo trabalho atende diretamente ao princípio constitucional da publicidade, informando e esclarecendo a sociedade sobre as ações da Instituição. Assim, o CCOMSEx cumpre o previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), por intermédio da sua Seção de Ouvidoria, respondendo às diversas demandas da sociedade.

Foto: Acervo do CCOMSEx

O Sistema de Relações Institucionais, criado pela Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019, do Comandante do Exército, é composto pelo Alto-Comando do Exército, como Órgão Central; pelo Estado-Maior do Exército (EME), como Órgão Normativo; e pelo CCOMSEx, como Órgão Técnico-Consultivo.

O Sistema de Relações Institucionais tem por finalidade contribuir para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército, por intermédio da interação do Exército com as diversas instituições de interesse. A fim de atingir essa finalidade, cabe ao EME estabelecer normas e diretrizes, de maneira a alinhar os esforços de Relações Institucionais com os objetivos do Planejamento Estratégico do Exército e com as diretrizes do Comandante do Exército.

O SISCOMSEx e o Sistema de RI são sistemas que trabalham em estreita coordenação e, preferencialmente, sob a mesma chefia, para garantir que o planejamento seja conjunto e os efeitos de comunicação sejam maximizados.

Por fim, cabe destacar que o SISCOMSEx está organizado e é atuante em todos os Comandos Militares de Área, bem como nos Órgãos de Direção Setorial, de Direção-Geral, de Direção Operacional, escolas e aditâncias, contribuindo para o cumprimento da missão constitucional do Exército Brasileiro.

3.11.2 INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE

As atividades de Comunicação Social inserem-se na Cadeia de Valor Agregado do Exército no macroprocesso Gestão Institucional e as prioridades estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 14 – Ampliar a integração do Exército à sociedade.

Esse objetivo estratégico visa intensificar ações que promovam maior integração do Exército Brasileiro com todos os segmentos da Nação, particularmente os formadores de opinião, a imprensa, as autoridades constituídas (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), os decisores nos diversos níveis e a sociedade em geral, tornando a Instituição mais conhecida por suas entregas à Nação brasileira. Caracteriza-se, também, pela implementação de medidas que façam com que a sociedade reconheça que a Defesa é de interesse de todos os seus segmentos, fortalecendo a mentalidade sobre o assunto.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2022

Estágio para Preparação de Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito – estágio realizado pelo CCOPAB que visa preparar jornalistas e assessores de imprensa para atuarem em áreas de conflito.

Podcast Braço Forte – divulgação de informações gerais do Exército Brasileiro para a sociedade.

Programa Conheça o Seu Exército – programa que visa estreitar as relações do Exército Brasileiro com representantes dos públicos de interesse da Força, além de divulgar as ações da Instituição nos cenários regional e nacional.

Divulgação do Exercício CORE 2022 – atividade militar realizada entre o Exército Brasileiro e o dos EUA, anualmente, até 2028.

Informativo O VETERANO – Informativo semanal voltado para veteranos e reformados, pensionistas, agremiações de militares da reserva, ex-alunos dos Colégios Militares e ex-integrantes de outros estabelecimentos militares de ensino do EB.

Divulgação do Exercício Guardião Cibernético – exercício de simulação de ataques a infraestruturas estratégicas de Defesa Nacional.

Sistema Verde-Oliva de Rádio – Brasília/DF, Manaus/AM, Três Corações/MG e Resende (RJ).

Visitas de Orientação Técnica (VOT) – visitas de orientação aos agentes do SISCOMSEx dos diversos Comandos Militares de Área.

3.11.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2022, o Exército se comprometeu a buscar o atingimento da meta de 70% do Indicador de Resultado 14 (Índice de Credibilidade do Exército junto à sociedade). O resultado alcançado foi de 82,8 %, conforme resultado da pesquisa de opinião contratada pelo Exército Brasileiro e realizada em maio de 2022, mantendo as Forças Armadas como uma das instituições mais confiáveis do país, com as seguintes medições no ano de 2022:

INDICADOR ESTRATÉGICO VINCULADO AO OEE 14

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IR-14	% de credibilidade do EB junto à população brasileira	82,8 %	70% de credibilidade anualmente

Fonte: Pesquisa de opinião contratada pelo EB

3.11.4 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

3.11.4.1 MÍDIAS SOCIAIS/PLATAFORMAS DIGITAIS

Após uma década de presença virtual nos principais canais de mídias sociais operadas no País, o Exército Brasileiro atingiu um nível de maturidade elevado, construído por meio de uma gestão baseada em objetivos estratégicos.

As campanhas institucionais planejadas geraram, ao longo dos anos, o aumento da credibilidade da Instituição no ambiente on-line, assim como já ocorre no ambiente off-line.

A credibilidade e a confiança alcançadas pela Instituição Exército Brasileiro perante a sociedade, diante de resultados obtidos nas mais diversas ações em que a Força Terrestre se faz presente, aumentaram, significativamente, a sua exposição na mídia.

A administração e a gestão dos perfis nas plataformas do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e LinkedIn estão baseadas nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 453-EME/C Ex, de 19 de julho de 2021.

MÍDIAS SOCIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

	nº SEGUIDORES	nº PUBLICAÇÕES
http://www.facebook.com/exercito/	4.008.069	3.090
http://www.instagram.com/exercito_oficial/	7.634.286	2.280
http://twitter.com/exercitooficial	2.271.244	2.579
http://www.youtube.com/exercitooficial	nº INSCRITOS 1.260.770	307
http://br.linkedin.com/company/exercito	182.634	943
http://t.me/exercito_oficial	nº INSCRITOS 152.124	1.265
Total*:	**15.509.127**	**10.464**

*Dados atualizados até 31/12/2022

*Somatório de publicações tipo: feed, stories, Reels e IGTV.

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2022.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ATENDIDOS EM 2022 (MÍDIAS SOCIAIS)

ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar no EB	2.847
Alistamento no EB (on-line)	512
Ingresso Carreira no EB	1.336
Ingresso Temporário no EB	302
Outros atendimentos	3.851
TOTAL*	**8.848**

*Dados atualizados até 31/12/2022

Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2022.

PLATAFORMA DIGITAL

PORTAL DO EB	
nº ACESSOS*	nº MATÉRIAS
28.235.631	5.113

*Dados atualizados até 31/12/2022

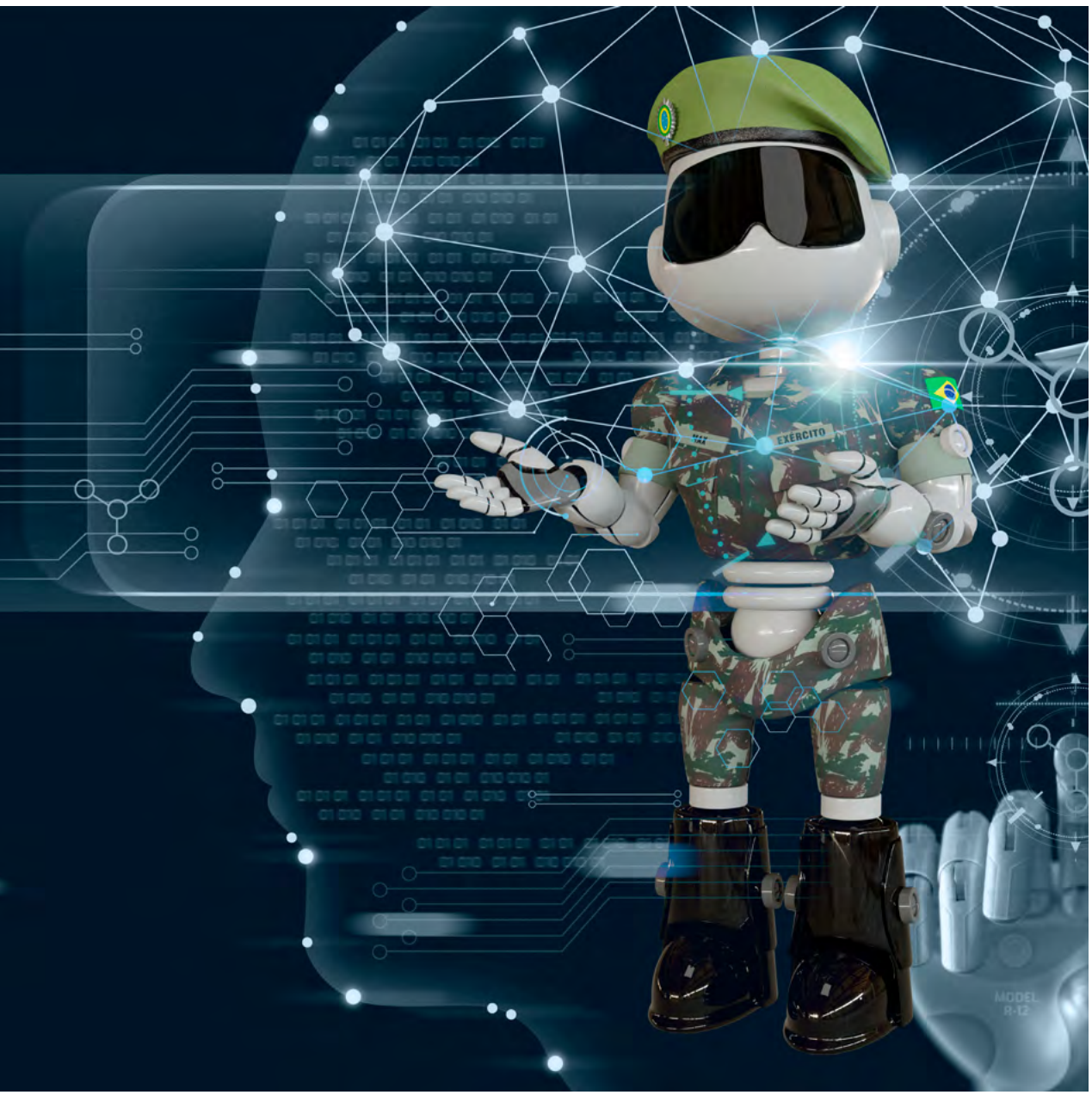
Fonte: Centro de Comunicação Social do Exército, 2022.

3.11.4.2 – INTELIGÊNCIA MAX

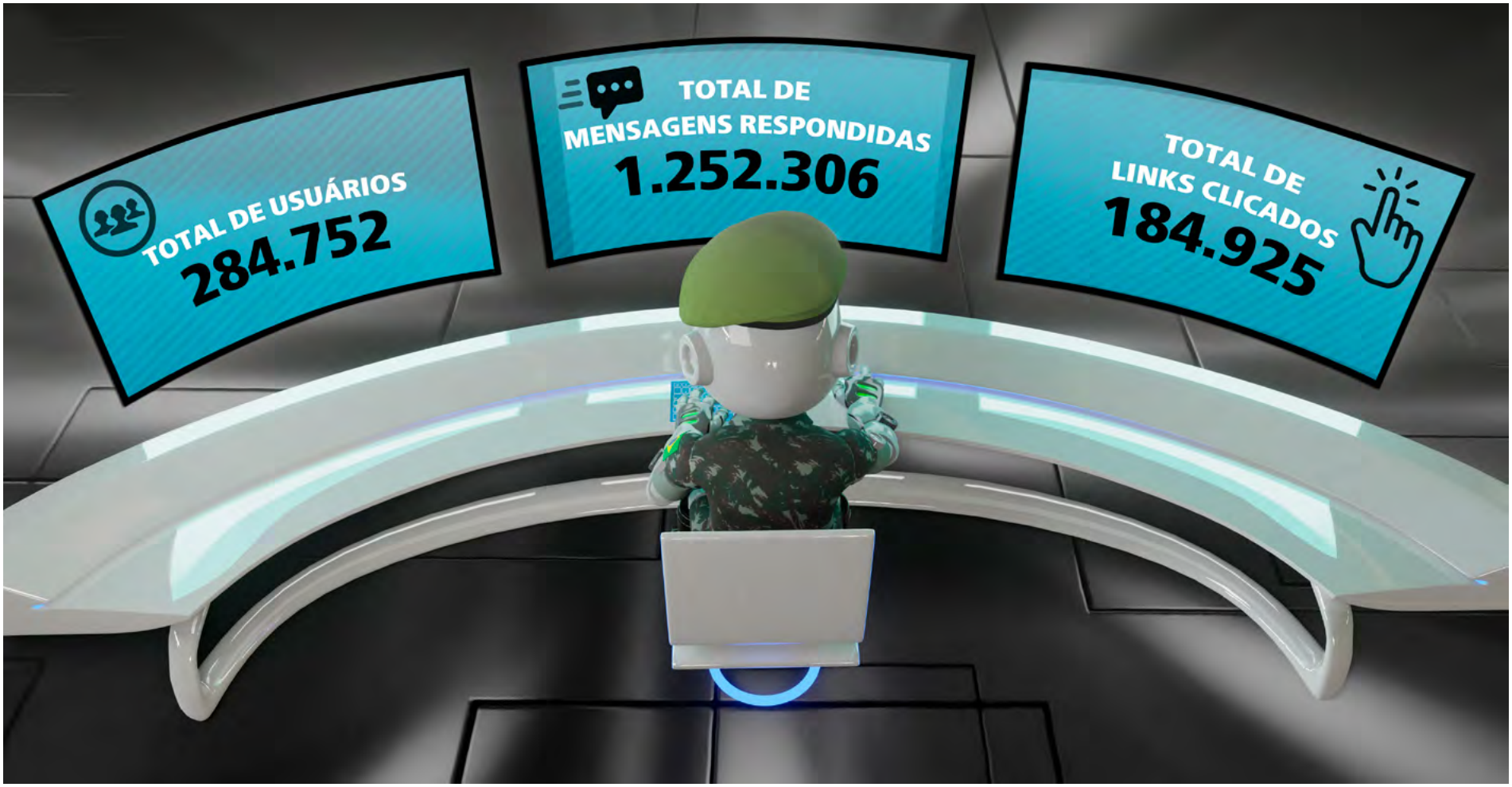
O Max é a Inteligência Artificial (IA) usada pelo Exército para atender às mudanças de comportamento dos usuários nas mídias sociais, que demandam respostas imediatas, 24 horas/dia. Além disso, o Max atua como um Serviço de Atendimento ao Cidadão centralizado para o Exército, concentrando as mais diversas demandas.

O Max foi implantado no ano de 2019 para responder perguntas que chegavam pela plataforma Messenger. Devido ao sucesso do sistema no atendimento ao público, o Max também foi implantado na plataforma Telegram e, posteriormente, no portal do Exército Brasileiro.

A eficiência do Max está diretamente relacionada a duas tecnologias de ponta: o Processamento de Linguagem Natural (PLN) e o Deep Learning (DL). O uso combinado de PLN e DL garante um elevado índice de assertividade e reduzido tempo de atraso nas respostas.



ATENDIMENTO MEDIADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 2022



Criação 3D do MAX: 1º Sgt Takeshi/CCOMSEx

OUTROS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O Exército Brasileiro disponibiliza outros canais de comunicação para a população, visando facilitar a retirada de dúvidas e realizar os esclarecimentos pertinentes, integrando-se de forma efetiva à sociedade brasileira.

Constam a seguir outros canais de comunicação disponíveis para todos os cidadãos, os quais podem ser acessados de forma prática e ágil:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FINALIDADE	RECEBIDO (R$)	UTILIZADO (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
Atividades de Comunicação Social	1.594.569,96	1.588.449,41	99,6%

Fonte: Tesouro Gerencial

3.12 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

3.12.1 DESAFIOS

No campo financeiro/orçamentário, o grande desafio, no atual cenário de restrições orçamentárias, é garantir os recursos previstos para o desenvolvimento das ações e iniciativas previstas para o processo de transformação da Força Terrestre. A estratégia para enfrentar tal óbice baseia-se em aliar uma gestão austera dos recursos a um vigoroso processo de racionalização administrativa, buscando reduzir custos, aperfeiçoar sistemas de governança e gestão, e aplicar os princípios de integridade.

Os impactos da crise sanitária desencadeados pela pandemia da covid-19 ainda são obstáculos a serem superados. Aliam-se a esse quadro as incertezas advindas do conflito internacional entre Rússia e Ucrânia.

No que concerne à ciência, tecnologia e informação, os desafios estão relacionados à capacidade de acompanhar a rápida e constante evolução tecnológica para levar à superação dos hiatos ligados à produção, manutenção, modernização e revitalização de material de emprego militar que atendam às necessidades operacionais da Força. Outro aspecto a ser superado é a dependência tecnológica ainda dominante no mercado internacional.

O ambiente contemporâneo, com o surgimento de situações inéditas e complexas, exige respostas oportunas e efetivas às demandas da sociedade. Nesse contexto, o Exército Brasileiro continuará perseguindo o objetivo de apresentar respostas à sociedade no sentido de ser instituição de Estado capaz de se adequar às rápidas transformações do mundo atual, alicerçada em princípios e valores, comprometida em cumprir da melhor forma suas missões constitucionais.

No eixo da governança e gestão, a busca do alinhamento entre o planejamento estratégico do Exército e a execução dos investimentos por parte das organizações militares tem contribuído para o atingimento da eficiência, economicidade e, sobretudo, efetividade do uso do recurso público.

Ainda há de se considerar o desafio para equacionar a crescente evasão de servidores civis das diversas carreiras no âmbito do Comando do Exército e a falta de recompletamento, devido, principalmente, à escassez de concursos necessários ao cumprimento da exigência constitucional para o provimento dos cargos públicos. Estima-se que o quantitativo de cargos vagos tende a aumentar, considerando que mais de 1.300 servidores civis estão em condições de se aposentar.

3.12.2 RISCOS

Com relação aos riscos estratégicos, aqueles que podem comprometer o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército, sob a ótica orçamentária, o principal deles é a redução da disponibilidade de recursos orçamentários para custeio e investimentos, com impactos diretos sobre o sistema de prontidão operacional, a obtenção de capacidades, os estoques estratégicos, o funcionamento de organizações militares, o desenvolvimento e a aquisição de Produtos de Defesa, a manutenção dos materiais de emprego militar, do patrimônio imobiliário e móvel, entre outros.

Com relação aos riscos tecnológicos, a possibilidade de acesso externo a informações sensíveis exige atenção por parte da Força, o que se dará por meio de verificações contínuas de vulnerabilidades em sistemas de informação e do acompanhamento dos ataques cibernéticos. Cabe destacar que essa vulnerabilidade poderá comprometer os subsistemas do Sistema de Comando e Controle (C2) do EB e dos bancos de dados corporativos, impactando a segurança da informação no âmbito da Força.

A dependência tecnológica nacional é outro fator de risco, o que poderá limitar a liberdade de ação em todas as expressões do poder nacional, restringindo sobremaneira a influência do País no concerto das nações.

Os riscos de imagem, aqueles ligados a possíveis danos à Instituição, podem ser mitigados e/ou gerenciados, em todos os níveis, por intermédio da ação de comando e da adoção correta e tempestiva das medidas previstas na doutrina de Comunicação Social voltadas para o gerenciamento de crises.

3.12.3 PERSPECTIVAS

Não obstante o enfrentamento dos desafios e dos riscos identificados, o Exército planeja prosseguir no processo de transformação da Força, tendo como foco a obtenção de capacidades, a racionalização administrativa, a transparência, a sustentabilidade e a inovação.

Com relação à obtenção de capacidades, sob a ótica do Planejamento Estratégico e com atenção ao desenvolvimento sustentável, o Exército visa ampliar a prontidão logística, aumentando a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

O amadurecimento da cultura de governança e gestão garantirá maior confiabilidade e rastreabilidade das informações, de modo a possibilitar a melhoria dos processos decisórios e contribuir para uma maior transparência do emprego de recursos públicos. Nesse diapasão, estruturas do Exército, sobretudo as administrativas, passam por dinâmico processo de racionalização a fim de otimizar a aplicação dos recursos e aumentar a eficiência e eficácia dos processos envolvidos.

Nesse sentido, é fundamental a discussão do modelo de aquisições de materiais de defesa, focando-se na eficiência, nas seguranças técnicas e jurídicas e nas características da área demandante e do mercado fornecedor. A partir dessa visão, o setor de aquisições deve ser dotado de capacidade para buscar soluções inovadoras e não apenas operacionalizar licitações.

Sustentabilidade e inovação devem fazer parte do processo, sendo essencial a convergência entre o controle e a possibilidade de agilizar as compras públicas.

Sob a ótica de sustentabilidade, a prática é transversal e possui elevada repercussão internacional. Por consequência, o Exército, por meio da implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável, busca promover ações de fortalecimento da cultura de sustentabilidade e inserção de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação e nas fases do ciclo de vida dos sistemas e materiais de emprego militar (Produtos de Defesa).

As mídias sociais serão cada vez mais exploradas. Esse fato visa ao incremento da interação direta e instantânea com a sociedade, de modo a garantir canal de fácil acesso para a solução de dúvidas e apresentação de demandas, com especial destaque ao emprego de Inteligência Artificial. Assim, a segurança da informação é preocupação constante ante as novas ameaças do mundo digital.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

Fotomontagem: Ten Martins/CCOMSEx

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

4.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os bens, os direitos e as obrigações da entidade. Para a análise, são comparados os saldos nas datas 31 de dezembro de 2021 e 2022 para evidenciar a evolução histórica.

Ressalta-se que as informações abaixo estabelecem a análise do fluxo orçamentário, financeiro e contábil das Unidades Orçamentárias Comando do Exército e Fundo do Exército.

4.1.1.1 ATIVO

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2022.

ATIVO			VARIAÇÃO %	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021		
1. CIRCULANTE	9.454.087.270	8.513.234.174	11,05	7,00
2. NÃO CIRCULANTE	125.605.219.820	119.571.493.517	5,05	93,00
2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.100.021	6.085.216	0,24	0,00
2.2. IMOBILIZADO	125.506.850.952	119.474.737.572	5,05	92,93
2.2.1. BENS MÓVEIS	16.175.713.042	16.064.810.272	0,69	11,98
2.2.2. BENS IMÓVEIS	109.331.137.910	103.409.927.300	5,73	80,95
2.3. INTANGÍVEL	92.268.847	90.670.729	1,76	0,07
TOTAL DO ATIVO (1+2)	135.059.307.090	128.084.727.691	5,45	100,00

O Ativo compreende os direitos e bens tangíveis e intangíveis necessários para o Exército cumprir suas atribuições constitucionais.

No ano de 2022, o Ativo apresentou aumento de 5,45% em relação ao ano de 2021, tendo o saldo inicial de R$ 128.084.727.691,72 e alcançando R$ 135.059.307.089,72 no final, com concentração no Ativo Imobilizado. O Realizável a Longo Prazo e o Intangível somados foram inferiores a 1,00% do Ativo total.

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante estão classificados os bens e direitos disponíveis para realização/utilização no ano de 2023.

Os grupos de contas com os valores mais significativos são os de Caixa/Equivalentes Caixa e dos Estoques.

Com relação ao grupo Caixa/Equivalentes Caixa, a Demonstração do Fluxo de Caixa evidenciou, em 2022, o ingresso nesse grupo do valor de R$ 118.948.344.876,79 e o desembolso de R$ 118.373.829.005,21, gerando aumento na disponibilidade financeira de R$ 574.515.871,58 que, acrescido do saldo inicial de R$ 5.447.089.180,65, finalizou com R$ 6.021.605.052,23, representando 4,46% do Ativo Total.

Quanto ao grupo de Estoques no ano de 2022, foi incorporado ao estoque o saldo de R$ 2.560.259.406,89 (custeio), por aquisição oriunda da execução orçamentária (LOA e RP), e foi consumido nas atividades das organizações militares o saldo de R$ 1.953.154.322,31.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante estão classificados os demais bens e direitos de longo prazo, com realização/utilização após o ano de 2023. O grupo de contas com os valores mais significativos são os do Imobilizado.

O Imobilizado representou 92,93% do Ativo Total no final do exercício de 2022, apresentando saldo final de R$ 125.506.850.952,37, com elevação de 5,05% em comparação com o ano de 2021, com destaque para os Bens Imóveis, com saldo de R$ 109.331.137.910,31.

Dentro dos Bens Imóveis, a maior composição é para os bens de uso especial, nesse caso, as instalações militares (aquartelamentos), no valor de R$ 106.964.368.367,10.

4.1.1.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo e pelo Patrimônio Líquido. Também constam no Passivo as provisões, que são obrigações de prazo ou valor incerto, calculados com base em projeções futuras.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

ATIVO			VARIAÇÃO%	COMPOSIÇÃO DO ATIVO
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021		
1. PASSIVO CIRCULANTE	31.332.214.232	7.599.685.877	312,28	23,20
2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE	401.776.566.181	174.874.525.393	124,75	297,48
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(298.049.473.323)	(54.389.483.579)	(447,99)	(220,68)
TOTAL DO PASSIVO (1+2+3)	135.059.307.090	128.084.727.691	5,45	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2022.

PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações de curto prazo, com desembolso ou realização prevista para o ano de 2023, totalizam 23,20% do Passivo Total e apresentaram acréscimo de 312,28%, devido sobretudo à transferência do valor de R$ 216.694.943.654,83 do Ministério da Economia para o Comando do Exército, referente à provisão de despesas com militares inativos por se tratar do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA).

No período, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R$ 46.237.441.313,44 e pagou R$ 46.168.268.419,03.

As demais obrigações assumidas totalizaram R$ 8.850.024.673,51, sendo pagos R$ 9.079.580.076,85. O pagamento efetuado foi superior ao assumido em 2022, em razão do pagamento de Restos a Pagar processados e não processados liquidados de obrigações, cujos fatos geradores da despesa pertencem a exercícios anteriores.

O subgrupo mais expressivo é o de Provisões a Curto Prazo, que representa 76,91% das obrigações de curto prazo, constituída integralmente pelas provisões atuariais do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA), de curto prazo, no valor de R$ 24.098.450.512,26, cuja função é registrar o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos futuros com pensões militares, pensões especiais militares, veteranos e anistiados militares. Em seguida, o subgrupo mais expressivo é o de Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa 14,79% das obrigações de curto prazo, constituídas principalmente de Transferências Financeiras a Comprovar – TED no valor de R$ 4.121.079.145,53, cuja função é registrar a apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada/TED, pendente de comprovação junto ao concedente.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações de longo prazo com realização prevista após 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Exército Brasileiro possuía o saldo de R$ 401.776.566.181,49 no Passivo Não Circulante, sendo a maior parte referente à apropriação das provisões atuariais do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), constituídas da seguinte forma: pensões militares no valor de R$ 163.802.306.210,86; pensões especiais militares de R$ 7.573.814.355,07; veteranos de R$ 230.267.007.024,03; e anistiados militares de R$ 131.768.643,09.

A Provisão das pensões militares tem natureza compensatória. O plano de benefício é regrado pela Lei n° 3.765/1960, Lei n° 6.880/80, Medida Provisória n° 2.215-10/2001 e Lei n° 13.954/2019. O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares, bem como pela NotaTécnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 de novembro de 2017, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares das Forças Armadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos os passivos. Como as obrigações de R$ 433.108.780.413,14 superaram os bens e direitos de R$ 135.059.307.089,72, o Exército tem um passivo a descoberto de R$ 298.049.473.323,42. O Patrimônio Líquido é constituído dos valores deficitários do Resultado do Exercício de R$ 27.102.759.652,70 e do Resultado de Exercícios Anteriores no valor de R$ 317.674.837.164,59, bem como dos Ajustes de Exercícios Anteriores no valor superavitário de R$ 46.728.123.493,91.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores são motivados pela retificação de erros imputáveis ao passado, envolvendo reconhecimentos de passivos sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos processos de pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Portaria - C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022.

O Resultado do Exercício de 2022 apresentou déficit no valor de R$ 27.102.759.652,70, devido ao valor das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de R$ 408.135.402.456,74 ser inferior ao valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R$ 435.238.162.109,44.

O Patrimônio Líquido representa 220,68% do passivo total e apresentou variação negativa de 447,99%.

4.1.1.3 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO DE 2022 (RESUMIDO)

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO
COMANDO DO EXÉRCITO	3.772.301.742	6.077.760.979	(2.305.459.237)
FUNDO DO EXÉRCITO	2.324.450.457	469.283.426	1.855.167.031
TOTAL	6.096.752.199	6.547.044.405	(450.292.206)

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFI*WEB* 2022.

O Déficit/Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações de curto prazo assumidas.

O Comando do Exército apresentou déficit financeiro, no ano de 2022, de R$ 2.305.459.237,10, que absorveu o superávit gerado pelo Fundo do Exército, no mesmo ano, de R$ 1.855.167.031,45, com resultado consolidado final negativo de R$ 450.292.205,65.

4.1.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio (bens, direitos e obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que foi incorporado ao Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RESUMIDO)

ESPECIFICAÇÕES	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	408.135.402.457	123.865.406.920
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(435.238.162.109)	(149.930.294.319)
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(27.102.759.652)	(26.064.887.399)

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais – SIAFI*WEB* 2022.

O valor de maior expressão das Variações Patrimoniais Aumentativas foi o recebimento de repasse financeiro de R$ 381.301.913.594,61, referente à LOA, a destaques e a convênios celebrados com o Exército Brasileiro para fazer face às obrigações a pagar.

Já nas Variações Patrimoniais Diminutivas, foi o sub-repasse de recurso financeiro às organizações militares no valor de R$ 332.236.515.177,27.

A variação aumentativa e diminutiva do patrimônio resultou em um déficit patrimonial de R$ 27.102.759.652,70, incorporado ao patrimônio líquido como Resultado do Exercício de 2022.

4.1.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

4.1.3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2022

RECEITA			
CATEGORIA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
CORRENTE	1.919.965.083	2.245.617.758	325.652.675
CAPITAL	41.620.537	45.470.486	3.849.949
SUBTOTAL	1.961.585.620	2.291.088.244	329.502.624
DÉFICIT	-	53.518.859.289	53.518.859.289
TOTAL	1.961.585.620	55.809.947.533	53.848.361.913

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB* 2022.

O déficit de R$ 53.518.859.289,27 corresponde à diferença negativa entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas em 2022.
O Fundo do Exército é o principal agente arrecadador do Exército Brasileiro. No ano de 2022, a arrecadação foi de R$ 2.268.412.042,10.

4.1.3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2022

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
DESPESAS CORRENTES	52.916.991.617	53.439.800.231	51.762.267.232	48.797.959.474
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.423.975.674	46.239.008.118	46.236.744.538	43.474.222.802
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.493.015.943	7.200.792.113	5.525.522.694	5.323.736.672
DESPESAS DE CAPITAL	2.110.909.890	2.370.147.302	1.008.914.808	974.453.952
INVESTIMENTOS	2.110.909.890	2.370.147.302	1.008.914.808	974.453.952
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	76.707.714	-	-	-
TOTAL	55.104.609.221	55.809.947.533	52.771.182.040	49.772.413.426

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB*2022.

O Comando do Exército e o Fundo do Exército executaram (empenharam) o valor de R$ 55.809.947.532,99, dos quais R$ 1.086.361.530,49 corresponde aos orçamentos de outros órgãos executados pelo Exército mediante assinatura de instrumento de parcerias.

O Comando e o Fundo do Exército executaram (empenharam) juntos 99,31%, R$ 54.723.586.002,49, do próprio orçamento de R$ 55.104.609.220,92.

Das despesas empenhadas de R$ 55.809.947.532,99, 82,85%, R$ 46.239.008.118,09, estão relacionadas a pessoal e encargos sociais (pagamento a pessoal ativo, inativo e pensionista); 12,90% para o funcionamento das organizações militares e 4,25% para aquisição de bens e serviços incorporáveis ao patrimônio do Exército Brasileiro.

4.1.3.3 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

São inscritas em Restos a Pagar as despesas empenhadas no ano de 2022, as quais não foram pagas e serão liquidadas e/ou pagas a partir do ano de 2023.

A inscrição total em Restos a Pagar Processado (liquidada menos paga) totalizou R$ 2.998.768.614,45, e Restos a Pagar Não Processado (empenhada menos liquidada) o saldo de R$ 3.038.765.492,09.

Do saldo inscrito em 31 de dezembro de 2022, em Restos a Pagar Processados no valor de R$ 2.998.768.614,45, o saldo de R$ 2.762.521.735,57 destinou-se ao pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, ocorrido logo no início do mês de janeiro de 2023, restando ainda R$ 236.246.878,88 para pagamento de outras despesas orçamentárias, com destaque para os fornecedores.

4.1.3.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e executados, no ano de 2022, são os constantes das tabelas abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	1.908.495.310	1.576.637.098	1.549.481.252	112.694.653
PESSOAL E ENCARGOS	722.823	696.776	680.943	26.048
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.907.772.487	1.575.940.322	1.548.800.309	112.668.605
CAPITAL	1.009.969.820	739.646.848	733.849.449	78.339.968
INVESTIMENTOS	1.009.969.820	739.646.848	733.849.449	78.339.968
TOTAL	2.918.465.130	2.316.283.946	2.283.330.701	191.034.621

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB*2022.

O saldo de R$ 444.099.809,20 está pendente de execução ou cancelamento a partir de 2023.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS	PAGOS	CANCELADOS
CORRENTES	3.077.148.734	3.074.706.496	1.411.263
PESSOAL E ENCARGOS	2.693.364.674	2.693.364.674	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	383.784.060	381.341.822	1.411.263
CAPITAL	117.400.694	117.397.873	2.821
INVESTIMENTOS	117.400.694	117.397.873	2.821
TOTAL	3.194.549.428	3.192.104.369	1.414.084

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFI*WEB*2022.

O saldo de R$ 1.030.974,8 está pendente de execução ou cancelamento a partir de 2023.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando a legislação em vigor e extraídas do SIAFIWEB. Suas notas explicativas encontram-se disponíveis no sítio eletrônico a seguir: https://www.eb.mil.br/documents/10138/16503742/Demonstrações_Contábeis_2022.pdf.

A Diretoria de Contabilidade (D Cont) é um órgão de apoio técnico-normativo da Secretaria de Economia e Finanças (SEF) do Exército Brasileiro, que tem por finalidade realizar as atividades de contabilidade da Programação e Execução Financeira dos recursos da Gestão Tesouro e Fundo do Exército.

A D Cont integra os Sistemas de Contabilidade e Administração Financeira Federal e realiza a coordenação e o acompanhamento da execução dos registros contábeis referentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e custos das unidades gestoras vinculadas ao Comando do Exército e Fundo do Exército.

A Diretoria de Contabilidade, no exercício das atividades afetas à contabilidade pública, conta com o auxílio de 12 Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx). Esses são setoriais contábeis de unidades gestoras responsáveis pelo acompanhamento contábil, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal–SIAFI, de um determinado número de unidades gestoras executoras e pelo registro da respectiva conformidade contábil.

Os Centros são responsáveis por acompanhar 390 unidades gestoras executoras plenas do orçamento, abarcando 661 unidades militares em todo o Brasil e no exterior.

Foto: 1º Sgt Ricardo Gonçalves Lorençato/34º BIMec

Foto: Sd Euclides Pegado Fagundes / CI Op Esp

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

O Estado-Maior do Exército (EME), Órgão de Direção-Geral (ODG) do Exército Brasileiro, alinhado às orientações dos órgãos de controle da estrutura do Estado Brasileiro, confecciona, anualmente, o Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE). O foco deste documento é a demonstração da governança institucional, de forma transparente, com qualidade e profundidade, para a sociedade brasileira, principal interessada nos assuntos relacionados à Defesa e Segurança nacionais.

Na busca de melhoria contínua de seus processos, o Estado-Maior do Exército agregou, numa única estrutura, a análise dos processos; da gestão, incluindo a gestão de riscos e controles; e da medição organizacional no nível estratégico, racionalizando pessoal e gerando maior eficiência. Assim, o EME coordena e monitora as ações de implantação da Política e da Diretriz de Governança e Gestão no âmbito do EB, acompanhando os indicadores estratégicos do Exército, bem como a governança dos macroprocessos da Cadeia de Valor Agregado. Tudo isso com a participação efetiva dos órgãos de direção setorial, do órgão de direção operacional, dos Comandos Militares de Área e dos órgãos de assistência direta e imediata ao Comandante do Exército.

Cumprindo as instruções e decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), o Exército Brasileiro lançou, em 2020, em seu sítio na rede mundial de computadores, o portal Transparência e Prestação de Contas. Assim, de forma acessível e confiável, o Exército Brasileiro divulga todas as informações de interesse da sociedade.

Os dados apresentados no presente relatório por intermédio de tabelas, gráficos, números, imagens e referências oficiais são, portanto, uma prestação de contas estruturada aos cidadãos brasileiros, demonstrando a efetividade na execução do orçamento da União e o alinhamento ao planejamento estratégico.

Por fim, o RGCE traduz, de forma clara, simples e direta, as realizações do Exército Brasileiro no ano de 2022, sob a ótica da governança e da gestão, demostrando o cumprimento de sua missão constitucional como instituição nacional e permanente do Estado Brasileiro.

General de Exército VALÉRIO STUMPF TRINDADE
Chefe do Estado-Maior do Exército

Foto: 1º Ten Matheus dos Santos Trassante / 6º RCB

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Anticarro
ACE	Alto-Comando do Exército
Adm	Administração
AdstPeqFr	Adestramento de Pequenas Frações
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AGGC	Arsenal de Guerra General Câmara
AGGOp	Assessoria de Governança e Gestão Operacional
AGGSet	Assessoria de Governança e Gestão Setorial
AGR	Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro
AGRIC	Assessoria de Gestão de Riscos e Controle
AGSP	Arsenal de Guerra de São Paulo
AICMA	Ações Integrais Contra Minas Antepessoais
AGITEC	Agência de Gestão e Inovação Tecnológica
AGRiC	Assessorias de Gestão de Riscos e Controles
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Amv	Aeromóvel
AO	Ação Orçamentária
AP	Autoridade Patrocinadora
APF	Administração Pública Federal
Atv	Atividade
Av Ex	Aviação do Exército
B Av Ex	Batalhão de Aviação do Exército
BC	Banco Central
BC	Batalhão de Caçadores
B Com GE	Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica
B Com GE Sl	Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
Bda C Bld	Brigada de Cavalaria Blindada
Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
Bda Inf L Amv	Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Paraquedista
Bda Inf Sl	Brigada de Infantaria de Selva
BDGEx	Banco de Dados Geográficos do Exército
BE Cmb	Batalhão de Engenharia de Combate
B Fron	Batalhão de Fronteira
B Fv	Batalhão Ferroviário
BGE	Batalhão de Guerra Eletrônica
BI	Batalhão de Infantaria
BID	Base Industrial de Defesa
BI Mth	Batalhão de Infantaria de Montanha
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
BI Pqdt	Batalhão de Infantaria Paraquedista
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
B Mnt	Batalhão de Manutenção
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
B Op Psc	Batalhão de Operações Psicológicas
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
BPEB	Batalhão de Polícia do Exército de Brasília
BSC	Balanced Scorecard
C^2	Comando e Controle
CA	Centro de Adestramento
CAC	Caçador, Atirador e Colecionador
CAEx	Centro de Avaliação do Exército
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CAmbEx	Cartilha Ambiental do Exército Brasileiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
C Av Ex	Comando da Aviação do Exército
CBEM	Conferências Bilaterais de Estado-Maior
CCDC	Combat Capabilities Develpment Command
CCFEx	Centro de Capacitação Física do Exército
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
C Cj	Comando Conjunto
C Cj Amz	Comando Conjunto Amazônia
C Cj L	Comando Conjunto Leste
C Cj N	Comando Conjunto Norte
C Cj NE	Comando Conjunto Nordeste
C Cj O	Comando Conjunto Oeste
C Cj P	Comando Conjunto Planalto
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
CCOMGEx	Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CCOp Mv	Centro de Coordenação e Operações Móveis
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética
CDM	Comprovante de Despesas Médicas
C Dout Ex	Centro de Doutrina do Exército
CDS	Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CEA	Conferência dos Exércitos Americanos
CEBTI	Centro de Ensino Baseado na Tecnologia da Informação
CEBW	Comissão do Exército Brasileiro em Washington
CECMA	Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia
CEP/FDC	Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias
C Ex	Comandante do Exército
CF	Constituição Federal
CFG	Curso de Formação e Graduação
CFrm	Curso de Formação
C Fron	Comando de Fronteira
CFRR	Comando de Fronteira de Roraima
CG	Curso de Graduação
CGCFEx	Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército
CGEO	Centro de Geoinformação
CGOM	Comitê de Gestão de Obras Militares
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGRiCEx	Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
Cia E Cmb Sl	Companhia de Engenharia de Combate de Selva
Cia Fron	Companhia de Fronteira
CIAMF	Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes
CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
C I Bld	Centro de Instrução de Blindados
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CI Eng	Centro de Instrução de Engenharia
CIGE	Centro de Instrução de Guerra Eletrônica
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CII	Certificado Internacional de Importação
CIMNC	Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante
CIOPan	Centro de Instrução de Operações no Pantanal

CIOpC	Centro de Instrução e Operações na Caatinga
CIOpEsp	Centro de Instrução e Operações Especiais
CIOU	Centro de Instrução de Operações Urbanas
CIPqdt/GPB	Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil
CITEx	Centro Integrado de Telemática do Exército
Cmdo Fron	Comando de Fronteira
C Mil A	Comando Militar de Área
CMA	Comando Militar da Amazônia
CML	Comando Militar do Leste
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMO	Comando Militar do Oeste
CMS	Comando Militar do Sul
CMSP	Colégio Militar de São Paulo
CMSE	Comando Militar do Sudeste
Cmt Ex	Comandante do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEx	Centro de Obtenções do Exército
COLOG	Comando Logístico
ComDCiber	Comando de Defesa Cibernética
Com Estrt	Comunicação Estratégica
Com Soc	Comunicação Social
COMTEC-TI	Comitê Técnico de Tecnologia da Informação
CONDOP	Condicionantes Doutrinárias e Operacionais
CONJUR-EB	Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército
CONSEF	Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSUG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército
CONTIEx	Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COpDCiber	Centro de Operação de Defesa Cibernética
CORE	Combined Operations and Rotation Exercises
COTER	Comando de Operações Terrestres
COVID	Corona Vírus Disease
CPAB	Convenção para a Proibição de Armas Biológicas
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CR	Certificado de Registro
CRAF	Certificado de Registro de Arma de Fogo
CRO	Comissão Regional de Obras
CSG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CT	Centro de Telemática
CTA	Centro de Telemática de Área
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CTTEP	Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
DAAE	Defesa Antiaérea do Exército
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DAP	Diretoria de Assistência ao Pessoal
DAS	Direção e Assessoramento Superior (Cargo)
D Cont	Diretoria de Contabilidade
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEA	Despesa de Exercícios Anteriores
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DF	Diretoria de Fabricação
DFPC	Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DIPEC/MD	Divisão de Pessoal Civil do Ministério da Defesa
DL	Deep Learning
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DME	Diretoria de Material de Engenharia
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DOAMEPI	Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura
DOC	Diretoria de Obras de Cooperação
DOM	Diretoria de Obras Militares
DOU	Diário Oficial da União
DPGO	Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
DSMEM	Diretoria de Sistemas de Material de Emprego Militar
EAMPE	Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco
EASA	Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas
EB	Exército Brasileiro
EBCorp	Banco de Dados Corporativo do Exército Brasileiro
EBGI	Estágio Básico de Gestão da Inovação
EBNet	Rede de Dados Corporativa do Exército
EC	Emenda constitucional
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ED	Empresas de Defesa
EED	Empresas Estratégicas de Defesa
EGRiC	Equipes de Gestão de Riscos e Controles
EGRiCEx	Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMiD	Estratégia Militar de Defesa
EMT	Estratégia Militar Terrestre
ENaDCiber	Escola Nacional de Defesa Cibernética
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPEx	Escritório de Projetos do Exército
ESA	Escola de Sargento das Armas
EsACosAAe	Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsCom	Escola de Comunicação
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
ESFCEx	Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército
EsEqEx	Escola de Equitação do Exército
EsIE	Escola de Instrução Especializada
EsIMEx	Escola de Inteligência Militar do Exército
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
ESA	Escola de Sargentos das Armas
EsSEx	Escola de Saúde do Exército
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
EVN	Equipamento de Visão Noturna
FA	Forças Armadas
FEE	Forças de Emprego Estratégico
F Ex	Fundo do Exército

FHE	Fundação Habitacional do Exército
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOL	Ferrovia de Integração Leste-Oeste
FNF	Força da Nossa Força
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
FSB	Forte Santa Bárbara
FT Aj Hum	Força-Tarefa de Ajuda Humanitária
F Ter	Força Terrestre
FUNADOM	Funcionamento Administrativo da Organização Militar
GAAAe	Grupo de Artilharia Antiaérea do Exército
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GATI	Grupo de Assessores Técnicos Interamericanos
GCALC	Grupo de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GMF	Grupos de Mísseis e Foguetes
GMI	Grupo de Monitores Interamericanos
GPrepFTer	Gestão do Preparo da Força Terrestre
GPS	Global Positioning System
Gpt E	Grupamento de Engenharia
GT	Grupo de Trabalho
GU	Grandes Unidades
GUEs	Grupamento de Unidades Escola
GVA	Garantia e Votação e Apuração
HDV	Horas de Voo
HE	Hipóteses de Emprego
HGuN	Hospital da Guarnição de Natal
HMASP	Hospital Militar de Área de São Paulo
IA	Inteligência Artificial
IC	Indicador de Composição
IDQBRN	Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
IEFEx	Escola de Educação Física do Exército
IESEP	Instituições de Educação Superior, Extensão e Pesquisa do Exército Brasileiro
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária
iGovPub	Índice de governança pública
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IMC	International Mathematics Competition
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMM	Instituto Meira Mattos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IOPFA	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
IOpFT	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre
IPP	Investimento Plurianual Prioritário
IR	Indicador de Resultado
JID	Junta Interamericana de Defesa
JRTC	Joint Readiness Training Center
LASC-IME	Laboratório de Segurança Cibernética de Infraestruturas do IME
LC	Lei Complementar
Lç Gr	Lança Granada
Libras	Língua brasileira de sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAC	Módulos de Ações Cibernéticas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEM	Materiais de Emprego Militar
MFDV	Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários
MG2Ex	Modelo de Governança e Gestão do Exército
MIAIM	Manutenção da Infraestrutura de Apoio à Instrução Militar
MNMSGM	Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial
MPC	Módulos de Proteção Cibernética
MPM	Ministério Público Militar
Mrt Me Acg	Morteiro Médio Antecarga
Mrt P	Morteiro Pesado
MSS	Míssil Superfície-Superfície
MTMGR-EB	Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB
Mtr	Metralhadora
NEB/T	Norma Técnica do Exército Brasileiro
NFBR	Nova Família de Blindados sobre Rodas
NGE	Necessidades Gerais do Exército
NOSDCiber	Normas Operacionais do Sistema de Defesa Cibernética
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OADI	Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército
OAE	Organização dos Estados Americanos
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OCS	Organização Civil de Saúde
ODG	Órgão de Direção-Geral
ODLA	Oficiais de Doutrina e Lições Aprendidas
ODOp	Órgão de Direção Operacional
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
OES	Objetivo Estratégico Setorial
O Lig Dout Ext	Oficial de Ligação de Doutrina Externa
OM	Organização Militar
OMDS	Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OMS	Organização Militar de Saúde
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
OPUS	Sistema Unificado de Processo de Obras
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAAR	Programa de Atletas de Alto Rendimento

PAASSEx	Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército
PAC	Programa Amazônia Conectada
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PBC	Planejamento Baseado em Capacidades
PBC	Plano Básico de Construção
PCE	Produto Controlado do Exército
PCE-EECN	Plano de Cursos e Estágios em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais
PCI	Pedidos de Cooperação de Instrução
PDCDN	Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional
PDDMT	Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre
PDR	Plano de Descentralização de Recursos
PDRAEng	Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia
PDSEB	Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PEEDCiber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
PESD	Planejamento Estratégico Setorial de Defesa
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGR-EB	Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PI	Propriedade Intelectual
PIA	Programa Irmãos de Armas
PIM	Programa de Instrução Militar
PIPEx	Programa de Inativos e Pensionistas do Exército
PJ	Pessoa Jurídica
Pjt	Projeto
PLN	Processamento de Linguagem Natural
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMD	Política Militar de Defesa
PMO	Proposta Modelo de Obtenção
PMT	Política Militar Terrestre
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
Prg EE	Programa Estratégico do Exército
Prg EE Av Ex	Programa Estratégico de Aviação do Exército
Prg EE DAAe	Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
Prg EE Def Ciber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
Prg EE F Bld	Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas
Prg EE OCOP	Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena
Prg EE SISFRON	Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
Prg EE SISOMT	Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre
Prg EE SLMT	Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre
Prg PENSE	Programa Setorial Sistema de Engenharia
Prg S FNF	Programa Setorial Força da Nossa Força
PRisC	Proprietários de Riscos e Controles
PRODE	Produtos de Defesa
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSA	Prestador de Serviço Autônomo
PSC	Projeto Soldado Cidadão
PSD	Política Setorial de Defesa
PTTC	Prestador de Tarefa por Tempo Certo
QAA	Quadro de Acesso por Antiguidade
QAM	Quadro de Acesso por Merecimento
QGEx	Quartel-General do Exército
QSD	Quadro de Situação da Doutrina
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCB	Regimento de Cavalaria Blindado
RC Mec	Regimento de Cavalaria Mecanizado
RCOD	Reunião de Coordenação Doutrinária
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
REG/T	Regulamento Técnico
RESISCOMSEx	Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército
RGCE	Relatório de Gestão do Comando do Exército
RI	Relações Institucionais
RI	Resultados Intermediários
RICH	Rede Integrada de Comunicações em HF
RM	Região Militar
RP	Resultado Primário
RRIM	Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAC	Sistema de Artilharia de Campanha
SAD	Sensoriamento e Apoio à Decisão
SADLA	Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas
SASEx	Serviço de Assistência Social do Exército
SCEx	Sistema Cultural do Exército
SC²FTer	Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SCTIEx	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército
SECEx	Sistema de Educação e Cultura do Exército
SEC²Ex	Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército
SC²FTer	Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre
SEF	Secretaria de Economia e Finanças
SEGES/ME	Secretaria de Gestão do Ministério da Economia
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SGCB	Sistema Gerenciador do Campo de Batalha
SGD	Sistema de Gestão do Desempenho
SGEx	Secretaria-Geral do Exército
SG-MD	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
SG2Ex	Sistema de Governança e Gestão do Exército
SiAAIH	Sistema de Armamento Axial e de Imageamento para Helicóptero
SIACADESM	Sistema de Avaliação da Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIC-EB	Serviço de Informações ao Cidadão do Exército
SiCaPEx	Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército

SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIEx	Sistema de Inteligência do Exército
SIGAEB	Sistema de Gestão Ambiental do Exército
SIGELOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPIMA	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
SIMAF	Simulador de Apoio de Fogo
SIMATEx	Sistema de Material do Exército
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SINFOEx	Sistema de Informações do Exército
SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SiPeC-EB	Sistema de Pessoal Civil do Comando do Exército
SIPLEx	Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro
SIS-ASTROS	Sistema Integrado de Simulação ASTROS
SISCAPED	Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa
SisCIEx	Sistema de Controle Interno do Comando do Exército
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico
SisCoGeP	Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército
SISCOMSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SISCUSTOS	Sistema Gerencial de Custos do Exército Brasileiro
SISEMP	Sistema de Emprego
SisFab	Sistema de Fabricação do Exército Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SisGCorp	Sistema de Gestão Corporativo
SISGRU	Sistema de Gestão do Recolhimento da União
SISMC²	Sistema Militar de Comando e Controle
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro
SisTEx	Sistema de Telemática do Exército
SLMT	Sistema Logístico Militar Terrestre
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMEM	Sistema de Material de Emprego Militar
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRDT	Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado
SRPC	Seção Regional de Pessoal Civil
SSEB	Sistema de Simulação do Exército Brasileiro
SSEx	Sistema de Saúde do Exército
SSL	Small Size League
STF	Supremo Tribunal Federal
STN-MF	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
STREV	Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo
SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública
SVMR-F	Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento Fixo
SvVPEx	Serviço de Veteranos e Pensionistas do Exército
SVTat	Simulador Virtual Tático
SVTRP	Sistema de Veículos Terrestres Remotamente Pilotados
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TNP	Trabalho de Natureza Profissional
T&A	Teste e Avaliação
UETE	Unidades Escolares Tecnológicas do Exército
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UGE	Unidade Gestora Executora
UNPCRS	United Nations Peacekeeping Capability Readiness System
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado
VBC CC	Viatura Blindada de Combate Carro de Combate
VBC OAP	Viatura Blindada de Combate Obuseiro Autopropulsada
VBMT-LSR	Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
VBTP MSR	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média Sobre Rodas
VLEGA	Viatura Leve de Emprego Geral e Aerotransportável
VNDigital	Visão Noturna Digital
VOT	Visita de Orientação Técnica
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
VPN	Virtual Private Network
Vtr	Viatura
Vtr Op	Viatura Operacional

LISTA DE FIGURAS

Etapas para elaboração do RGCE....10
Exército em números....11
Análise do ambiente externo....20
Estrutura organizacional do Exército....21
Estrutura do Sistema de Governança e Gestão do Exército (SG2Ex)....22
Governança do Portfólio Estratégico do Exército....24
Portfólio Estratégico do Exército....24
Modelo de Governança e Gestão do Exército (MG2Ex)....25
Metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx)....29
Mapa Estratégico do Exército Brasileiro....31
Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA-EB)....34
Estrutura das 3 Linhas de Defesa....35
Processo de aplicação de sanção disciplinar para militares....38
Operações de Paz em andamento....61
Impactos socioeconômicos dos Programas Estratégicos....66
Resultados da Operação Pipa....67
Instrumentos de parceria concluídos em 2022....73
Ciclos e fases da prontidão de uma brigada....79
Distribuição dos CGEO....107
Sustentabilidade ambiental - Campo de Instrução de Formosa - GO....121
Mídias sociais do Exército Brasileiro....126
Atendimento mediado pela Inteligência artificial em 2022....128
Outros canais de comunicação....128

LISTA DE TABELAS

Índice integrado de Governança e Gestão públicas....26
Orçamento do Programa 6012 - Defesa Nacional....27
Tribunais de honra instaurados em 2022....38
Sanções administrativas aplicadas aos servidores civis em 2022 (âmbito EB)....39
Principais causas das sanções aplicadas....39
Indicador estratégico vinculado ao OEE 01....42
Principais Programas Estratégicos do EB....43
Principais resultados da Operação Ágata....54
Indicador estratégico vinculado ao OEE 02....55
Efetivo empregado na Operação Acolhida....57
Indicador estratégico vinculado ao OEE 03....63
Principais meios empregados no Apoio à Polícia Federal....71
Principais obras em andamento....74
Indicador estratégico vinculado ao OEE 04....75
Execução orçamentária - PEEDCiber....77
Percentual de execução orçamentária acumulada - PEEDCiber....77
Indicador estratégico vinculado ao OEE 05....78
Indicador estratégico vinculado ao OEE 06....78
Execução orçamentária - Prg EE SISOMT e DQBRN....79
Execução orçamentária - Prg EE Sentinela da Pátria....80
Recursos utilizados para Instrução e Adestramento militar em 2022....80
Estágios realizados em 2022 - Preparo da Força Terrestre....81
Orçamento do Programa Defesa Nacional....86
Participação dos Programas Orçamentários no Orçamento do Exército em 2022....86
Execução orçamentária das Ações de Governo....87
Execução orçamentária por natureza da despesa....88
Despesas de custeio utilizadas em 2022....88
Despesas de investimento utilizadas em 2022....88
Custeio e investimentos por modalidade de contratação....89
Gastos com o funcionamento administrativo em 2022....89
Contratações administrativas mais relevantes em 2022 90
Efetivo dos militares de carreira em 2022....92
Efetivo de servidores civis do Exército....93
Controle de efetivos militares de carreira por faixa etária....93
Controle de efetivos por cor de pele ou raça....93
Controle de efetivos por sexo (militares da ativa)....93
Controle de efetivos militares temporários....93
Indicador estratégico vinculado ao OEE 13....94
Execução orçamentária - Força da Nossa Força....94
Tipo de incorporação de pessoal temporário....94
Valores recebidos e utilizados por Região Militar no PAASSEx em 2022 96
Execução orçamentária de pessoal....97
Execução orçamentária do COLOG....98
Indicador estratégico vinculado ao OEE 08....98
Execução orçamentária do OEE 08....98
Execução orçamentária do abastecimento....99
Execução orçamentária de materiais e equipamentos militares....99
Execução orçamentária do transporte....99
Execução orçamentária da fiscalização de produtos controlados....99
Tipo de solicitação da fiscalização de produtos controlados....100
Execução orçamentária - Prg PENSE....101
Desfazimento de ativos....102
Execução orçamentária em obras e serviços de engenharia....102
Recursos aplicados em material de Engenharia em 2022....102
Indicador estratégico vinculado ao OEE 07....103
Execução orçamentária da Governança e Gestão de TI....104
Execução orçamentária do CDS....104
Execução orçamentária do CITEx....105
Execução orçamentária - Prg EE LUCERNA....105
Execução orçamentária do SC²FTer....107
Execução orçamentária da DSG....108
Indicador estratégico vinculado ao OEE 09....109
Execução orçamentária da PD&I....109
Execução orçamentária da Gestão da Inovação....109
Execução orçamentária da P&D de SMEM....111
Execução orçamentária do CAEx....112
Execução orçamentária da Diretoria de Fabricação (DF)....112
Formação de oficiais do IME em 2022....113
Produção científico-acadêmica do IME em 2022....113
Execução orçamentária do IME....113
Execução orçamentária da DSMEM....113
Indicador estratégico vinculado ao OEE 11....114
Indicador estratégico vinculado ao OEE 12....115
Formação e graduação de oficiais....115
Formação de sargentos....116
Aperfeiçoamento 117
Altos estudos, Política, Estratégia e Alta Administração....117
Especialização....117
Produção científica acadêmica....118
Execução orçamentária da Formação, Capacitação e Pesquisa....118
Execução orçamentária do ensino assistencial....118
Execução orçamentária da gestão do Patrimônio Cultural....119
Resultados alcançados em competições....121
Execução orçamentária da Gestão do Desporto....121
Execução orçamentária da Sustentabilidade ambiental....124
Indicador estratégico vinculado ao OEE 14....126
Principais assuntos atendidos em 2022 (Mídias Sociais)....127
Portal do EB....127
Execução orçamentária da Comunicação Social....128
Composição do ativo....132
Composição do passivo....133

Balanço financeiro de 2022 (resumido).....134
Variações patrimoniais (resumido).....134
Receitas orçamentárias de 2022.....134
Despesas orçamentárias de 2022.....135
Restos a pagar não-processados.....135
Restos a pagar processados.....136

LISTA DE QUADROS

Vinculação do Plano estratégico com o PPA e PESD.....32
Competências institucionais e os objetivos estratégicos do Exército.....33
Principais riscos estratégicos do EB.....36
Prg EE Forças Blindadas - principais entregas em 2022.....44
Prg EE Astros - principais entregas em 2022.....46
Prg EE Aviação do Exército - principais entregas em 2022.....48
Prg EE Defesa Antiaérea - principais entregas em 2022.....50
Prg EE OCOP - principais entregas em 2022.....52
Informações da Operação Ágata.....54
Prg EE SISFRON - principais entregas em 2022.....64
PDCDN - principais entregas em 2022.....76
PEEDCiber - principais entregas em 2022.....77
Prg EE SISOMT - principais entregas em 2022.....79
Ciclo de prontidão do SISPRON.....79
Prg EE Sentinela da Pátria - principais entregas em 2022.....80
Doutrina Militar Terrestre - principais entregas em 2022.....82
Prg PENSE - principais entregas em 2022.....101
CDS - principais entregas em 2022.....104
Prg EE LUCERNA - principais entregas em 2022.....105
DSG - principais entregas em 2022.....108
Gestão da Inovação - principais entregas em 2022.....110
P&D de SMEM - principais entregas em 2022.....111
CAEx - principais entregas em 2022.....112
Diretoria de Fabricação (DF) - principais entregas em 2022.....112
DSMEM - principais entregas em 2022.....114
Principais Pesquisas da Capacitação Física do Exército em 2022.....120
Gestão ambiental - principais entregas em 2022.....123
SISCOMSEx - principais entregas em 2022.....125

LISTA DE GRÁFICOS

Execução orçamentária acumulada - Prg EE Forças Blindadas.....45
Execução orçamentária acumulada - Prg EE Astros.....47
Execução orçamentária acumulada - Prg EE Aviação do Exército.....49
Execução orçamentária acumulada - Prg EE Defesa Antiaérea.....50
Execução orçamentária acumulada - Prg EE OCOP.....53
Execução orçamentária - Operação Ágata.....54
Execução orçamentária - Projeção do Exército no cenário internacional.....55
Execução orçamentária - Operação Acolhida 57
Execução orçamentária acumulada - Prg EE SISFRON.....64
Execução orçamentária - Prg EE Amazônia Protegida.....65
Execução orçamentária - Operação ENEM.....66
Execução orçamentária - Operação Pipa.....67
Execução orçamentária - Operação Jucuruçu.....68
Execução orçamentária - Operação Petrópolis.....68
Execução orçamentária - Operação Angra dos Reis.....69
Execução orçamentária - Operação Resgate I.....69
Execução orçamentária - Operação Resgate II.....70
Execução orçamentária - Operação Resgate III.....70
Execução orçamentária - Apoio à Polícia Federal.....71
Execução orçamentária - Operação Eleições 2022.....71
Execução orçamentária - Projeto Soldado Cidadão.....72
Execução orçamentária - Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo.....72
Militares capacitados em Gestão Ambiental.....122

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

_____. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 4 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 5 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 6 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5751.htm. Acesso em: 8 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm. Acesso em: 7 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/661763813/decreto-9656-18. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.** Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9739.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

_____. **Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021.** Estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10779.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71500.htm. Acesso em: 7 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1986]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em: 18 jan. 2023.

_____. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Brasília, DF: Presidência da República, [1969].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm. Acesso em: 8 jan. 2023.

_____. **Lei n° 3.765, 4 de maio de 1960.** Dispõe sobre as Pensões Militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1960]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3765.htm. Acesso em: 8 jan. 2023.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. **Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

_____. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. **Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006**. Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11357.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. **Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007**. Altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, 11.356, 11.357 e 11.358, de 19 de outubro de 2006, 8.025, de 12 de abril de 1990, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.457, de 16 de março de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11490.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11784.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. **Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11907.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. **Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.** Dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12277.htm. Acesso em: 2 fev. 2023.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em:22 jan. 2023.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, 2019) Vigência. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. **Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14303.htm. Acesso em: 3 jan. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. **Medida Provisória n° 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. **Estrutura organizacional do Exército**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB 10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 3, jan. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 023-Cmt Ex, de 16 de janeiro de 2018. Aprova o Manual Técnico (EB10MT-11.001) - Técnicas e Procedimentos de Comunicação Social, 1ª Edição, 2017. **Boletim do Exército**, Brasília, n. 4, jan. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 494-Cmt Ex, de 19 de maio de 2020. Aprova as Normas para atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), dos servidores no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-02.002). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 570-Cmt Ex, de 6 de novembro de 2001. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 571-Cmt Ex, 6 de novembro de 2001. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 15 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 737-Cmt Ex, de 28 de julho de 2020. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 31, jul. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 856-Cmt Ex, de 12 de junho de 2019. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 25, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 987-Cmt Ex, de 18 de setembro de 2020. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 39, set. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria - C Ex nº 1.162, de 1º de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB10-R-02.20), 2ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 33, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.440-Cmt Ex, de 6 de setembro de 2018. Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento de Conselho de Disciplina no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-02.021). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 38, set. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2022.

_____. Exército. Portaria nº 1.545-Cmt Ex, de 30 de junho de 2021. Aprova a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 27, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.676-Cmt Ex, de 25 de janeiro de 2022. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 6ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 4, jan. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria - C Ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 15, abril 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.746-Cmt Ex, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.002), 1ª Edição, 2022. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.845-Cmt Ex, de 29 de setembro de 2022. Aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), 2ª Edição, 2022, e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 40, out. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.963-Cmt Ex, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no âmbito do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 49, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.968-Cmt Ex, de 3 de dezembro de 2019. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 1.986-Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019. Aprova a Política Militar Terrestre 2019, integrante do

Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 51, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 001-DEC, de 26 de setembro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04.007). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 38, set. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 5 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 136–DEC, de 31 de julho de 2020. Aprova as Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 33, ago. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 278-DGP, de 3 de dezembro de 2013. Aprova as Normas Técnicas nº 03 - Servidor Civil - Assessoria Técnica, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30-N-50.003). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2013. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 196-EME, de 1º de julho de 2019. Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no Âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 28, jul. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 154-EME, de 15 de junho de 2015. Aprova a Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 29, jul. 2015. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 3 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 32, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 41, out. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 4 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 453-EME/C Ex, de 19 de julho de 2021. Aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no âmbito do Exército Brasileiro. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 30, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 505-EME/C Ex, de 9 de setembro 2021. Aprova a Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB) (EB20-P-05.001). **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 520-EME, de 20 de dezembro de 2017. Aprova o Manual de Fundamentos (EB20-MF-03.103) Comunicação Social, 2ª Edição, 2017. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 710-EME/C Ex, de 25 de abril de 2022. Organiza o Portfólio Estratégico do Exército e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 17, abril 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 979-EME/C Ex, de 6 de março de 2023. Aprova as condições de acompanhamento dos Objetivos Estratégicos do Exército, conforme determina o art. 2º da Portaria – C Ex nº 1.942, de 14 de fevereiro de 2023, que altera a Portaria nº 1.986 – Cmt Ex, de 10 de dezembro de 2019. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 10, mar. 2023. Disponível em: http://www.sgex.

eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Exército. Portaria nº 020-SEF, de 22 de dezembro de 2011. Cria a Setorial de Custos do Comando do Exército e dá outras providências. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, n. 52, dez. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 8 fev. 2023.

_____. Exército. **Transparência e Prestação de Contas.** Disponível em: http://www.eb.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas. Acesso em: 20 jan. 2023.

_____. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT).** Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias. Acesso em: 28 jan. 2023.

_____. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).** Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias. Acesso em: 28 jan. 2023.

_____. Ministério da Economia. **Portaria nº 14.584-SEGES/ME, de 13 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a divulgação do consumo de energia elétrica de que trata o Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Ministério da Economia, [2021]. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-14-584-de-13-de-dezembro-de-2021. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2023**. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso 3º e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2023]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/. Acesso em: 3 jan. 2023.

_____. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/. Acesso em: 3 jan. 2023.

EDITORIAL

Coordenação
Assessoria de Governança e Gestão - AGG/EME

Revisão e editoração
Estado-Maior do Exército - EME
Gabinete do Comandante do Exército - Gab Cmt Ex
Comando de Operações Terrestres - COTer
Comando Logístico - COLOG
Departamento de Engenharia e Construção - DEC
Secretaria de Economia e Finanças - SEF
Departamento-Geral do Pessoal - DGP
Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT
Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx
Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx
Centro de Inteligência do Exército - CIE
Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx
Secretaria-Geral do Exército - SGEx

Diagramação
Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx

Impressão
Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias - "Gráfica do Exército"

Foto: 1º Sgt Ricardo Gonçalves Lorençato/34º BIMec

JFO-1953

Foto: Sd Douglas Batista de Oliveira/1º RCG

EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte - Mão Amiga